EDNA MARIA CHIMANGO DOS SANTOS

UM LUGAR NA CIDADE: O Conjunto Alfredo Freire nas memórias e experiências de trabalhadores. Uberaba – MG, 1979 - 2004.

Dissertação apresentada pela aluna Edna Maria Chimango dos Santos como pré-requisito para obtenção do Título de mestre em História, ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia.

Orientadora: Profª Drª Célia Rocha Calvo

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

JUNHO DE 2006

Linha de pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais

Dissertação defendida na Universidade Federal de Uberlândia – UFU, perante a banca examinadora composta pelos professores:

.

Uberlândia, 07 de junho de 2006.

Profª Drª Célia Rocha Calvo
Universidade Federal de Uberlândia – UFU - MG
Orientadora

Prof. Dr. Paulo Roberto Almeida
Universidade Federal de Uberlândia – UFU - MG

Prof. Dr. Carlos Alberto de Oliveira
Universidade Estadual de Santa Cruz -UESC - BA

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para seu desfecho.

Em especial,

A meus filhos Petterson, Jefferson e Wenderson, que respeitaram e compreenderam minhas ausências, apoiando-me nos momentos de *desespero* e incentivando-me a escrever.

A Vicente, esposo, amigo e companheiro nas horas doces e amargas que, com seu jeito especial, sempre me deu forças para vencer as empreitadas da vida.

A minha mãe, eterna admiradora e amiga, que soube entender minhas opções de estudo e minhas distâncias, demonstrando orgulho pela filha que tem.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus ter-me permitido vencer os obstáculos da vida, a eterna força em mim depositada, o constante amparo nos momentos de solidão e sofrimento.

À professora Célia Rocha Calvo, que nesses dois anos de convivência, mostrou-se mais que uma orientadora, conduzindo de forma sábia os diálogos, as orientações, os questionamentos, empenhando-se ao máximo para que minhas idéias se concretizassem nas palavras aqui escritas.

Ao professor e amigo Paulo Roberto de Almeida que, com seu jeito especial, me cativou e me encheu de orgulho por ter compartilhado comigo idéias, opiniões e saberes.

À professora Heloísa Helena Pacheco Cardoso, que acompanhou este trabalho desde cedo, quando o mesmo ainda era um *esboço* de projeto, acreditando em seu desenrolar e em minhas potencialidades, contribuindo com seus conhecimentos e dicas.

Aos colegas do mestrado, tanto da V turma, como os da VI, os diálogos, discussões e desesperos compartilhados.

A Luisa Helena S. Alves e Neusa Maria da Silva, funcionárias do Arquivo Público de Uberaba, que me ajudaram com os Jornais e Atas pesquisadas, demonstrando grande empenho e dedicação para com o pesquisador.

À Prefeitura Municipal de Uberaba, a concessão da licença de dois anos, tempo em que pude dedicar-me aos estudos e a esse trabalho.

Às colegas de trabalho da Escola Municipal Professora Stella Chaves, as palavras solidárias.

Aos trabalhadores da cidade de Uberaba, em especial aos que vivem no Conjunto Alfredo Freire, por compartilharem comigo deste trabalho, como sujeitos que constituem a cidade e almejam, com suas memórias, construir outras histórias sobre Uberaba.

[...] Há quem diga que todas as noites são de sonhos. Mas há também quem garanta que nem todas, mas somente as de verão. Mas no fundo isso não tem importância. O que interessa mesmo não são as noites em si, são os sonhos. Sonhos que o homem sonha sempre, em todos os lugares, em todas as épocas do ano, dormindo ou acordado. **Shakespeare**

RESUMO

Este trabalho reflete o viver dos trabalhadores na cidade de Uberaba, referendado nas memórias, nas experiências e nas muitas histórias dos moradores do Conjunto Alfredo Freire. Nele procuro interpretar as expectativas, as tensões e as realizações dos moradores do Conjunto Alfredo Freire na cidade, a partir das expressões dos registros vinculados à produção da memória oficial, defendidos para a cidade, e nas memórias e significados atribuídos pelos sujeitos com os quais dialogo que vivenciaram e ainda vivenciam esse viver. Desta forma, busco interpretar as transformações e mudanças históricas ocorridas em Uberaba, vinculadas às muitas experiências relatadas. Analisar as dimensões desse viver, abordando o lazer, o trabalho, os vínculos estabelecidos, os sonhos e as expectativas com a cidade que fazem parte dos objetivos traçados para este trabalho.

Palavras-chave: memória, história, cidade, Uberaba.

ABSTRACT

This work reflects the workers' way of life in Uberaba city, based on records, on experiences and on many stories told by the residents of Alfredo Freire area. Through it, I try to interpret these residents' expectations, their tensions and their accomplishments, regarding the records' expressions on the production of the city's official memory and the life experiences of those who used to be, and still are part of that neighborhood environment. This way, I try to interpret the historical transformations and changes that happened in Uberaba, linked to the many reported experiences. Analysing the dimensions of their way of living, approaching the leisure activities, the work, the established links, the dreams and the expectations over the city, are all part of this work intended objectives.

Key-word: memory, history, city, Uberaba.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS 4
RESUMO 6
ABSTRACT 7
CONSIDERAÇÕES INICIAIS 10
CAPÍTULO 1 21
MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS: Um lugar na cidade 21
CAPÍTULO 2 54
UM LUGAR NA CIDADE: Um território nas memórias 54
CAPÍTULO 3 94
MEMÓRIAS DE LUTAS: Um território em disputa 94
CONSIDERAÇÕES FINAIS 118
FONTES, ACERVOS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 122
FONTES ORAIS 122
LUGARES DE PESQUISA: 126
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: 128

FIGURAS (FOTOS, PLANTAS E MAPAS)

FIGURA 1: Foto da família de Dona Judite e sua família, tirada em 1979, em uma das casas que viveram de aluguel..... 30

FIGURA 2: Mapa sobre a Tendência da expansão urbana em Uberaba – 1980..... 32

FIGURA 3: Mapa da Distribuição espacial da renda da população uberabense no início de1980..... 39

FIGURA 4: Foto da entrega das chaves das casas do Conjunto Alfredo Freire aos moradores, tirada em 1981, no Jockey Club de Uberaba..... 51

FIGURA 5: Mapa do Conjunto Alfredo Freire..... 55

FIGURA 6: Planta Baixa "Embrião"..... 61

FIGURA 7: Planta Baixa – Casa de Dois Quartos..... 62

FIGURA 8: Planta Baixa – Casa de Três Quartos..... 63

FIGURA 9: Planta Baixa – Casa de Quatro Quartos..... 64

FIGURA 10: Planta Baixa – "Predinho" – Térreo..... 65

FIGURA 11: Planta Baixa – "Predinho" – Segundo Piso..... 66

FIGURA 12: Foto de uma das reuniões realizadas pela AACAF, em 1982, na Creche Recanto da Amizade..... 75

FIGURA 13: Foto das construções e mutirões realizados pela comunidade, como a construção da igreja e a capina dos terrenos, em 1983..... 77

FIGURA 14: Foto dos treinamentos e jogos realizados no campinho, tirada em 1983..... 82

FIGURA 15: Foto da construção da quadra de esportes, realizada em sistema de mutirão, em 1984..... 84

FIGURA 16: Foto do Barzinho: um dos pontos de encontro dos moradores do Conjunto Alfredo Freire..... 99

FIGURA 17: Foto do viaduto construído em 2000, para acesso ao Conjunto Alfredo Freire..... 104

FIGURA 18: Foto do viaduto que dá acesso ao centro, bairros e rodovia BR-050..... 107

FIGURA 19: Foto do Subdestacamento da Polícia Militar, que funcionava no Conjunto Alfredo Freire..... 111

FIGURA 20: Foto do Vereador João Gilberto Ripposati, em seu primeiro mandato (1997-2000), discutindo o problema da poluição no Conjunto Alfredo Freire..... 113

FIGURA 21: Foto da vista aérea do Conjunto Alfredo Freire, tirada a pedido do vereador João Gilberto Ripposati, morador do local..... 115

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Para quem está de passagem por Uberaba, cidade localizada no Triângulo Mineiro, em Minas Gerais, e trafega pela rodovia BR-050, sentido São Paulo – Brasília, já na saída da cidade, duas coisas chamam a atenção: o mau cheiro das indústrias, que incomodam e fazem com que os vidros sejam fechados, e uma placa verde contendo seta indicativa e os dizeres ALFREDO FREIRE, remetendo o olhar do viajante para a margem esquerda da rodovia, onde se localiza mais um, entre tantos conjuntos habitacionais construídos no país.

No entanto, como nos aponta Kevin Lynch, a cidade "não é apenas um objeto percebido (e talvez desfrutado) por milhões de pessoas de classes sociais e características extremamente diversas, mas também o produto de muitos construtores [...]"[1], o que significa dizer que os sujeitos a constroem, organizando e reorganizando os espaços de acordo com seus interesses.

Espaços que, para Milton Santos, devem ser entendidos como o "meio, o lugar material da possibilidade de eventos"[2], que não estão dados e acabados, mas são constantemente recriados e redimensionados, mediante as relações sociais neles estabelecidas, como possibilidades de vida almejadas.

Assim, a cidade só se faz a partir dos sujeitos que nela vivem e estes, vivem de formas diferentes, numa disputa contínua e constante pelos lugares da cidade.

Entendo a cidade de Uberaba como uma multiplicidade de lugares. Busco, através das memórias e experiências dos moradores do Conjunto Habitacional Alfredo Freire, construir outras histórias sobre essa cidade.

A motivação para estudar a cidade a partir desse Conjunto teve, num primeiro momento, um caráter pessoal, seguido de uma preocupação social.

Aos doze anos, mudei-me para o Conjunto Alfredo Freire, visto que minha mãe havia sido *contemplada* com um predinho naquele lugar. Como naquele momento não havia alternativa de escolha do local onde moraríamos, passamos a viver ali, privados de muitos direitos que antes, mesmo morando de aluguel em outro local, possuíamos.

Estudei, formei-me e fui lecionar também no Conjunto Alfredo Freire, estabelecendo com os moradores do Conjunto relações ainda mais fortes. Nunca me conformei com a situação que por anos nos afligiu (privações de nossos direitos, desrespeitos e olhares de superioridade para conosco, entre outros) e, a todo o momento, me questionava: Quem era o antigo

---

[1] Lynch, Kevin. A imagem da Cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p.2.
[2] Santos, Milton. Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional. São Paulo: Hucitec, 1997, p.41.

proprietário das terras onde morávamos? Por que os governantes locais haviam escolhido este espaço físico para a construção desse Conjunto? Havia estudos que justificassem a escolha daquele lugar para a construção das casas? O que estava acontecendo na cidade, na década de setenta, que havia estimulado a construção dessas moradias?

No campo social, fortemente ligado ao pessoal, percebia os movimentos dos moradores para diminuir essas suas dificuldades. Percebia ainda um grande descompromisso dos políticos locais para com os problemas dos moradores, que acabavam realizando obras que eram da obrigação do poder público. Ainda era latente o olhar de menosprezo por parte dos sujeitos que moravam em outros lugares da cidade em relação aos trabalhadores que residiam no Alfredo Freire, como se não compuséssemos a cidade, não fizéssemos parte dela.

Essas e tantas outras questões me sufocavam e, juntas, me estimularam para a pesquisa. Queria escrever uma outra história sobre a cidade. Uma história que contemplasse a realidade vivida não só por nós, que morávamos no Conjunto Alfredo Freire, mas por outros trabalhadores que eram relegados aos olhos e ações dos grupos dominantes, numa disputa sem fim pelos espaços da cidade.

Por esse caminho, busquei apreender a cidade de Uberaba para além das memórias dos grupos dominantes, que desconsideram outras realidades, outros sujeitos, outras expectativas, necessidades e afazeres, imprimindo falas, imagens e escritas de acordo com seus ideais.

Nessa busca, a definição do espaço temporal tornou-se desafiador. Sendo definido apenas no contato com as fontes, que me levaram a estabelecer o final da década de setenta como um marco de recuo para esta pesquisa, que caminha na investigação até as eleições de dois mil quatro, ano em que as entrevistas aos trabalhadores foram realizadas.

A partir de 1978, houve um grande movimento dos trabalhadores dirigindo-se à cidade de Uberaba, fato que encontrei registrado em vários artigos dos jornais da cidade. Esses trabalhadores, vindos da roça, de outras cidades ou mesmo de outros estados do Brasil, acreditavam que a cidade de Uberaba poderia ser o *melhor* lugar pra se viver, oferecendo moradia, trabalho, educação, saúde e outros bens antes de difícil acesso em seus lugares de origem.

No entanto, o viver na cidade de Uberaba foi marcado por muitas lutas, readaptações, privações, dificuldades e, em muitos momentos, desespero, visto que esses trabalhadores nem sempre preenchiam as exigências do mercado de trabalho, não tinham dinheiro suficiente para comprar suas casas e traziam consigo outros costumes, outras experiências que, na cidade, nem sempre eram valorizadas.

Em relação às fontes e à metodologia de pesquisa, saliento que estas se delinearam a partir

das discussões postas pela linha de pesquisa "Trabalho e Movimentos Sociais"[3].

Nesses encontros, além de discutirmos a produção historiográfica[4], enfocando as diversas possibilidades de abordagens históricas, procurávamos redimensionar nossos olhares e indagações para nossos trabalhos, articulando leituras, discussões e pesquisa ao nosso compromisso com o social, acreditando ser este o papel do historiador.

Essas discussões sobre cidade, cultura e memória foram tornando-se mais consistentes. Isto me fez entender que, para discutir a cidade de Uberaba, deveria ter presente as palavras do professor Paulo Almeida, em uma das aulas de Historiografia que bem traduzem seu pensamento que é preciso entender "os modos de viver, de morar, de lutar, de trabalhar e de se divertir dos moradores que impregnam e constituem cotidianamente a cultura urbana"[5].

Dessa forma, as fontes orais emergiram como um campo de possibilidades para que eu entendesse esses modos de vida na cidade. Daí a opção que fiz quanto ao uso da história oral, pois, se há "uma coisa que a história oral pode ver, que todos os arquivos e a história convencional não vêem, é precisamente a vida cotidiana"[6], afirma Alessandro Portelli.

Da mesma forma, os encontros oferecidos pela linha de pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais, junto ao PROCAD, possibilitaram discussões enriquecedoras.

Entre esses, destaco a oficina "História, imprensa e fotografia", ministrada pela professora doutora Laura Antunes Maciel, que buscou dialogar conosco acerca do uso dos jornais como fonte histórica, destacando as artimanhas políticas e os cuidados necessários para a utilização dessas fontes.

O diálogo estabelecido com as professoras doutoras Déa Ribeiro Fenelon e Yara Aun Khoury foram de grande valia, pois procuraram discutir a memória social e a composição de muitas histórias, além das memórias hegemônicas, bem como levar a pensar sobre a relação

---

[3] Em especial as disciplinas ministradas pelos professores Paulo Roberto de Almeida, Heloísa Helena Pacheco Cardoso e Célia Rocha Calvo.

[4]Entre os vários textos discutidos, elenco: Hobsbawm, E.J.. O Ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história. In:Revista de História, UNICAMP,1991; _____.A outra história: Algumas reflexões. In: Krtz, F. (org.). A outra história. Jorge Zahar Editor. RJ, 1998;_____O presente como História: In: Sobre História, Cia. das Letras, SP, 2000; Samuel, Raphael. Teatros de memória. In: Revista Projeto História, nº 14, EDUC, 1997; Portelli, Alessandro. A Filosofia e os fatos. In: Revista Tempo. R.J, vol. 1, nº2, 1996; Thompson, E.P. Intervalo: a lógica histórica. IN: A miséria da teoria ou um planetário de erros, Zahar Editores, RJ. 1981; _____Antropologia e História Social. In: As peculiaridades dos Ingleses e outros artigos. UNICAMP, 2001; _____ Costume e Cultura. In: Costumes em Comum. Cia. das Letras, 1998; Cevasco, Maria Elisa. Questões de Teoria: o materialismo cultural. In: Para ler Raymond Willians, Paz e Terra, SP. 2001; Thompson, E.P. O termo ausente: experiência. In: A miséria da teoria ou um planetário de erros, Zahar, 1981; entre tantos outros.

[5] Almeida, Paulo Roberto de. Encantos e desencantos da cidade: trajetórias, cultura e memória de trabalhadores pobres de Uberlândia – 1970-2000. In: Muitas Memórias, Outras Histórias. São Paulo: Olho d'Água. 2004. p.139.

[6] Almeida & Koury. História Oral e memórias: Entrevista com Alessandro Portelli. Revista História & Perspectivas, nº 25 e 26 - Uberlândia/MG. UFU, 2011/02. p.34.

entre o caminho da pesquisa e o caminho da escrita, entendendo que esses caminhos, ao mesmo tempo em que diferem, se completam.

Nos diálogos estabelecidos com a professora doutora Dalva Maria de Oliveira Silva, aprofundamos as discussões sobre as narrativas orais, percebendo a multiplicidade de possibilidades que se abrem para analisar a sociedade.

Com a professora e orientadora Célia Rocha Calvo, os diálogos em nossos encontros permitiram-me crescer como pesquisadora, aluna e professora que sou, propondo que eu pensasse, a partir das fontes orais, o processo de transformação da cidade, construindo, a partir das memórias dos entrevistados, outras histórias sobre Uberaba, onde as ordenações e disputas pelos espaços na cidade se fazem presentes.

A partir desses diálogos, os questionamentos iam-se alargando: quais os motivos que trouxeram, na década de setenta, tantos trabalhadores para esta cidade? Como, nos meandros de divulgação desses projetos, os trabalhadores se sentiram convidados a viver nesta cidade? Qual cidade foi encontrada? O que essa vinda, percebida nas trajetórias deles, significava em termos de mudanças nos modos de viver, nos estranhamentos, dificuldades e ou facilidades que enfrentaram no viver a cidade, e que aparecem na seleção de suas memórias, quando narravam essas histórias na cidade?

Por intermédio das lembranças narradas pelos trabalhadores residentes no Conjunto Alfredo Freire, procurei recompor suas trajetórias de vida e trabalho, compreendendo os sentidos e os significados dessas memórias no individual e no social, apreendendo, ao longo das narrativas desses trabalhadores, outras histórias sobre o viver na cidade.

Como nos aponta Alistair Thomson, "compomos nossas reminiscências para dar sentido à nossa vida passada e presente[7]", o que me possibilitou interpretar as narrativas dos trabalhadores escolhidos para esse diálogo, procurando entender o lugar social de que falavam, como lembravam e como verbalizavam essas lembranças, qual a relação existente entre o que fizeram e o que queriam ter feito, entre os silêncios e as omissões, entendendo que, ao compor nossas lembranças, estamos tornando-as públicas e estas, precisam ser reconhecidas na comunidade em que vivemos[8].

Com o propósito de pensar a cidade "como um campo socialmente composto nos embates em torno dos direitos à cidade, que se expressam como sonhos e expectativas revividos nas

---

[7] Thomsom, Alistair. Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. São Paulo: Projeto História, número 15. abr. 1997, p.56.
[8] Idem. p.58.

lembranças"[9], passei a dialogar com os trabalhadores que vivem a cidade e residem no Conjunto Alfredo Freire.

A princípio, definir os critérios para a seleção dos entrevistados que dialogariam comigo sobre esses viveres não foi fácil. Num primeiro momento, procurando recuperar as trajetórias desses trabalhadores, defini que entrevistaria os moradores mais antigos do Conjunto. No entanto, mesmo com esse critério, ficava difícil a escolha, visto que eram muitos os "primeiros moradores".

Ao circular pelo Conjunto, fui encontrando pessoas que eu já conhecia, dialogando com elas sobre quando mudaram para lá, questionando se faziam ou não parte do grupo que havia recebido as chaves das casas logo de sua entrega. Nessa conversa informal, fui delineando os entrevistados, marcando os dias, locais e horários para nosso *bate-papo*, bem como ouvindo frases do tipo: "Cê já falô com a Maria Elvira? Ela também é desse tempo! E com o seu Francisco? Ah! Mais cê num pode esquecê do seu Zezinho...".

Assim, conversando com um, ia *descobrindo* outros e, nesse diálogo, cheguei ao número de vinte entrevistados, nove homens e onze mulheres. Dessas onze mulheres, todas são ou foram domésticas, realizam hoje serviços próximos aos do lar, como costureira e servente escolar. Já os homens estão distribuídos entre funcionários públicos (da EPAMIG, dos Correios e Telégrafos, do INSS e do DER), vigilante noturno, serviços gerais, vendedor e padre.

Sem perder de vista que nossas reminiscências, segundo Thomson, "variam dependendo das alterações sofridas por nossa identidade pessoal [...] sendo o processo de recordar uma das principais formas de nos identificarmos quando narramos uma história"[10], ia conduzindo as entrevistas, atenta ainda ao fato de que:

> Ao narrar uma história, identificamos o que pensamos que éramos no passado, quem pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de ser. As histórias que lembramos não são representações exatas do passado, mas trazem aspectos desse passado e os moldam para que se ajustem às nossas identidades e aspirações atuais. Assim, podemos dizer que nossa identidade molda nossas reminiscências; quem acreditamos que somos no momento e o que queremos ser afetam o que julgamos ter sido.[11]

Digo isto para lembrar que, no momento das entrevistas, vivíamos um processo eleitoral, onde, entre os entrevistados, encontravam-se três candidatos de diferentes partidos políticos,

---

[9]Calvo, Célia Rocha. Muitas memórias e histórias de uma cidade: experiências e lembranças de viveres urbanos, Uberlândia 1938-1990. Tese de doutorado. São Paulo: PUC-SP, 2001.p.11.
[10] Thomsom, Alistair, op. cit. p. 56.
[11] Idem. p.57.

com propostas as mais variadas, representando um momento de disputas internas, que acabaram por influenciar seus depoimentos.

Como a maioria dos entrevistados já me conhecia, uma vez que por muitos anos morei no Conjunto e ainda leciono no mesmo, a resistência às entrevistas não ocorreu. Quando muito me questionavam, entre outras coisas, se o saber que tinham me serviria, ou ainda, em que suas histórias poderiam ajudar-me a escrever uma "história" desse tipo (referindo-se à academia, visto que eu falava de minha pesquisa e, por conta disso, haveria necessidade de que falassem de suas vidas).

Ao perceberem que eu perguntava coisas que eles sabiam responder, foram se soltando, até porque eu não havia organizado um questionário fechado; ao contrário, a partir de perguntas mais abrangentes, ia questionando: O senhor sempre morou em Uberaba? Fale-me de sua vida antes de vir morar no Alfredo Freire: onde trabalhava? Onde e com quem morava? Quais as dificuldades ou facilidades de se viver nesta cidade?

Acredito que "o ato de repensar" seja uma constante no ofício do historiador, entendendo, como nos aponta Marc Bloch, que "os documentos e os testemunhos só falam quando sabemos interrogá-los [...] e que os fatos humanos são, em relação a todos os outros, complexos"[12], cabendo ao historiador elaborar questionamentos aos documentos e interpretá-los mediante sua problemática.

Nesse sentido, no diálogo estabelecido com os entrevistados, à medida que achava necessário, ia interferindo nos depoimentos, clareando as idéias que às vezes estavam um pouco confusas ou mesmo acrescentando outras questões a partir de suas falas.

Ao realizar as entrevistas nas casas dos entrevistados, percebi que eles se sentiam mais à vontade, o que facilitou o afloramento das lembranças. Inclusive facilitou a procura de fotografias, que faziam questão de me mostrar. Era como se houvessem se preparado para esse encontro, relembrando coisas, rememorando o passado e organizando suas falas.

Nessa relação, estabelecida entre a pesquisadora e os entrevistados, foi de fundamental importância a leitura de Portelli, que coloca:

> Uma entrevista é uma troca entre dois sujeitos: literalmente uma visão mútua. Uma parte não pode realmente ver a outra a menos que a outra possa vê-lo ou vê-la em troca. Os dois sujeitos, interatuando, não podem agir juntos a menos que alguma espécie de mutualidade seja estabelecida[13].

Ao considerar a memória como um processo de atribuição de significados ao presente e ao

---

[12] Bloch, Marc. Prefácio. Apologia da História ou ofício do historiador. Jorge Zahar Editor, R.J., 2001, p.27.

[13] Portelli, Alessandro. Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. In: Revista Projeto História. São Paulo, nº 14, fev. 1997.

passado, procurei realizar as entrevistas de modo a permitir que os entrevistados se tornassem sujeitos da história, uma vez que, segundo Yara Khoury:

> Ao narrar, as pessoas interpretam a realidade vivida, construindo enredos sobre essa realidade, a partir de seu próprio ponto de vista. Nesse sentido, temos esses enredos como fatos significativos que se forjam na consciência de cada um, ao viver a experiência, que é sempre social e compartilhada, e buscamos explorar modos como as narrativas abrem e delineiam horizontes possíveis na realidade social[14].

Nos diálogos estabelecidos com os trabalhadores, estes me deram indícios do que vem a ser a cidade, para além das arquiteturas e engenharias. Cidade que, segundo Hobsbawm, é "essencialmente um organismo de seres humanos vivendo juntos de um determinado modo, e o processo característico da urbanização nas sociedades modernas faz dela, pelo menos até o presente, a forma da qual vive a maioria das pessoas"[15]e, foi esse *viver* que me interessou compreender, visto que cada pessoa deposita expectativas e desejos nas cidades em que mora e, a partir desses desejos, luta por transformações em seu cotidiano, participando e interagindo com os demais que compartilham os mesmos ideais depositados na cidade.

A partir dos depoimentos, outras fontes foram-se incorporando a este trabalho, como, por exemplo, as fotografias e, junto delas, outros procedimentos de análise e outros questionamentos foram surgindo. Observando as fotografias dadas pelos próprios entrevistados no momento da entrevista, ouvia suas narrativas e me questionava: Por que tiraram essa foto? Quais os interesses que estavam por trás? Quem as tirou? A mando ou pedido de quem? O que queriam retratar com elas?

Muitas indagações, poucas respostas e muitas interpretações, principalmente quando estabelecia a relação entre as fotografias que me eram apresentadas e os apontamentos dados por Raphael Samuel, ao dizer que em muitos casos as fotografias não passam de "arrumações"[16].

Com as entrevistas feitas com os moradores do Conjunto Alfredo Freire, percebi a complexidade que era viver na cidade. Complexidade traduzida na opção de mudar para a cidade, nela conseguir um trabalho que respeitasse as experiências de cada trabalhador e reconhecer que na cidade o dinheiro é quem decide o que se come, onde se mora e como se

---

[14] Khoury, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: Muitas Memórias, Outras Histórias. São Paulo: Olho d'Água. 2004. p.124.
[15] Hobsbawm, E.J. Da História Social à História da Sociedade. In: Sobre a História. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.p.96.
[16] Samuel, Raphael. Teatros da Memória. Revista Projeto História nº14. fev. 97. PUC-SP. p.50.

vive.

Complexidades que me foram inquietando, pois não compunham a memória hegemônica da cidade. Nesses outros registros de memórias, o viver na cidade era apresentado como algo tranqüilo, onde moradia, trabalho, transporte, segurança, educação e saúde estavam disponíveis sem grandes problemas, bem como o acesso aos direitos e necessidades dos indivíduos garantidos. E os trabalhadores com os quais eu dialogava me traziam outras histórias.

Assim, ao lidar com essas memórias como "um campo de disputas e instrumento de poder"[17], percebi diferentes memórias sobre os fatos narrados. Esta situação me fez recorrer a Portelli, quando este afirma que "não temos, pois, a certeza do fato, mas a certeza do texto: o que nossas fontes dizem podem não haver sucedido verdadeiramente, mas estão contando de modo verdadeiro. Não dispomos de fatos, mas dispomos de textos: e estes, a seu modo, são também fatos" [18], fui investigando, nesses outros lugares de memória, como os trabalhadores eram não só tratados, mas retratados, como eram ou não percebidos na cidade, como a presença e as ações desses trabalhadores interferiam ou modificavam a dinâmica da cidade, incomodando ou não os órgãos públicos e as elites dominantes.

Nos diálogos com as memórias e histórias dos narradores, pude perceber as relações de desigualdade, exclusão e preconceitos vividos pelos trabalhadores na cidade, bem como os descasos e artimanhas do poder público para *organizar* os espaços destinados a esse tipo de trabalhador, o que, para Petuba, "é muito mais do que uma incompetência administrativa – embora essa possibilidade não possa ser descartada – mas ele diz respeito a uma concepção política sobre a cidade e para quem ela é feita[19]".

Paralelamente ao descaso político, constatei lutas, tensões e buscas desses sujeitos para se fazer notar na cidade, imprimindo nesta suas características e anseios, mesmo que em situações menos favorecidas, o que permite discutir os conceitos de hegemonia, dominante e dominado, colocando esses conceitos em movimento e transformação constantes.

No contato com as Atas as reportagens dos jornais locais, percebi o "lugar dos trabalhadores assalariados" na cidade de Uberaba. Esses registros deixaram transparecer os incômodos e transtornos causados por esses trabalhadores, quando se instalam fora "das

---

[17] Khoury, Yara Aun, op. cit. p. 118.

[18] Portelli, Alessandro. A Filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. In: Revista Tempo. RJ, vol. 1, nº2, 1996. p.64.

[19] Petuba, Rosângela Maria Silva. Pelo direito à cidade: experiência e luta dos ocupantes de terra do bairro Dom Almir – Uberlândia, 1990 – 2000. Dissertação. (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, 2001. Nesse trabalho, a autora aponta a cidade de Uberlândia construindo-se fora das expectativas oficiais. Para tanto, é analisada a constituição do atual bairro Dom Almir, fruto da ocupação de terras.

normas e padrões" estabelecidos para uma cidade que almeja manter uma imagem de desenvolvimento, riqueza e luxo, onde "corre dinheiro" e todos "vivem bem".

Essas fontes estão organizadas no Arquivo Municipal de Uberaba, sendo fácil seu acesso e manuseio (apesar do horário de atendimento no Arquivo Público estar restrito ao vespertino).

No mesmo Arquivo encontrei os jornais locais – todos organizados, encadernados e em bom estado de conservação. Optei por trabalhar primeiramente com o Jornal da Manhã, pois encontra-se mais organizado e completo, além de nele ter encontrado indagações sobre o crescimento populacional uberabense e as *medidas* que estavam sendo pensadas pelos governantes para a cidade de Uberaba.

Em seguida, fiz uso também do Jornal de Uberaba, organizado a partir de 1988 e trazendo, já na década de 1990, uma página intitulada "Bairros", onde os moradores são ouvidos e os problemas e reivindicações trazidos à tona.

Com relação aos decretos de compra e venda de terrenos públicos, estavam disponíveis, bem como fotos antigas da cidade e a vasta documentação acerca da criação do gado zebu em Uberaba.

Em Belo Horizonte, na sede da COHAB – Companhia de Habitação que construiu as casas localizadas no Conjunto Alfredo Freire - tive acesso aos mapas e plantas das casas, com metragem, fachada e formato, como também à planta do referido Conjunto, a forma como os engenheiros o pensaram, desenharam e organizaram, bem como acesso ao alvará de construção e de vistoria das casas.

Na sede da Associação dos Amigos do Conjunto Alfredo Freire (AACAF), encontrei fotografias, recortes de jornais e atas, guardadas de modo a preservar a memória dos que passaram por essa instituição e, através dela, *fizeram* obras e modificações no espaço físico do Conjunto.

Na Secretaria de Planejamento de Uberaba (SEPLAN), tive acesso ao mapa de Uberaba, no qual é possível analisar os espaços ocupados e a serem ocupados na cidade, bem como a distribuição da população uberabense.

Nesses muitos registros sociais, busquei compreender a cidade como movimento, esperando contribuir para a elucidação das muitas formas de viver, atribuídas e ressignificadas pelos muitos sujeitos que experimentam, no dia-a-dia, o ser morador em Uberaba, desmistificando a idéia de uma "cidade de todos e para todos" com iguais oportunidades e fraterna em suas relações.

Para que possamos compreender essas muitas histórias tecidas em teias diferentes, propus a organização deste trabalho em três capítulos:

No primeiro capítulo, intitulado: **MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS: Um lugar na cidade**, abordo o viver dos moradores do Conjunto Alfredo Freire antes de sua construção, percebendo como viviam, onde viviam, com quem viviam, se já moravam em Uberaba, onde trabalhavam, seus sonhos em relação ao morar nesta cidade, bem como suas expectativas frente ao aluguel e à obtenção da casa própria.

Ainda nesse capítulo discuto a aquisição do terreno pela Prefeitura Municipal de Uberaba e sua parceria com a COHAB, no intuito da construção das moradias. Questiono a forma como foram feitas as inscrições para obtenção das casas e os jogos políticos imbricados nessas distribuições. Por meio da fotografia simbolizando a entrega das chaves das casas aos futuros moradores, bem como das narrativas, procuro estabelecer os significados atribuídos não só pelos moradores a esse ato, como também pelos políticos que tinham outros interesses com essa imagem.

No segundo capítulo: **UM LUGAR NA CIDADE: Um território nas memórias**, acompanho, por intermédio das narrativas, fotografias, atas da AACAF, atas do Legislativo, planta do Conjunto e das casas recebidas, a primeira visita ao local que seria "sua casa". Nesse aspecto, a procura do lote, quadra e número da casa são relatadas,. assim como as expectativas, significados e sentimentos vividos naqueles momentos, a adaptação ao novo lar, as necessidades, dificuldades e transformações/modificações realizadas não só nas casas, como no próprio Conjunto, em termos de limpeza, de abaixo-assinados e outros movimentos. Nessa caminhada, percorro os primeiros anos do viver nesse local, as muitas experiências e as muitas ações realizadas pelos moradores, as muitas angústias e as muitas alegrias que, juntas, constituíram as relações e viveres das pessoas.

No terceiro capítulo: **MEMÓRIAS DE LUTAS: Um território em disputa**, analiso a década de 1990 e as lutas, modificações e manifestações diversas ocorridas dentro e fora do espaço do Conjunto. Para tanto, busco as narrativas dos moradores, as atas da AACAF, os jornais locais, as fotografias e os mapas atuais da cidade e do Conjunto, para reconstruir as trajetórias de vida dessas pessoas, lutando pelos direitos à cidade, o que me possibilitou perceber o movimento das pessoas na construção e reelaboração de uma outra imagem do Conjunto Alfredo Freire, na cidade de Uberaba.

Desta forma, fui tecendo a rede de relações estabelecidas entre os trabalhadores do Alfredo Freire na cidade, abordando as convivências, as acomodações, o lazer, o trabalho, as expectativas de vida entre os primeiros moradores, com os que se mudaram para o Conjunto posteriormente a sua inauguração e as gerações mais novas (segundas e terceiras gerações) que apresentam outras expectativas e necessidades no viver em Uberaba.

Constatei ainda outras construções acerca do viver no Alfredo Freire, elaboradas por parte dos sujeitos que vivem em outros bairros da cidade, o que me permitiu discutir e analisar as mudanças nas redes de relações estabelecidas na cidade, questionando os motivos para tais mudanças, percebendo os novos contatos, os novos olhares, o respeito sendo conquistado.

Isso significou descobrir o constante movimento dos sujeitos na cidade e, portanto, o fazer-se deles, na medida em que viver é uma luta, mas uma luta que se ressignifica no tempo e na experiência vivida, que permite às pessoas se verem como agentes históricos, como parte da sociedade, como vencedores de um processo que significa vida, reconhecimento e respeito.

Acredito que as pessoas, como agentes que são desse processo de luta, devam ser tratadas com respeito e dignidade, não porque temos pena, mas porque são pessoas que pensam, que têm sentimentos e que compõem a cidade com suas diferenças e, nessas, completando-se e dando à vida um sentido especial: o da luta por seus direitos. E a sabedoria consiste em saber lidar com essas diferenças, respeitando-as e acreditando na capacidade de transformação e ação das pessoas.

Este é meu compromisso: o de possibilitar que outras histórias, outras narrativas e, portanto, outros significados sobre o viver a cidade possam ser discutidos e compostos na história de Uberaba, de forma que os sujeitos com os quais dialoguei coloquem-se na história como narradores dos acontecimentos e não como meros figurantes.

Espero que esses trabalhadores tenham, nesta dissertação, espaço para se expor, de forma que possamos aprender juntos, no diálogo, na sabedoria da vida – que é a experiência - as muitas palavras, as muitas ações e as muitas reações desses trabalhadores diante das muitas situações vividas no dia-a-dia, não permitindo que essas palavras, ações e indignações sejam apagadas ou silenciadas pelos discursos dominantes, mas que, com nosso trabalho, ganhem força, voz e vez na cidade.

CAPÍTULO 1

MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS: Um lugar na cidade

> Que vivê aqui num foi fácil não, foi muito difícil. Hoje nóis tamo rico. Tamo rico, né? Que quando nóis veio pra cá dava inté medo, que num tinha vizinho direito, tudo ficava aberto... Eu falava com meu marido que tava com medo dos outro mexê nas nossas coisa... mais ele dizia que não, que ninguém havia de amolá nóis não. Mais eu tinha até medo de ficá na rua quando anoitecia. Eu queria, porque queria vortá, que num era fácil de acostumá. Mas lá num tinha onde estudá, era tudo mais difícil. Aqui tamém era, mais ainda assim era mais fácil que lá na roça [20].

O "viver na cidade" não se apresenta de forma uniforme para todas as pessoas que decidem, pelos motivos os mais variados, nela construírem suas trajetórias de vida e trabalho. Há dissabores, conflitos, encantos e desencantos[21] que, muitas vezes, dificultam não só as decisões de vir para a cidade, como também geram conflitos na reestruturação desses novos viveres.

Pensando nessa multiplicidade de olhares, sentimentos e expectativas em relação à cidade, busco recuperar, por meio do diálogo estabelecido com os entrevistados neste trabalho, as memórias sobre a chegada desses sujeitos em Uberaba, bem como as experiências trazidas e os significados atribuídos por essas pessoas na reconstrução de suas vidas na cidade.

Ao propor esse diálogo, a cidade que emergia das falas dos entrevistados em muitos momentos não condizia com a imagem da cidade veiculada nos jornais locais ou mesmo nos comentários dos agentes administrativos e grupos dominantes.

Assim, neste capítulo proponho recompor, por meio das narrativas dos entrevistados, as lembranças que esses sujeitos carregam sobre suas vidas em outros espaços e territórios (como na roça ou em outras cidades), dialogando acerca das dificuldades e ou motivos que os levaram a *optar* por Uberaba. Reflito ainda sobre as memórias da chegada a esta cidade, as formas de morar e trabalhar aqui estabelecidas, as alegrias, arranjos, rearranjos e desilusões vivenciadas, assim como as ações e reivindicações desses novos moradores, colocando-se como parte desta cidade.

Com esse intuito, passei a dialogar com os entrevistados selecionados e, a partir de suas narrativas, a cidade foi-se delineando, carregada de valores e histórias construídas pelos sujeitos com os quais eu me propus conversar. Valores e histórias que muitas vezes não

---

[20] Idem.

[21] Almeida, Paulo Roberto de. Op. cit. p. 139-154.

condiziam com os relatos e memórias construídos pelos grupos dominantes da cidade.

Tal situação levou-me a problematizar as histórias dadas "como verdadeiras" sobre a cidade de Uberaba (que prezam os feitos de alguns e omitem a participação de tantos outros), possibilitando, por meio de outras memórias sobre o viver na cidade, a construção de outras histórias sobre Uberaba.

Nesse sentido, conversando com Dona Creuza Aparecida, 54 anos, moradora há vinte e quatro anos no Conjunto Alfredo Freire e trabalhando há cerca de dezoito anos na Escola Municipal Professora Stella Chaves como servente escolar, ela se emociona ao lembrar de sua vinda para a cidade e de como era seu dia-a-dia na roça, antes de vir.

> Que lá na roça eu trabaiava muito, muito mesmo... Acordava cedo e trabalhaiva o dia todinho, fazia de tudo... comida prus pião, cuidava dos minino e da casa, da casa do patrão, ih!, era muita coisa pra fazê. Até ajudava meu marido a prantá, a cuidá da roça, né, que tinha que ajudá.

No entanto, diante das dificuldades vividas na roça, principalmente aquelas ligadas à educação dos filhos e atendimento de saúde, ela e o esposo decidiram mudar para a cidade, visto que, como conta Dona Creuza, "eu morava na Fazenda dos Fuzaro, aí eu tive que vim pra cidade, porque as minina precisava estudá, que era duas, precisa estudá, que tavam cresceno e lá tava difícil [22]".

Assim, com as poucas economias adquiridas pela família em anos de trabalho com a lida da terra, do gado e dos serviços domésticos prestados por Dona Creuza aos patrões, conseguiram comprar, de segunda mão, uma casa no Conjunto Alfredo Freire.

Em sua fala, deixa claro que a escolha pela cidade não foi uma decisão tranqüila, que foram necessários arranjos e ponderações: "a gente pensô muito, pensô e achô que seria meió [...] e a gente teve que vim pra cidade [23]".

Em sua narrativa, as expectativas de dias melhores contrastam com a realidade estabelecida na cidade, onde normas e padrões de moradia, trabalho, lazer e consumo, por exemplo, ganham visibilidades diferentes, alterando profundamente o modo de vida e as relações estabelecidas por Dona Creuza e a família, no novo espaço.

Tal contraste pode ser observado nos argumentos apresentados abaixo, sobre as diferenças entre o viver na cidade e o viver na roça.

---

[22] Dona Creuza Aparecida J. Dias, 54 anos, moradora do Conjunto Alfredo Freire, desde 1982. É casada, tem quatro filhos. É servente escolar na Escola Municipal Prof.a Stella Chaves. Entrevista concedida em 13/08/2004, em seu local de trabalho.

[23] Idem.

> Que a gente achava que as coisas iam sê meió, que os menino iam podê tê estudo, que na fazenda num tinha. Mais num foi fácil. Que aqui, na cidade, se ocê tivé dinhero, ocê come. Se num tivé num come. Lá na roça não, lá a gente engordava porco, eu tinha minha roça de verdura, criava galinha... Nóis tinha a nossa cultura! Agora aqui não, é diferente, se ocê tivé dinhero cê come, se num tivé num come[24].

Essas afirmativas evidenciam muito mais uma *obrigação* que uma escolha, muito mais incertezas que certezas, visto que a vida na cidade não seria a mesma da roça e morar na cidade exigiria toda uma modificação no tipo de vida, no circulo de amizades e nos costumes que sempre tinham vivenciado.

"Viver" que, na cidade, como diz Dona Creuza, não foi e não é tranqüilo. E não o é, porque o modo de vida na cidade é regulado pelo dinheiro. Assim, o valor dado aos sujeitos na cidade está condicionado à quantidade de dinheiro que eles possuem, a seu poder de compra. Dessa forma, essas pessoas acostumadas à lide da roça, que tem características muito diferentes das da cidade, chocam-se com esses valores. Isto se torna um agravante para quem se muda para a cidade, pois, na roça, planta-se para comer, tem-se o leite, a carne, os ovos e tantos outros alimentos *disponíveis*, enquanto na cidade é preciso comprá-los.

Além dessa questão, há também a dificuldade para se conseguir emprego. Principalmente porque o tipo de emprego ofertado na cidade, muitas vezes, destoa das experiências trazidas de fora, situação que cria expectativas frustrantes, diante das dificuldades.

Então, as expectativas e sonhos depositados nesse novo viver se transformam, em determinados momentos, em desespero, pois "quandi eu vim pra cá, eu num conseguia emprego não, era muito difícil. Aí eu fiquei muito tempo trabaiano de bóia-fria, pra vê se a gente dava conta, pra ajudá meu marido[25]".

O "dar conta", como diz Dona Creuza, evidencia transformações e choques, entre sonhos e realidade vivida, entre o ter que voltar a viver na roça e a tentativa de se adequar à vida na cidade. Tanto que, mesmo vivendo na cidade, o trabalho encontrado a princípio foi o de bóia-fria, pois suas experiências e relações de trabalho estavam voltadas à lida com a terra.

Evidencia a luta para conseguir superar as dificuldades e constituir novas relações de trabalho, de moradia, de vizinhança e de hábitos na cidade. Ao mesmo tempo, dá indícios de aprendizados e conflitos sobre o viver na cidade sem, ao mesmo tempo, perder seus hábitos, seus costumes e seu modo de viver do campo.

---

[24] Idem.
[25] Idem.

Ao dizer que chegou a trabalhar de bóia-fria, Dona Creuza está se remetendo à cultura que tinha da roça, aos trabalhos que ela e a família executavam antes de virem para a cidade.

Assim como Dona Creuza, outros entrevistados apontam para a relação entre os trabalhados realizados por eles na roça e na cidade. Nesse sentido, a maioria das mulheres entrevistadas conta que nos primeiros anos de vida na cidade, a profissão exercida por elas estava ligada ao lar, como doméstica, alternando com costuras e bordados.

Já os homens, pela experiência que traziam, foram trabalhar como vigia noturno, motorista, servente de pedreiro e em serviços gerais.

A partir desses relatos, busco compreender os viveres de trabalhadores e trabalhadoras que, como Dona Creuza, deixaram o campo, deixaram outras cidades, amigos, familiares, trabalho e modos de vida até então vividos, em busca de uma vida melhor na cidade, deparando com dificuldades as mais variadas.

Em outros registros, encontro palavras enaltecedoras, que colocam a cidade de Uberaba num patamar de "igualdade para todos", onde os atrativos e facilidades de vida estão presentes e constituem o dia-a-dia de todos os moradores que aqui vivem, como é o caso das manchetes publicadas nos jornais da década de 1970, que divulgavam a idéia de Uberaba como uma cidade "sem defeitos", uma cidade "perfeita, boa pra se viver".

Laura Antunes Maciel, ao discutir a questão do telégrafo e da imprensa como fontes de pesquisa e análise para o historiador, aponta para a necessidade de tratarmos os jornais

> Como uma força social que atua no presente, seleciona e fatia aspectos da realidade que constituirão a pauta do debate público, disputando com outras forças sociais a direção a ser dada aos acontecimentos enquanto eles se desenrolam, definindo e dando visibilidade a interpretações, argumentos, comportamentos, sujeitos e experiências consideradas válidas, normais, memoráveis e silenciando sobre outras que não ganham a chancela do jornal e, portanto, não chegam até a opinião pública/leitores[26].

Nesse sentido, principalmente no mês de maio de 1979, mais precisamente no dia dois, data em que se comemorava o aniversário da cidade[27], percebe-se a imagem que determinados grupos econômicos constroem sobre a cidade, como se essa imagem fosse a mesma para todos os moradores que nela vivem.

Ocupando páginas inteiras do jornal, encontramos manchetes que oferecem ao leitor

---

[26] Maciel, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920. In: Muitas Memórias, Outras Histórias. São Paulo: Olho d'Água. 2004. p.40.

[27] O aniversário de Uberaba sempre foi comemorado no dia dois de maio. No entanto, a partir da Emenda Constitucional nº 13, de 07/02/1995, no governo do prefeito LUÍS GUARITÁ NETO, achou-se por bem mudar a comemoração, justificando-se a importância histórica de 02/03/1820, quando Uberaba foi elevada a Freguesia.

outras imagens sobre a cidade, como as publicadas pelo Jornal da Manhã: "[...] no coração de cada uberabense, brilha a chama de um amor intenso. Aqui edificamos uma cidade em que a vida é boa, o futuro é esperança e o trabalho é rotina[28]", ou "[...] é uma cidade adulta, crescida, grande, enorme, progressista e em franco desenvolvimento, mas guardando em seu bojo a humanização, onde o homem ainda vale como homem[29]", ou ainda que: "Em Uberaba, há possibilidades para todos os que queiram e não tenham preguiça de trabalhar[30]".

Ao ler essas manchetes ocupando páginas inteiras do jornal, faz-se necessário localizar os sujeitos que falam e o lugar de onde eles estão falando. Ainda: é preciso indagar sobre o viver desses sujeitos hoje, interpretando suas narrativas e não as tomando como "verdades absolutas", que valem para todos, mas como falas que representam o viver e o olhar de determinados grupos sociais, como é o caso dos textos jornalísticos acima citados, não perdendo na temporalidade das memórias, outros sentidos e viveres sobre a cidade que lhe são atribuídos, levando em conta a multiplicidade de sujeitos que a compõem.

Assim, as palavras de Milton Santos acerca do valor e do lugar do indivíduo na sociedade ajudam a pensar quem são os sujeitos com os quais estou dialogando, de onde falam e que posição social ocupam na cidade. Como afirma Santos, "cada homem vale pelo lugar onde está: seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende de sua localização no território[31]".

Neste caso, o diálogo é com sujeitos que possuem interesses, valores e expectativas diferentes na cidade. Dona Maria Helena, 54 anos, nascida em Patos de Minas, cidade interiorana de Minas Gerais, desde pequena trabalhou como babá ou em serviços domésticos. Ela conta que era preciso trabalhar, pois "eu tinha que ajudá em casa, que eu era a mais velha de casa e tinha que ajudá minha mãe a cuidar dos meus treis irmão mais novo. Aí eu tinha que trabalhá e desde os sete anos que eu já trabalhava na casa dos rico, onde minha mãe já tinha trabalhado[32]".

Sem muitas perspectivas de melhora, mudou-se para Uberaba no final dos anos sessenta, deixando para trás os familiares e conhecidos. Jovem que era, veio em busca de novas possibilidades de vida, pois ouvira dizer que em Uberaba as chances de trabalho eram maiores que em Patos de Minas.

---

[28] Móveis Modernos. Jornal da Manhã, Uberaba, 02 de maio 1979. Caderno Especial, p. 06.
[29] "Uberaba: progresso e desenvolvimento". Jornal da Manhã, Uberaba, 02 de maio 1979. Caderno Especial. P.08.
[30] Idem.
[31] Santos, Milton. O lugar e o valor do Indivíduo. In: O Espaço do Cidadão. 2ª ed. São Paulo: Nobel, 1993, p.45.
[32] Dona Maria Helena Chimango, 54 anos, é ex-moradora do Conjunto Alfredo Freire. Mudou-se para o Conjunto em dezembro de 1981 e nele residiu até 1993. Entrevista concedida em 13/08/2004.

Esperançosa de dias melhores, Dona Maria Helena foi logo percebendo que:

> [...] num era fácil morá aqui em Uberaba. Em todos os aspecto, Uberaba não era a cidade que a gente diz que é fácil de vivê. Serviço que era difícil, e naquela época, talvez fosse até mais difícil que hoje, naquela época as veiz num tinha nenhuma instituição que desse serviço pra gente, e hoje até que tem mais possibilidade de consegui um serviço. Morá, então, Nossa Senhora, num era fácil. Aluguel que era caro, num dava pra pagá, pagava, mais num comia direito, e dinheiro a gente nunca tinha, num dava pra nada. A gente recebia num dia e no outro já tava pedindo dinhero emprestado de novo. Num era fácil. Hoje também num é, mais naquela época era pió[33].

O pouco estudo, a pouca experiência no trabalho, a ausência de carteira assinada ou de referências de outras pessoas que pudessem *comprovar* os serviços até então prestados e a falta de amigos/conhecidos na cidade contribuíram para tornar a chegada e a estadia de Dona Maria Helena em Uberaba mais difíceis.

Conversando sobre esse assunto, Dona Maria Helena que, hoje, está com sua casa e trabalho estabilizados, fala sobre o passado, com tristeza e, ao mesmo tempo, desânimo, ao dizer que "a gente tem que se sujeitá a tudo, né, se quisé vivê na cidade, e as veiz num é isso que a gente imagina que vai vivê![34]."

As angústias e dificuldades relatadas por Dona Creuza e Dona Maria Helena me permitem refletir sobre como é tratada a questão da cidade, muitas vezes apresentada de maneira uniforme[35], como se todas as pessoas que nela vivem se organizassem, se agrupassem, trabalhassem e tivessem os mesmos interesses. No entanto, a cidade é composta por diversidades, diferenças, tensões e inúmeras desigualdades, observadas inclusive na ocupação dos muitos espaços que a constituem.

Assim, pelas narrativas orais, é possível dizer que esses trabalhadores, ao chegarem a Uberaba, passaram a viver ora de aluguel, ora abrigados em casas de parentes ou mesmo apossando-se de terrenos ilegais[36], o que caracteriza a própria dinâmica da cidade, bem como a forma como o poder público trata os trabalhadores.

Artigo publicado no Jornal da Manhã, destacando a transferência dos posseiros para outra área da cidade, afirma que essa atitude pretendia "evitar um grande problema social, que seria a derrubada do barraco do posseiro sem posterior dotação de moradia substitutiva[37]". Esse

---

[33] Dona Maria Helena Chimango, 54 anos.
[34] Idem.
[35] Hoggart, Richard. As utilizações da Cultura 1: aspectos da vida cultural da classe trabalhadora. Lisboa: Editorial Presença, 1975. p.20.
[36] No "Corredor das Tutunas" existe ocupação ilegal de terras. Jornal da Manhã, Uberaba, 05 de jan. 1979. p.01.
[37] Posseiros vão receber 'casa embrião'. Jornal da Manhã, Uberaba, 21 de jun. 1979. p.01

tipo de ocupação ilegal, ao mesmo tempo em que contrariava a organização pretendida pelos governantes de Uberaba, evidenciava uma disputa pela cidade, pois os trabalhadores estavam encontrando formas de vivê-la.

Dessa maneira, encontrando um jeito de sobreviver na cidade sem, no entanto, deixar de lado o propósito de dias melhores, com emprego, escola para os filhos e atendimento médico, entre outros, esses sujeitos foram-se fazendo.

Assim, quando os sujeitos com os quais eu dialogo me falam o que era viver de aluguel na cidade, estão também questionando a insegurança do dia seguinte, bem como as limitações quanto ao direito de poder imprimir suas características e desejos onde moravam, visto que não era seu aquele lugar, "que a gente pagava aluguel, mais é um dinheiro que eu jogava fora... porque num voltava pra mim, num era meu, cê entêndi? Que se eu economizasse no aluguel, daí, eu podia investi noutras coisas que fosse minha, e no aluguel num é assim, que cê num pode mexê na casa[38]".

"Não poder mexer na casa", para Dona Maria Elvira, significava não poder sentir-se nela por completo, como se ela e a família não pertencessem àquele lugar, reconhecendo que não poderiam imprimir suas características naquela moradia. Nesse sentido, o morar recebe significados que vão além da casa, como construção física. Está carregado de valores, entre eles o de pertencimento e de segurança.

Para além dos sentimentos de não poder colocar-se na casa, como propriedade, que se pode mexer/modificar do jeito que se pretende, conforme as necessidades de cada família, existia ainda o medo de ser posto para fora da casa, caso houvesse um imprevisto, como doença ou desemprego.

Tal vulnerabilidade, presente na situação de quem vive de aluguel, é manifestada por Kowarick ao dizer que:

> Os inquilinos, quando desempregados ou aposentados, estão mais sujeitos à mobilidade socioeconômica descendente. São também facilmente expulsos pelos proprietários quando não podem pagar os aluguéis [...], isso faz com que a moradia de aluguel constitua um modo de viver pouco valorizado, no qual as constantes mudanças tendem a desenraizar as pessoas e, talvez mesmo, a dificultar uma consolidação para enfrentar o cotidiano espoliativo de nossas cidades[39].

---

[38] Dona Maria Elvira de Jesus, 57 anos, moradora do Conjunto Alfredo Freire desde sua inauguração. É viúva, tem quatro filhos e seis netos, mas mora sozinha. É manicure e encontra-se afastada por motivo de doença. Entrevista concedida em 25/08/2004, em sua casa.

[39] Kowarick, Lúcio. Escritos Urbanos. São Paulo: Ed. 34, 2000. p.90.

Nesse sentido, a dinâmica apresentada é a de que se faz necessário vencer esses obstáculos, sentimentos e medos, presentes no viver de aluguel. È necessário também recriar seus modos de vida na relação entre o número de filhos que se possui, o número de cômodos das casas alugadas e a quantidade de dinheiro disponível para esse fim, pois, quanto maior é o número de filhos, mais difícil torna-se conseguir alugar uma casa. Tal situação é justificada pelos proprietários de casa de aluguel pelo fato de as crianças "sujarem e estragarem" o imóvel. Além disso, o número de filhos requer uma casa maior, o que onera ainda mais o valor pago mensalmente pelo imóvel locado.

Dona Judite, costureira, casada e mãe de oito filhos, viveu na pele essas dificuldades. Ela se lembra de que "a gente já ganhava pouco, que o Zé trabalhava e eu ajudava como podia; os minino também trabaiava, que os maiorzinho já saía vendendo coisa na rua, pra ajudá também, que senão a gente num dava conta, não[40]"; assim, mesmo apertados, era preciso acomodar todos os membros da família na casa alugada, mesmo que não coubessem, porque o dinheiro mensal recebido não comportava o aluguel de uma casa maior.

A vida na cidade de Uberaba foi difícil para Dona Judite e seus familiares, mas ela lembra que, de onde veio, as dificuldades eram ainda maiores. Nascidos em Currais Novos – RN tinham casa própria e moravam perto dos familiares dela e de seu esposo. No entanto, não tinham perspectiva alguma de vida melhor:

> Que lá nóis tinha uma casinha de seis cômodos, que era nossa. Era simplisinha, mais era nossa. Mais isso só num adiantava, né... num era só de casa que a gente precisava. Que os minino tava cresceno e logo já precisavam ajudá em casa, já iam precisá trabalhá, e lá num tinha emprego pra eles, num tinha estudo, num dava pra eu tá ajudano, e só o marido trabaiano e ganhano pouco, que o salário de lá acabava sendo menor, num dava, né?[41].

Assim, após muitas conversas com uma das irmãs de Dona Judite, que já morava em Uberaba e sempre telefonava destacando as coisas boas conseguidas, decidiram partir. Venderam todos os móveis que tinham e, com o dinheiro arrecadado, compraram as passagens, trazendo com a família apenas as roupas pessoais e algumas roupas de cama.

Chegaram depois de três dias de viagem de ônibus. Dona Judite conta:

---

[40] Dona Judite Alves dos Santos, 62 anos, casada, oito filhos e catorze netos. Reside no Conjunto Alfredo Freire desde out. de 1981. Sempre ministrou aulas de corte, costura e bordado em casa, para ajudar a criar os filhos. Faz parte da Pastoral da Família e é Ministra da Eucaristia, além de preparar as crianças do Conjunto para a Primeira Eucaristia. Entrevista realizada em 14/08/2004, em sua casa.

[41] Idem.

> Aí nóis chegamo, né. E nóis tivemo que ir vivê na casa da minha irmã. Nóis sabia que isso num ia sê fácil, que a gente se sente atrapalhano, ainda mais com aquele tanto de filho, sem tê nada... num é isso que a gente deseja, mas tem que intendê que é assim, que é preciso, e sabê que pra tudo tem a sua hora[42]".

Aos poucos, apesar das dificuldades, foram estabelecendo-se em Uberaba. Conseguiram matricular os filhos na escola, os dois filhos mais velhos conseguiram emprego, bem como seu marido, e ela, com uma máquina de costura que havia adquirido quando da chegada, iniciou seu trabalho de costureira.

Com a renda mensal, puderam partir para novos planos, como o de alugar uma casa. No entanto, na busca por uma casa para alugar,

> o povo já ia logo perguntano quantos filho a gente tinha, que ninguém gostava de alugá casa pra família grande, cheia de crianças. Quando falava aquele tanto, ih!, era uma dificuldade que só ocê veno..., quando falava que óis tinha oito fio... E todo ano a gente tinha que mudá, aí começava tudo de novo. E achá casa que coubesse todo mundo também num era fácil, porque aí o preço subia, e a gente num dava conta de pagá... os filho pequeno, só eu e o Zé trabaiano, até que os minino maior foram ajudano, um vendia uma coisa, o outro vendia outra, e assim nóis fomo levano [...][43].

O número de filhos de Dona Judite condiz com a cultura de quem vive no campo, com a casa cheia, ou de quem vive no interior. Vivendo em Currais Novos isso não constituía grande problema. Muito pelo contrário, lá "nóis reunia todo mundo em casa, e se não coubesse, a gente ia pro terrero, que era muito normal, juntava todo mundo e toda família tinha muitos filho. Quando nóis viemo pra cá era diferente".

Esses depoimentos apontam para novas reformulações que são feitas para viver na cidade. Apontam para ritmos de vida diferentes, nem sempre respeitados.

Thomson, problematizando a relação entre a história oral e a memória, afirma que "compomos nossas reminiscências para dar sentido à nossa vida passada e presente. [...] De certa forma, nós as compomos ou construímos utilizando as linguagens e os significados conhecidos de nossa cultura[44]".

Entre essas linguagens utilizadas para recompor a memória, encontram-se as fotografias, que nos permitem entender o próprio presente, através do passado. Com elas, a memória é evocada, não como "fatos abstratos sobre o passado, mas como estória, como sentimento e

---

[42] Idem.
[43] Idem.
[44] Thomson, Alistair. Op. cit. p.56.

pensamento lembrado[45]", que se reflete nas análises sobre o presente, bem como sobre as expectativas futuras de dias melhores.

Durante o diálogo que mantive com Dona Judite em sua casa, ela procurou em seus guardados fotografias que a ajudassem a recompor o *fio* da memória. Com prazer foi passando-as, uma a uma, e os relatos foram fluindo com mais facilidade. É como se o passado estivesse sendo revivido naquele momento e ela não pudesse conter a emoção ao lembrar de tempos tão difíceis e, ao mesmo tempo, tão significativos.

FIGURA 1: Foto de Dona Judite e sua família, tirada em 1979, em uma das casas que viveram de aluguel.
Fonte: Álbum de família de Dona Judite Alves dos Santos.

Dona Judite lembra os cômodos apertados, os filhos dormindo todos juntos, "pra não dizê amontoado, que a casa que nóis conseguia alugá nem sempre cabia todo mundo confortável, que só nóis já enchia a casa... e alugá uma casa maior, que tivesse espaço pra nóis tudo, ah!, isso num dava, que aluguel naquela época era muito caro[46]".

Lembra os domingos em que amigos se reuniam em sua casa – mesmo naquele pouco

[45] Grupo Memória Popular. Memória Popular: teoria, política, método. In: Fenelon, D.R..; Maciel,L. A.; Almeida, P. R.; Khoury, Y. A. et.all (orgs). Muitas Memórias, Outras Histórias. São Paulo: Ed. Olho d'Água, 2004. p.291.
[46] Dona Judite Alves dos Santos, 62 anos.

espaço – para comemorar algum aniversário ou mesmo apenas para estar juntos e, nessa prática, não só para lembrar os momentos de convívio em Currais Novos, como também para construir novas relações de trabalho e amizades na cidade, de forma que nestas pudesse apoiar-se porque, como afirma, "fazê a vida numa cidade tão diferente daquela que a gente tava acostumado não é fácil[47]."

Recordando esses fatos, Dona Judite deixa transparecer que expectativas, esperanças, novas relações foram constituindo-se e que estar "apertadinhos" na cozinha de sua casa representava os apertos e os desconfortos vividos nessa batalha de reconstrução de viveres.

Viveres que constituem desafios, principalmente porque não é fácil vencer as dificuldades impostas pela falta de dinheiro. São muitos os "arranjos e desarranjos" necessários ao novo viver dessas famílias e isso nem sempre é tranqüilo.

No entanto, a vida não pára e a família foi recriando seus hábitos e seus costumes, sem, no entanto, deixar de lado os costumes anteriores, numa interação constante e contínua.

Na década de 1970, de acordo com os dados[48] do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de habitantes em Uberaba subiu de 108.576 para 199.203 habitantes. Isso significou repensar os espaços ocupados por esse grande número de pessoas. Significou reorganizar a cidade para que esta não "fugisse à organização e ao controle social" desejados pelos governantes e pela classe dominante uberabense.

É possível visualizar o crescimento de Uberaba pela da Figura 2: Mapa sobre a "Tendência da Expansão Urbana em Uberaba em 1980"[49], que trata do crescimento da cidade em termos populacionais, abrangendo os espaços vazios e os já ocupados, bem como os locais destinados à população de renda mais elevada e os de baixa renda.

---

[47] Idem.

[48] Colhidos no *site* do IBGE, Censo 2001 e no Guia Sei – Uberaba/2003, p. Cidade – 3 A.

[49] Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Programa Estadual de Centros Intermediários. Diagnóstico de Uberaba. Belo Horizonte, 1980. Este mapa consta desse levantamento, mas foi modificado para melhor visualização e análise. Ele evidencia a 'Tendência de Expansão Urbana' da população de Uberaba, no final da década de 1970, abordando a Tendência da Expansão Urbana..

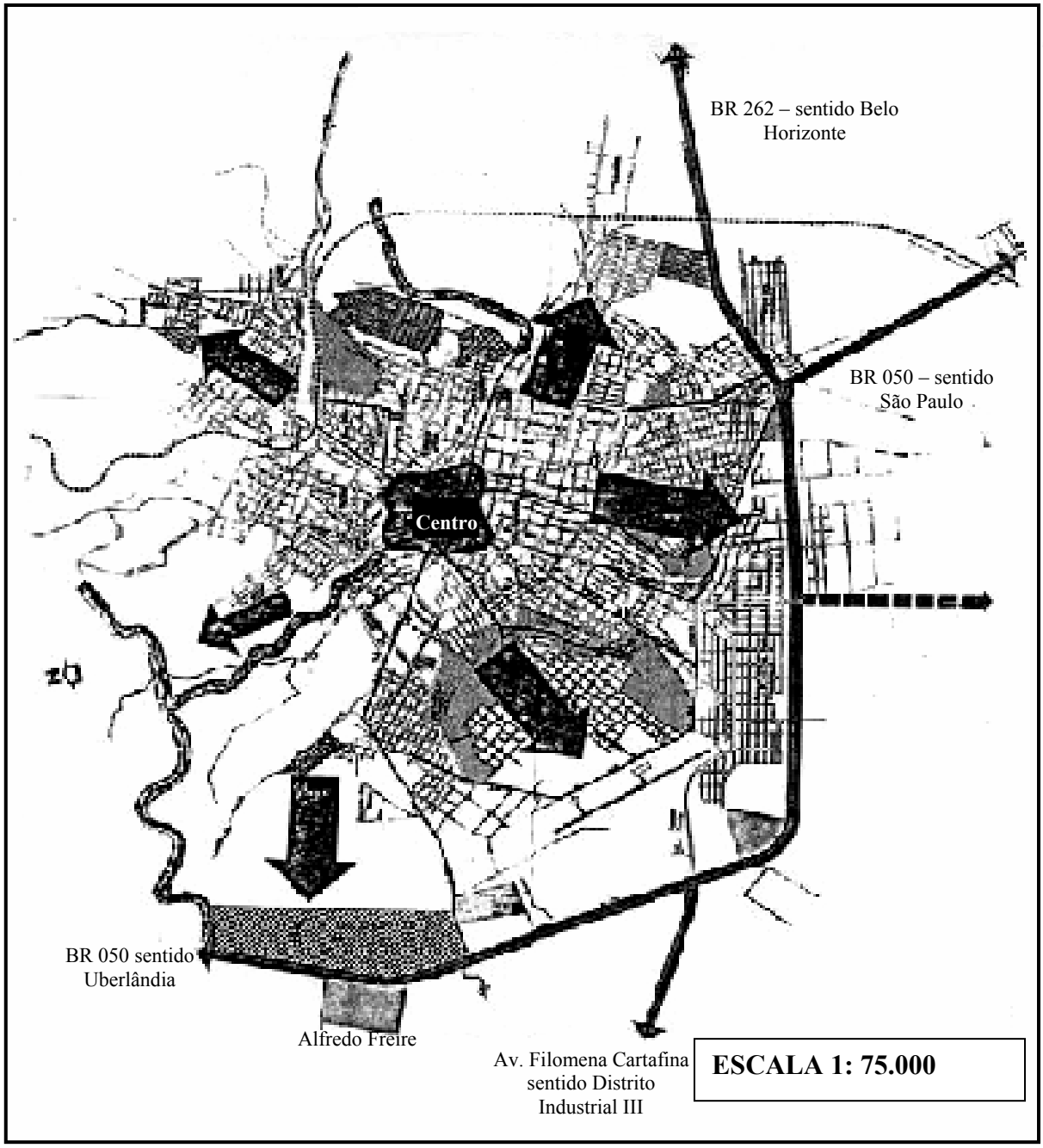

FIGURA 2: Mapa sobre a tendência da expansão urbana em Uberaba – 1980

Fonte: Adaptada de: Fundação João Pinheiro - Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Programa Estadual de Centros Intermediários. Diagnóstico de Uberaba. Belo Horizonte, 1980. p.78.

Percebe-se que a distribuição dos espaços se fez a partir do centro para os bairros e, destes, para bairros ainda mais distantes, quase nunca equipados. Nesse sentido, a fim de manter o controle sobre a cidade e seus moradores, os governantes de Uberaba decidiram onde e como deveriam morar os trabalhadores pobres da cidade.

Com esses objetivos, a necessidade e o direito de ter onde morar passam a ser tratados como privilégios ou doações do Estado e não como seu dever, escamoteando os verdadeiros motivos dessa distribuição espacial. E, nessa organização, o que menos importava eram as condições dos lugares em que se realizavam essas expansões, ou seja, o lugar em que seriam construídas as moradias destinadas aos trabalhadores de baixa renda, na cidade.

Nesse sentido, esse mapa representa não só o crescimento da cidade, como sua reordenação espacial. A cidade de Uberaba, pensada pelo viés dos arquitetos e engenheiros e observada no mapa acima, indica o centro da cidade e seu entorno, evidenciando os bairros que se foram formando no decorrer dos anos. Permite observar áreas *desocupadas* na cidade, vislumbrando crescimentos.

A cidade é vista em espaços ordenados: centro, conjuntos habitacionais, setores distritais.

Vincula-se ao projeto daqueles que pensaram a cidade e imprimiram nela sentidos/significados alicerçados nas hierarquias e na divisão social do trabalho. Existem os espaços dos ricos e os espaços dos pobres e dos trabalhadores.

Os jornais da época registram esse processo e os entrevistados também, em suas memórias.

A cidade vai modificando-se e a construção desses novos espaços altera seu plano. São alterações que encontram suporte nos projetos de modernização e expansão[50], nos instrumentos de propaganda e nos discursos proferidos pelos administradores, que buscam *apagar* outras memórias, expectativas e contradições entre o viver e o pensar a cidade de Uberaba.

Se os dados do IBGE alertam para um crescimento populacional, se as pessoas com as quais dialoguei neste trabalho também me dizem que vieram para Uberaba ou saíram do campo para a cidade na década de setenta, é necessário refletir sobre quem são as pessoas que fazem esses números populacionais aumentarem, como e onde estão vivendo essas pessoas, qual a posição social que têm na cidade de Uberaba e qual o papel ou finalidade desse mapa no contexto de reordenação da cidade e de sua expansão urbana.

Assim, as setas nele apresentadas direcionam para as áreas mais afastadas do centro da

[50] Calvo, Célia Rocha. Op. cit.

cidade e menos valorizadas, nas quais foram posteriormente construídas as casas destinadas aos trabalhadores pobres de Uberaba, entre elas, as localizadas no Conjunto Alfredo Freire, que estaria a noroeste do centro.

De acordo com as notícias veiculadas no Jornal da Manhã e reforçadas pelos poderes públicos de então, a justificativa para tal crescimento populacional estaria voltada para dois fatores: o primeiro, ligado à constante evolução industrial, visto que "Uberaba coloca-se como uma opção segura ao investidor nacional e estrangeiro, principalmente por dispor de recursos indispensáveis de infra-estrutura, mão-de-obra em quantidade, centrais de treinamento e especialização profissional e serviços de qualidade,[51]" e o segundo fator aponta para o êxodo rural.

Em reportagem publicada no mesmo jornal, sobre a vinda dos trabalhadores do campo para a cidade, lemos:

> Os proprietários de grandes extensões de terra na região também provocaram esse movimento, por intermédio da diminuição dos encargos sociais que tinham com seus empregados, passaram a usar mão-de-obra 'alugada', gerando dispensas rotineiras dos lavradores que, sem mais opção de trabalho rural, acorrem ao chamamento, são traídos pela própria sofreguidão de se empregar. Incultos, desprofissionalizados e sem experiência anterior, ficam relegados às grandes filas dos *fichados*, que jamais serão chamados ao trabalho[52].

É possível que a forma como esses agentes interpretam a vinda dos trabalhadores do campo para a cidade tenha repercutido nos viveres dos trabalhadores, bem como na forma com que a sociedade os tratou, em termos de empregabilidade e respeito, sendo eles essa mesma sociedade.

Há um desencontro de opiniões e discursos nos próprios textos jornalísticos, visto que nestes a cidade também era tratada como "acolhedora e com chances para todos", criando expectativas de dias melhores para a população.

No entanto, a partir das narrativas orais e das manchetes jornalísticas, percebe-se que a cidade não era essa *perfeição* defendida pelos governantes locais, muito menos que estes estivessem preparados para tal crescimento populacional. Na verdade, conforme o próprio Jornal da Manhã, havia a preocupação com a *invasão* de Uberaba.

> [...] as áreas livres da periferia, a eqüidistância dos grandes centros da

[51] O 'boom' industrial é uma preocupação constante. Jornal da Manhã, Uberaba, 02 de mai. 1979. p.3.
[52] Uberaba e o risco do favelamento. Jornal da Manhã, Uberaba, 13 de mai. 1979. p.2.

> federação (ponto obrigatório de parada dos imigrantes), o renome já bastante difundido de centro de larga prestação de serviços assistenciais (inclusive à população estrangeira) e, principalmente, o chamarisco da mão-de-obra em defasagem, perspectiva normal de um município que se industrializa. Felizmente, para a cidade e para os candidatos a favelados, a administração pública está bastante consciente[53] .

O *tornar-se* favela era um *mal* que amedrontava os *bons cidadãos*, receosos de um crescimento que colocaria em risco o controle por eles exercido.

Assim, ao mesmo tempo em que existia o medo pela perda do controle e organização da cidade, existia o interesse pela vinda desses trabalhadores. Havia todo um movimento para demarcar espaços de moradia, de trabalho, de lazer e de reivindicações pelo direito de ser tratado como morador da cidade, onde as formas de cerceamentos dadas pelos governantes iam sendo modificadas e reorganizadas mediante as novas relações estabelecidas entre os moradores.

Com certeza, determinados grupos dominantes sentiram-se, de certa forma, ameaçados.

É o caso das entidades Associação Comercial e Industrial de Uberaba (ACIU)[54] e Sociedade Rural do Triangulo Mineiro[55] que, no final da década de 1970 e durante toda a década de 1980, disputavam campos comuns na dinâmica de desenvolvimento da cidade, "uma vez que a primeira batia-se pela primazia do crescimento industrial, ao passo que a segunda, de tendência mais conservadora, atuava no sentido de fortalecer a iniciativa da mercantilização do gado zebu[56]".Vale lembrar que, nessa disputa, prevaleceu o poder político e econômico da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro que, ao defender interesses particulares, dificultou, de certo modo, o crescimento industrial de Uberaba.

A partir dessa disputa, pode-se imaginar a força política e econômica exercida pela classe dominante uberabense, no geral composta por grandes latifundiários, bem como se percebe como são vistos/tratados os trabalhadores assalariados (ou mesmo os desprovidos de qualquer renda) na cidade.

Esses grupos dominantes pretendiam organizar a cidade a seu modo, procurando demarcar e delimitar os espaços que seriam ocupados pelos pobres, construindo moradias em locais previamente selecionados. Para tanto, contavam com a influência e o auxílio político e econômico de autoridades e de políticos influentes da região.

Nesse sentido, pensando no lugar dos trabalhadores, bem como na organização da cidade,

---

[53] Idem.
[54] A ACIU foi fundada em 1923 e representava os interesses dos comerciantes e industriais uberabenses.
[55] Fundada em 1934, atual ABCZ – Associação Brasileira dos Criadores de Zebu.
[56] Fundação João Pinheiro - Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Programa Estadual de Centros Intermediários. Diagnóstico de Uberaba. Belo Horizonte, 1980. p.81.

é que os políticos locais vão discutindo e replanejando a cidade e, nesse replanejamento, são pensados os Conjuntos Habitacionais, amparados pelo "discurso ideológico do Presidente da República General João Batista Figueiredo, de dotar cada cidadão brasileiro, principalmente o trabalhador menos favorecido, de uma moradia para sua família[57]".

Desta forma, o então prefeito de Uberaba Silvério Cartafina Filho, diante do "risco de favelamento" oriundo das aglutinações *descontroladas* desses trabalhadores em determinadas áreas da cidade, diante das pressões das elites uberabenses, que não estavam satisfeitas com os rumos que a cidade de Uberaba estava tomando e diante das pressões dos trabalhadores em prol de seus direitos, entre eles o da moradia, decide, juntamente com a COHAB[58] e o governo mineiro, "inserir Uberaba numa plataforma prioritária para a implantação de seus núcleos residenciais [...], de forma a conter o problema[59]".

Em entrevista dada ao Jornal da Manhã, na ocasião, o prefeito Silvério Cartafina Filho, utilizando-se do *slogan* "A Meta é Construir[60]", declara à população que serão construídas em Uberaba cerca de dez mil moradias às pessoas de baixa renda, localizadas em pontos periféricos da cidade[61]. Com esse pronunciamento, diversos segmentos da sociedade são *acalmados* e o prefeito, aclamado por sua iniciativa.

A fala dos governantes, afirmando a necessidade de se construir moradias para os trabalhadores não é algo que deve ser lido de cima para baixo. Ao contrário, essa fala está presente nos enredos dos trabalhadores com quem dialoguei. Estes me dizem de suas necessidades e de suas reivindicações. Os governantes, como agentes de interesses diversos, precisam interferir nos interesses sociais, organizando-os de maneira a *acalmar* os ânimos de

---

[57] Presidente da COHAB afirma: "Cada cidadão brasileiro deve ter casa própria". Jornal da Manhã. 21 de abr de 1979, p.01. Entrevista concedida quando da visita do presidente da COHAB Reynaldo de Matos de Castro Pires a Uberaba.

[58] Companhia de Habitação de Minas Gerais, com sede em Belo Horizonte.

[59] Uberaba e o risco do favelamento. Jornal da Manhã, Uberaba, 13 de mai. 1979. p.02.

[60] Entre as reportagens acerca desse assunto destaco:

- Jornal da Manhã, Uberaba, 30 de jan. 1981.p.08. Caixa Econômica Federal parabenizando o então prefeito pelas casas construídas.
- Silvério retorna satisfeito: "Atingirei minha meta de dez mil casas". Jornal da Manhã, Uberaba, 06 de jun. 1981. p.01
- Conjuntos habitacionais: mais 490 unidades asseguradas. Jornal da Manhã, Uberaba, 26 de jun. 1981. p.01.

[61] Entre as muitas reportagens sobre esse assunto, destaco:

- Habitação: obras prosseguem nos Conjuntos. Jornal da Manhã, Uberaba, 06 de jan.1980. p.01.
- Prefeito busca casas populares e recursos em B.H. Jornal da Manhã, Uberaba, 09 de jan.1979. p.01.
- COHAB: casas populares duplex no Cássio Resende 2. Jornal da Manhã, Uberaba, 22 de set.1978. p.01.
- Mais quatro mil casas populares em Uberaba. Jornal da Manhã, Uberaba, 19 de abr.1979. p.01.
- Casa própria para os de baixa renda. Jornal da Manhã, Uberaba, 17 de mai. 1979. p.01.
- Uberaba: ilhada por Conjuntos habitacionais. Jornal da Manhã, Uberaba, 21 de nov.1979. p.05.
- Novo Conjunto começa a ser construído. Jornal da Manhã, Uberaba, 22 de nov.1979. p.01.
- Prefeito quer casa própria para pequeno assalariado. Jornal da Manhã, Uberaba, 26 de fev.1980. p.05

todos os moradores.

De acordo com a Figura 3: Mapa da distribuição espacial da renda[62], é possível perceber a localização espacial da cidade de Uberaba, entre o final de setenta e início de oitenta, destacando as áreas destinadas a cada segmento social da cidade, entre estes, os locais destinados aos pobres em Uberaba.

No mapa configura-se a organização da cidade, com seus distanciamentos, ausências ou limitações de bens e serviços. Segundo estudo apresentado pela Fundação João Pinheiro, no tocante à qualidade de vida da população uberabense, a pesquisa apresentou o seguinte diagnóstico acerca dos trabalhadores que vivem na cidade:

> Em decorrência desse quadro de redução qualitativa gradual de bens e serviços, a população pobre situada perifericamente é pouco atendida por serviços de infra-estrutura básica. [...] Ainda, morando em Conjuntos habitacionais, da COHAB, somam aproximadamente 9000 habitantes.[63]

O local *escolhido* para a construção dos Conjuntos habitacionais tem sua razão de ser. Representa formas de ocupação de espaços existentes na cidade, bem como os interesses de determinados grupos sociais.

Assim, áreas que antes eram fazendas pouco valorizadas, seja pelo tipo de terra das mesmas, proximidade com a rodovia ou mesmo falta ou distância de água, são transformadas em áreas urbanas e iniciadas todas as obras necessárias para sua urbanização, loteamentos e construções financiadas por órgãos governamentais.

Nesse sentido, como evidencia o mapa, quanto mais afastada em relação ao centro da cidade era a área loteada, mais cara ficava a mesma, pois faziam-se necessários outros e outros gastos. Gastos estes geralmente pagos pelos trabalhadores de baixa renda, pois essas áreas distantes foram, em sua maioria, habitadas por essas pessoas.

Desta forma, toda a infra-estrutura necessária para a urbanização das áreas que se pretendia valorizar é assim conseguida e, muitas vezes, a população pobre é deixada sem acesso aos bens que lhe são de direito. Uma vez que essas áreas carecem de infra-estrutura e serviços básicos, "o custo econômico é relativamente baixo, mas em contrapartida o ônus

---

[62] Fundação João Pinheiro - Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Programa Estadual de Centros Intermediários. Diagnóstico de Uberaba. Belo Horizonte, 1980. Este mapa consta desse levantamento,mas foi modificado para melhor visualização e análise.Ele evidencia a distribuição de renda da população de Uberaba, no final da década de 1970, em função do espaço físico ocupado.

[63] Fundação João Pinheiro - Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Programa Estadual de Centros Intermediários. Diagnóstico de Uberaba. Belo Horizonte, 1980. p.132.

social medido em termos de espoliação urbana é extremamente alto [64]".

Especificamente com os moradores que foram viver no Conjunto Alfredo Freire, é possível visualizar a localização desse Conjunto em relação à cidade como um todo. O distanciamento foi algo marcante, bem como as carências em relação ao viver nesse local.

> Eu morava no Santa Marta, aí eu mudei pra lá, comprei a casa, aí eu mudei. Quando eu mudei era tudo cheio de buraco, num tinha condição de morá, num tinha condição de ônibus, não tinha condição de médico, ocê adoecia tinha que vim pra qui pra cidade. Não tinha recurso pra nada, era a coisa mais difícil[65].

O estranhamento demonstrado por Dona Vera Lúcia Soares Araújo Souza, 47 anos, trabalhadora doméstica, pode ser observado nesse mapa. Em termos de acesso a recursos diversos, o bairro Santa Marta, de onde ela e a família vieram, apesar de ser considerado um bairro de população média baixa, oferecia muito mais recursos e estrutura que o Conjunto Alfredo Freire.

Do bairro Santa Marta, era possível ir a pé ao centro da cidade, os ônibus passavam com uma freqüência muito maior que no Alfredo Freire, além da oferta de maiores opções de linhas. Com relação à saúde, os moradores contavam com um posto de atendimento, bem como farmácias, supermercados e outros.

Nesse sentido, a *preferência* de Dona Vera pelo bairro Santa Marta, em que morava antes de se mudar para o Conjunto Alfredo Freire, pode ser entendida não só pelas amizades e vínculos estabelecidos, mas também pelas dificuldades e isolamento no novo espaço ocupado.

Ao mesmo tempo, ela trata o Conjunto Alfredo Freire como anexo à cidade, como se não fizesse parte dela, como se estivesse vivendo "fora da cidade", ou melhor, vivendo as privações de seus direitos, fora daquilo que a cidade oferecia a "seus moradores" – e não aos moradores do novo Conjunto.

---

[64] Kowarick, Lúcio. Op.cit. p.28.

[65] Dona Vera Lúcia Soares Araújo Souza, 47 anos, doméstica. É moradora do Conjunto Alfredo Freire desde 1982. Entrevista realizada nos dias 06/10/2003 e 25/07/2004.

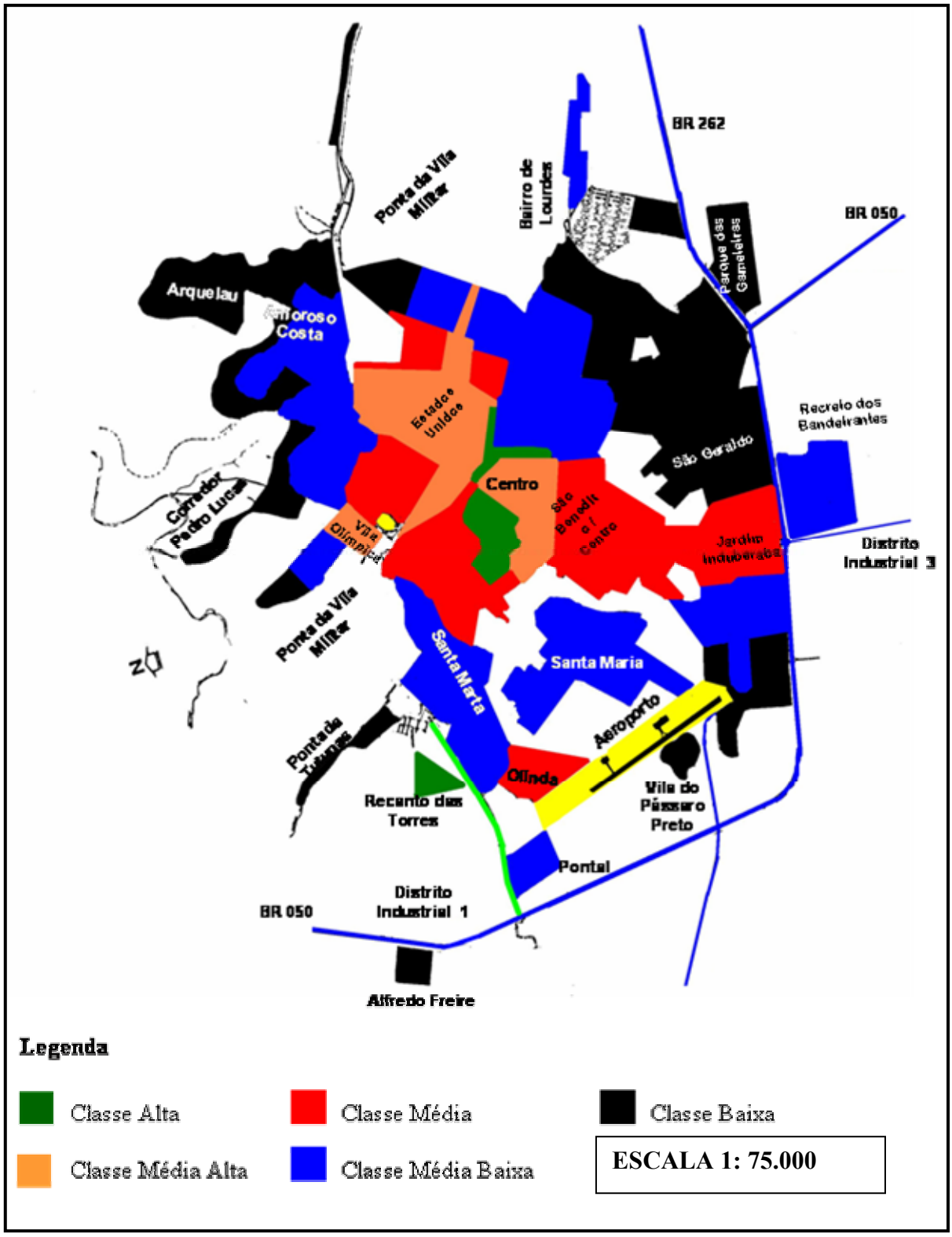

FIGURA 3: Mapa da Distribuição espacial da renda da população uberabense no início de 1980.

Fonte: Adaptado de: Fundação João Pinheiro - Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Programa Estadual de Centros Intermediários. Diagnóstico de Uberaba. Belo Horizonte, 1980. p.168. Adaptado para melhor compreensão.

Percebe-se ainda que as áreas destinadas à construção de moradia para os trabalhadores, apesar de pouco valorizadas, pois não contam com tantos recursos de infra-estrutura, como asfalto, esgoto encanado, ônibus, comércio, postos de saúde e outros, acabam agregando valores às prestações, como responsabilidade dos moradores e não da empresa responsável pela obra ou a própria prefeitura.

Observa-se ainda que, à medida que os trabalhadores foram pagando os bens adquiridos, como infra-estrutura e serviços, essas áreas foram-se valorizando.

Paralelamente a essa valorização, os custos desses benefícios foram sofrendo um aumento considerável, tornando-se uma dificuldade a mais para a permanência nesses locais, sendo seus moradores pressionados a deixar essas áreas e novamente procurar outras ainda mais distantes.

Em edições especiais, o Jornal da Manhã discute a questão da falta de moradia destinada aos trabalhadores "preocupado com o atual crescimento da cidade e a forma pela qual este crescimento vem se processando, este jornal realiza em três seções, reportagens e entrevistas sobre as moradias [66]".

Em uma dessas entrevistas, indagado pelo repórter do referido jornal quanto à construção das casas populares "em áreas tão dispersas da cidade – portanto, nas periferias - privando o cidadão do cinema, da farmácia mais próxima, da competitividade dos supermercados, de padrão de vida melhor[67]", o prefeito Silvério Cartafina Filho responde que: "se os Conjuntos Habitacionais fossem construídos num ponto fixo, correriam o risco de se favelar. Porque nós temos que ser honestos: estamos fazendo casas para gente de baixa renda[68]".

A fala do prefeito trazia à tona disputas de diferentes grupos na cidade. De um lado, a pressão das camadas dominantes, exigindo das autoridades a *organização* da cidade. Do outro, os trabalhadores disputando espaços na cidade e nela fazendo-se notar.

No entanto, ao ser questionado sobre os locais onde as referidas construções estavam sendo feitas, a preocupação demonstrada pelo prefeito não foi com o viver dos moradores, mas com o afastamento deles do centro da cidade.

Tratando-se dos trabalhadores, não teriam eles direitos na cidade? Ao se referir aos trabalhadores de baixa renda, a fala do prefeito demonstra certo desprezo, como se esses trabalhadores não fossem parte da cidade, não trabalhassem, não consumissem, não se

---

[66] Jornal da Manhã, Uberaba, 17 de nov de 1979, p.06. Neste comunicado à população, o jornal propaga o lançamento de edições especiais intituladas "CIDADE DOCUMENTO".

[67] "Uberaba: ilhada por Conjuntos Habitacionais". Jornal da Manhã, Uberaba, 21 de nov. 1979. p. 05. Afirmativa do repórter do Jornal a Manhã sobre os locais escolhidos para a construção dos Conjuntos Habitacionais.

[68] Idem.

relacionassem na cidade, além de ser mão-de-obra pouco valorizada.

O prefeito esclarece sobre os projetos de redimensionamento da população e as propostas para *organização* dos espaços e das disputas por esses espaços na cidade. No diálogo com o jornalista, que o questiona sobre o acesso desses trabalhadores aos bens de consumo, de lazer e outros, ele não se refere às privações e dificuldades que os moradores teriam que enfrentar, quanto à distancia das moradias que estavam sendo construídas. Apenas afirma que "temos que ser honestos: estamos fazendo casas para gente de baixa renda".

O que significa esta última fala? Significaria desconsiderar que os trabalhadores precisam e têm direito a áreas de lazer, acesso às farmácias, hospitais e supermercados?

Significa, ainda, reconhecer que as desigualdades sociais existem e que as ações de nossos governantes confirmam e acirram essas desigualdades na cidade, principalmente quando o mesmo prefeito diz que "então, temos que dar opções às áreas adjacentes para que surjam os loteamentos[69]. O que significa "dar opção?" A quem esta opção está sendo dada? Seria aos trabalhadores ou às construtoras da cidade?

> É a lei inexorável que, à medida que se leva um benefício à determinada área, outros benefícios virão [...], porque, à medida que construímos casas populares na periferia, vamos afastando a população dessa periferia, devido ao crescimento urbano e, conseqüentemente, há valorização do terreno. Então, o pessoal de maior poder aquisitivo compra os terrenos, e leva o operário a mudar-se para um pouco mais longe[70].

A quais interesses estão servindo os governantes? Como ficam as disputas pelos espaços na cidade? Que valores estão pagando os pobres, na cidade, por suas casas? Como tem sido a movimentação desses trabalhadores pobres na cidade, em prol de suas casas, de seus direitos, de seus bens e de suas relações com as pessoas com quem passam a viver, em cada espaço ocupado na cidade?

Nessa entrevista, é possível perceber que as pessoas estão manifestando-se em relação aos locais destinados às construções, pois a imprensa, como "órgão oficial" de divulgação, detalha o assunto. No entanto, apesar de mediar essas discussões, o diálogo é unilateral e não deixa de fazer valer os interesses dos grupos dominantes da cidade.

As problematizações acerca das construções dos referidos conjuntos habitacionais existem, mas as interpretações publicadas acabam sendo distorcidas ou limitadas, de modo a não colocar em risco a *boa intenção* dessas construções, que acabam ganhando um enfoque

---

[69] Idem.

[70] "Uberaba: ilhada por Conjuntos Habitacionais". Jornal da Manhã, Uberaba, 21 de nov. 1979. p.05. Entrevista realizada pelo repórter do Jornal da Manhã ao prefeito de Uberaba.

positivo e de destaque.

Constata-se que "o poder público também colabora para a supervalorização de certas áreas, para o melhor êxito da especulação, para o empobrecimento cumulativo das populações[71]", demonstrando a inexistência de preocupações reais com a sobrevivência dessas pessoas.

Nesse sentido, a ânsia em construir cada vez mais casas populares[72] fez com que alguns governantes locais não pensassem ou ponderassem sobre as conseqüências de seus atos, no tocante aos locais destinados a essas construções. Para isso, áreas localizadas na zona rural – e, portanto, bem afastadas do centro da cidade - foram incorporadas ao perímetro urbano de Uberaba.

Muitas medidas foram tomadas pelo poder público, visando ao lucro. Entre elas, o projeto de Lei sancionado em caráter de urgência pelo prefeito Silvério Cartafina Filho e vereadores, que tratava da incorporação da área onde foi construído o Conjunto Alfredo Freire, como se lê:

> Incorporação ao perímetro urbano da cidade de Uberaba, áreas suburbanas, (Chácara do Dr. José Humberto Rodrigues da Cunha), justificando essa importante medida, em mensagem esclarecedora, que visa ampliar a área urbana para dar condições à construção de moradias a preços acessíveis à classe média e trabalhadora [...][73].

Na área incorporada ao perímetro urbano – citada acima - foi planejado e construído o Conjunto Habitacional Alfredo Freire.

Essa inexistência de preocupações do poder público é percebida e demonstrada no depoimento do Sr. Timóteo, 60 anos, advogado do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e morador do Conjunto Alfredo Freire. Quando da entrevista, vivendo um período de disputas eleitorais, onde concorria ao cargo de vereador pelo Partido dos Trabalhadores (PT), como representante dos moradores do Conjunto Alfredo Freire, diz: "o Estado é sempre o Estado; não sente dor, não sente nada... tá aí pra servir e quando não serve... quando não serve..., as pessoas continuam nisso, como se não existissem[74]".

A fala do Sr. Timóteo permite refletir sobre os aspectos mercadológicos vistos na cidade.

---

[71] Santos, Milton. O Espaço do Cidadão. 2ª ed., São Paulo: Nobel, 1993. p.115.
[72] Prefeito busca casas populares e recursos em B.H. Jornal da Manhã, Uberaba, 09 de jan.1979. p.01
[73] Livro de Ata n°77, de 19/01/79 a 09/04/79. p.114-115. Projeto de Lei nº. 016/79, de autoria do Prefeito Silvério Cartafina Filho, sancionado em regime de urgência, em 20/02/1979.
[74] Sr. Timóteo de Souza, 60 anos, é morador do Conjunto Alfredo Freire desde nov. 1981. É casado, tem duas filhas e uma neta. É advogado, funcionário público (INSS) e militante sindical, filiado ao PT. Entrevista realizada em sua casa, em 13/08/2004.

Na maioria das vezes, as construções são realizadas sem levar em conta as condições de sobrevivência e necessidades das pessoas que vão habitá-las, como será o dia-a-dia dessas pessoas, as dificuldades e transtornos oriundos de planejamentos ruins.

O ato de se construir casas populares bem afastadas do Centro da cidade restringe as opções dos futuros moradores, bem como os limita ao acesso a bens necessários, como supermercados, farmácias, postos de saúde, escolas e outros.

Tais circunstâncias só fazem crescer a pobreza. Pobreza que, na análise de Milton Santos,

> [...] é gerada pelo modelo econômico, segmentador do mercado de trabalho e das classes sociais, superpõe-se à pobreza gerada pelo modelo territorial. Este, afinal, determina quem deve ser mais ou menos pobre somente por morar neste ou naquele lugar. Onde os bens sociais existem apenas na forma mercantil, reduz-se o número dos que potencialmente lhes têm acesso, os quais se tornam ainda mais pobres por terem de pagar o que, em condições democráticas normais, teria de lhe ser entregue gratuitamente pelo poder público[75]".

Pesadelo vivido pelos muitos trabalhadores que tiveram que priorizar reformas e protelar outras, visto que do salário mensal recebido nem sempre sobrava dinheiro para se fazer as reformas, reformas estas que durariam a vida toda.

Segundo o Sr. Massuó Machiyvama, 50 anos, aposentado da Empresa de Correios e Telégrafos de Uberaba, quando ele fez as inscrições para a casa própria, o que menos importava naquele momento era o local:

> Não importasse onde, o que a gente queria era ter o seu lugar, e como a gente pagava aluguel, e aluguel é sempre um negócio que... às vezes pega a gente de surpresa e ocê pode ter dificuldade de pagá o aluguel. Eu queria ter um compromisso diferente, com uma prestação fixa de alguma coisa que ia ser minha. Então, quando eu peguei a casa eu pensava em ter a casa, eu pensava em ampliar... em fechar de muros, porque não era fechado na época, então eu não pensei muito nas necessidades do bairro, se o bairro tava pronto pra eu morar[76].

A permanência dessas pessoas em suas casas recém-adquiridas tornou-se um dilema que, no entender de Seu Cocada, contribuiu para que muitas pessoas desistissem das casas recebidas: "nisso, muita gente precipitô e perdeu a casa, porque acharam que era muito longe

---

[75] Santos, Milton. Op. cit. p.115

[76] Sr. Massuó Machiyvama, 50 anos, é morador do Conjunto Alfredo Freire desde out. 1981.. É casado, aposentado da Empresa de Correios e Telégrafos de Uberaba. É membro da Pastoral da Família e candidato a vereador pelo PL (quando da entrevista). Hoje, está eleito. Entrevista realizada em sua casa, em 29 de out de 2004.

e com muitas dificuldade, e num tiveram força ou jeito de vivê aqui[77]". E como esperavam os governantes, entre os pobres que adquiriram suas casas os ainda mais pobres tiveram que se mudar, dirigindo-se para áreas ainda mais longínquas que as destinadas aos Conjuntos habitacionais construídos, o que nos leva a certificar que a construção de casas para os mais pobres ajuda, de fato, a viabilizar "a cidade corporativa"[78], onde o lucro é o agente principal.

Ao lidar com pessoas dessa maneira, evidenciam-se as exclusões e desrespeitos com o trabalhador, uma vez que este passa a ser tratado como coisa, sob o ponto de vista do lucro e do consumo, desconsiderando as necessidades, os direitos e a cidadania de sujeitos que compõem a sociedade.

É preciso analisar os trabalhadores como integrantes da cidade, percebendo que a luta por um espaço na cidade é uma luta social, e esta não está dada, muito menos resolvida, mas se faz a cada momento, no embate entre os muitos sujeitos que constroem a cidade e nela se inserem.

Na verdade, o prefeito fora alertado sobre a área proposta para a construção de mais um Conjunto habitacional, no caso o Conjunto Alfredo Freire. Entretanto, seguiu adiante com a construção, sendo apoiado pelo Legislativo, COHAB e BNH. Em alerta, alguns vereadores aprovam a projeto com a seguinte ressalva:

> [...] desde que a prefeitura promova a construção de filtros destinados a combater a poluição produzida pelos três curtumes implantados no Distrito Industrial I, assim como a Minasplac, visto que, se não se proceder desta forma, haverá queixas dos futuros moradores, e o legislativo deve, portanto, ressalvar a sua posição neste ato administrativo do prefeito. [...]quanto às obras de urbanização que a prefeitura terá que assumir, depois da incorporação, inclusive as de passagem de níveis sobre a rodovia, porquanto sendo área onde residirão operários, haverá necessidade de linhas de ônibus e outros serviços públicos [...]. Aliás, para essa ampliação, que se estenda à área todas as exigências do Código de Posturas, quanto ao saneamento do local[79].

Interessante analisar que antes mesmo da área destinada à construção do Conjunto Alfredo Freire ter sido aprovada pelos vereadores e, então, incorporada ao perímetro urbano, o Jornal da Manhã já noticiava a construção desse Conjunto, afirmando que as áreas já haviam sido "escolhidas e aprovadas pela COHAB e BNH. Os locais escolhidos estão situados [...]

---

[77] Sr.. José Nogueira, apelido Cocada - é assim que gosta de ser chamado e é como todos o conhecem - 66 anos, é morador do Conjunto Alfredo Freire desde nov.1981. Trabalha como voluntário na área de esporte. É o idealizador e o treinador do time Beira-Rio. Entrevista realizada em 15/08/2004, no campo de futebol, sua segunda casa.

[78] Santos, Milton. Op. cit., p. 115-116.

[79] Livro de Ata n°77, de 19/01/79 a 09/04/79. Parecer dos vereadores. p.114-115.

defronte à Minasplac, ao lado da BR-050[80]".

Com a escolha já definida pelo Prefeito Silvério Cartafina Filho, COHAB e BNH, caberia aos vereadores tomar a decisão de barrar tal construção, sugerindo outras áreas.

No entanto, não tiveram a coragem ou prudência de votar contra a construção, mesmo tendo conhecimento dos estudos acerca da poluição e tantos outros problemas já levantados. Para descaracterizar sua parcela de erro, apenas colocaram em ata "algumas restrições", desobrigando-se de futuros problemas e reclamações.

A população não se encontrava alheia às decisões acerca dessa construção e já demonstrava insatisfação quanto ao local escolhido, de forma que o fato foi registrado pelo Jornal da Manhã, onde se pode ler: "diversos comentários surgem na cidade em torno dos possíveis incômodos aos futuros moradores daquele Conjunto, pela poluição que seria causada pelo Curtume Pod'Boi, entre outras indústrias [81]".

Sobre essas insatisfações e questionamentos da sociedade, o então prefeito municipal de Uberaba salientava, na mesma matéria jornalística, que:

> o Pod'Boi é uma das mais conceituadas empresas nacionais que atuam no ramo de curtume. Opera com máquinas modernas e, além disso, devemos lembrar que já existem técnicas controladoras de poluição, pela própria COPLAN, órgão governamental. [...] e todas as providências serão tomadas no sentido de controlar o excesso de agentes poluentes[82].

A escolha do local destinado à construção do Conjunto Alfredo Freire foi justificada pelo prefeito pelo fato de que, naquele local, "nossos operários estariam próximos ao local de trabalho, sem precisar arcar com o ônus da condução, que hoje é cobrada a alto preço[83]".

No entanto, o que meus entrevistados dizem contraria as justificativas apresentadas pelo prefeito. Se o Conjunto havia sido construído com o propósito de nele viverem operários que trabalhariam no Distrito Industrial I, na prática, isso não funcionou.

É o que relata o Sr. Massuó, ao dizer que "na época, quem organizou o bairro, quem liberou ele, pensava que todos os moradores do bairro poderia ser funcionário ou empregado dos.....dos...empregado das empresas dentro do próprio Distrito Industrial... o que não é uma verdade[84]".

Assim, o que se constata é um distanciamento entre as propostas dos governantes que, em

---

[80] Prefeito busca casas populares e recursos em BH. Jornal da Manhã, Uberaba, 09 de jan.1979. p.01
[81] Poluição não impedirá núcleo habitacional. Jornal da Manhã, Uberaba, 06 jun. 1979, p.01.
[82] Idem.
[83] Ibidem.
[84] Sr. Massuó Machiyvama, 50 anos.

muitos momentos, tentam justificar seus atos em função de construções para o bem dos trabalhadores, quando, na verdade, estão em jogo benefícios outros, que visam atender a determinados setores ou segmentos da sociedade.

Assim, a situação vivida pelos trabalhadores que residem no Conjunto Alfredo Freire é bem diferente do que traçou o prefeito. Sobre esse assunto, o Sr. Massuó destaca ainda que:

> A maioria das nossas pessoas aqui não trabalham nas empresas do Distrito Industrial próximo; a maioria das pessoas daqui trabalham em outras empresas na cidade. Então aqueles que tiveram o pensamento de fazer o bairro para gerar empregos aos moradores não deu certo. Alguns trabalham aqui, no Distrito Industrial. Mas são poucos, muito poucos. As empresas não consegue absorver a nossa mão-de-obra, então nóis vamo tê que buscar emprego fora[85].

Na fala do Sr. Massuó, é possível pensar nos motivos que levam as empresas a não conseguirem "absorver a nossa mão-de-obra" e pensar também nos gastos de transporte com que os futuros moradores teriam que arcar, uma vez que o próprio prefeito havia detectado que o valor das passagens era muito alto.

Outra dúvida que me intriga é o fato de – em pesquisas realizadas sobre o crescimento populacional e expansão das casas populares, feitas por técnicos e engenheiros de Belo Horizonte - essa área não ser considerada própria para residências, visto que, segundo pesquisa realizada pela Fundação João Pinheiro, "os ventos dominantes são da cidade-distrito, o que evita a poluição do ar sobre o centro urbano de Uberaba[86]"; em contrapartida, tais ventos se direcionariam para as casas populares que se pretendia construir naquela área. Mesmo assim, o projeto foi aprovado, não só pelos governantes de Uberaba, como por engenheiros e técnicos de Belo Horizonte (sendo estes da COHAB e do BNH).

Indagado por um jornalista do Jornal da Manhã, sobre como é que "um cidadão vai viver, com sua família, num local próximo ao Curtume, ao Distrito Industrial, com tanto mau cheiro[87]", referindo-se ao Conjunto Habitacional Alfredo Freire, que já estava sendo construído, em área de Distrito Industrial, o Prefeito Silvério Cartafina Filho respondeu que "existe realmente um mau cheiro próximo ao Curtume, porque ele não está adaptado tecnicamente. Mais isso não influirá em nada no Conjunto. E também há a necessidade de se

---

[85] Idem.

[86] Fundação João Pinheiro - Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. "Áreas Industriais". In: Uberaba: informações básicas para investidores.PMU (Prefeitura Municipal de Uberaba)-INDI (Instituto de Desenvolvimento Industrial de MG) –CODIUB (Companhia de Desenvolvimento Industrial de Uberaba). B.H., 1975. p.20.

[87] "Uberaba: ilhada por Conjuntos Habitacionais". Jornal da Manhã, Uberaba, 21 de nov. 1979. p.05. Entrevista realizada pelo repórter (sem assinatura) do Jornal da Manhã, ao prefeito de Uberaba.

criar um cruzamento subterrâneo para ligar aquilo[88]".

Era fácil afirmar que os problemas seriam solucionados quando se estava discursando ou quando não se tinha a intenção de viver em áreas atingidas pela poluição. Difícil mesmo era viver esse incômodo no dia-a-dia.

Meus entrevistados, moradores do Conjunto Alfredo Freire, dizem: "foi o Pod'Boi aqui em cima, ele exalava um mau cheiro muito grande e a gente sempre procurava a direção, procurava ajuda, e eles sempre comprometia em.....em....em poder solucionar o problema, sabe![89]", ou ainda, referindo-se aos questionamentos dos parentes que os visitavam: "as veiz a minha família chegava aqui e falava: Nossa, tia, como é que a senhora agüenta esse mau cheiro?, Aí eu falava que a gente tem que agüentá, né?[90]"

Apesar das casas populares construídas serem destinadas à população de baixa renda, não foram todos os pobres que as conseguiram, porque "eles dizia que era pra pobre, mas num era não, porque alguma coisa tava errada[91]". Esse *erro* podia ser conferido a partir das seleções dos candidatos às futuras residências populares. Nessas inscrições, os menos pobres ou com maiores influências é que foram *sorteados*, pois só poderiam inscrever-se:

> [...] candidatos com renda familiar dentro dessa faixa, podendo ser utilizadas as rendas do marido e mulher, sendo permitido completar a renda com terceiro componente, parente ou não. Os interessados deverão comparecer com urgência à sede da Companhia de Habitação de Uberaba para fazer as inscrições. É necessário[92]:
>
> - Depósito de Cr$100,00 (cem cruzeiros);
> - Documentos pessoais (xerox dos do marido e da mulher, se for o caso);
> - Comprovação de renda familiar (xerox);
> - Carteira Profissional atualizada;
> - Contracheque para assalariados;
> - Notificação do Imposto de renda para os autônomos.

Como pessoas de baixa renda poderiam ao menos inscrever-se, se muitos não tinham a taxa para depósito, muito menos a renda obrigatória? Quem garantiria que, pagando tal taxa, eles seriam *sorteados*? Até porque era do conhecimento dos trabalhadores que o sistema de

---

[88] Idem.
[89] Sr. Massuó Machiyvama, 50 anos.
[90] Dona Maria Elvira de Jesus, 57 anos.
[91] Dona Maria Helena Chimango, 54 anos.
[92] "Casa própria pelo custo real". Jornal da Manhã, Uberaba, 11 de dez. 1979. p. 01

distribuição das casas era "fraudulento" e, como constam nas Atas, o próprio Legislativo já havia solicitado aos órgãos responsáveis pelas inscrições que:

> Se promovam desde já as normas para as inscrições de pretendentes às futuras moradias que se constroem em Uberaba, a fim de evitar os problemas surgidos com as reclamações de terem sido prejudicadas, como aconteceu por ocasião da inauguração do Conjunto Cássio Resende I[93].

A exigência do então vereador Álvaro Dias de Deus, contida no Livro de Ata do Legislativo da Prefeitura Municipal de Uberaba, e acima evidenciada, alerta para a cumplicidade entre os vereadores, de uso e abuso do poder público que, para se manterem no poder, utilizam de práticas como "trocas de favores".

No entanto, mesmo sabendo que as normas para as inscrições das casas próprias estavam explicitadas e citadas no Jornal da Manhã[94], os depoimentos dos trabalhadores que adquiriram suas casas evidenciam que os *favores* vindos dos vereadores ou pessoas mais influentes na política eram necessários.

Este fato é lembrado por Dona Maria Helena, que precisou recorrer à ajuda de amigos e de conhecidos, pois, como ela mesma afirma: "eu precisava de todos os documentos e precisava de ter uma boa renda. Era casa de pobre, mas tinha que tê uma renda alta, a qual a minha renda era pouca; aí eu tive de usar o outro..., dizendo que eu era enfermeira particular, à noite,numa residência[95]". Estratégias criadas para ter direito a algo que era seu direito, embora não reconhecido.

Ao relatar esse fato, Dona Maria Helena põe em evidência as *brechas* e artimanhas encontradas pelos trabalhadores, diante das normas e legislações criadas pelos órgãos que se acham capacitados para gerir a cidade, organizando-a tal como desejam.

Em muitos casos, nem mesmo a comprovação de renda e entrega de todos os documentos e taxas exigidas pela COHAB eram suficientes para se conseguir a casa. Para tanto, as pessoas recorriam ao *apoio* dos vereadores, de forma que esses intercedessem por elas, pois percebiam que, sem esse *auxílio*, obter a casa própria seria muito difícil.

Diante das circunstâncias, essa foi a atitude tomada por Dona Maria Helena:

> Eu fui até o José Osório, aí ele falô que num tinha mais, mais ia vê com um amigo dele, que era o Edgar Leite, que na época era vereador também. Então

---

[93] Livro de Ata n°76, de 18/09/78 a 15/09/78. p.169 (verso). Requerimento de nº 808, do Sr. Vereador Álvaro Diniz de Deus.
[94] Principalmente no Jornal da Manhã, entre os meses de agosto a dezembro de 1979.
[95] Dona Maria Helena Chimango, 54 anos.

> foi quando ele me procurô no hospital pra dizê que tinha um predinho, se eu queria e foi com a ajuda dele que eu consegui, que se não tivesse essa ajuda, eu num tinha conseguido, porque essas inscrições não valeram, pois pegou a casa quem não tinha feito inscrição, pegou quem tinha um vereador naquela época, que tinha boa vontade em ajudá a gente, e as pessoas que fizeram inscrição, mas não tinham um padrinho, não, não pegavam a casa[96]"

Essa prática de recorrer ao auxílio de pessoas politicamente influentes na cidade foi comum entre os moradores do Conjunto Alfredo Freire. Muitos outros entrevistados relatam essas ações. Sem essa *mãozinha*, ficava muito difícil realizar o sonho da casa própria e sair do aluguel.

No entanto, é preciso analisar as atitudes vindas dos trabalhadores, entendendo que o "buscar ajuda" ou recorrer às pessoas politicamente influentes na cidade foi uma forma encontrada pelos mesmos para reduzir suas dificuldades e alcançar seus objetivos, nem sempre comprometendo suas escolhas políticas.

Dona Odésia Abadia Ramalho Nunes, 56 anos, sempre trabalhou como doméstica. Ela diz que, em determinados momentos, o desespero tomava conta dela. Necessitada de uma casa para morar, via que "pelos meios legais" não seria tão fácil conseguir sua casa. Lembra-se: "eu ia a pé, lá no Cássio Resende, ia lá cedo, ficava lá o dia inteirinho sem comê, pra consegui uma vaga, rezando pra eu consegui. Meus pé dava bolha[97]".

Reconhecendo que, sozinha, seria mais difícil conseguir sua casa, Dona Odésia buscou ajuda em seu patrão, para quem trabalhava há alguns anos:

> [...] Um dia, no meu serviço, eu tava chorano, chorano mesmo. Num guentava trabaiá mais de tanta dor nas perna. Meu patrão me falô assim:
> - Odésia, porque que ocê tá assim?
> Eu falei: - Nada!
> Ele falô: - Se abre comigo, muié!Tem muitos ano que ocê trabaia com nóis, né?...
> Eu falei: - Não, nada não!
> Aí ele falô: - Fala!
> Aí eu disse: - Oh, cumpadre, é que eu queria uma casa pra mim morar e num consigo.
> Aí ele falô: - Cê qué uma casa?
> Eu falei: Quero!
> Aí ele conseguiu uma casa pra mim. Quando foi daí treis dia ele chegô com a chave[98].

---

[96] Dona Maria Helena Chimango, 54 anos.
[97] Dona Odésia Abadia Ramalho Nunes, 56 anos, é moradora do Conjunto Alfredo Freire desde 1981. É aposentada como doméstica. Viúva,tem três filhos. Entrevista concedida em05/10/2003.
[98] Idem.

Percebe-se que, mesmo que esses contatos diretos entre trabalhadores e vereadores sejam dificultados, há outras formas de se chegar a eles. Dialogando com Seu Cocada sobre a aquisição de sua casa, ele comenta que "eu num tive ajuda de vereador não, só uma *mãozinha* do Dr. Fúvio, aquele lá do cartório, ele que me deu uma força[99]".

Dona Judite conta que era difícil conseguir a casa sem *ajuda.* Lembra que: "em seis anos eu mudei nove veiz e eu já tinha feito inscrição desde 77, e num saía nada, fiz na esperança de que saía pela inscrição, e nada de saí casa pra mim[...], que tê a casa pra mim era tudo, que é muito difícil morá de aluguel[100]".

A emoção em relembrar esses fatos mostra o significado atribuído à vida na cidade, as expectativas muitas vezes frustradas de quem deixou outras cidades, outras amizades, outros costumes e veio tentar a vida em Uberaba e aqui trabalhou e lutou por muitos anos até conseguir "sua casa", "seu cantinho", onde pudesse, junto com a família, se estabelecer de vez na cidade, não desistindo diante de tantos obstáculos.

Entrevistando outros moradores do Conjunto, relatam o momento do recebimento das chaves de sua casa com grande satisfação, emoção e, ao mesmo tempo, medo e insegurança, pois "nós nos tornamos devedores de du...duzentos e noventa e cinco prestações, que na verdade nós pagamos a primeira prestação três vezes....isso no documento[101]" e, às vezes, "eu tinha medo de não conseguir dinheiro pra pagar a prestação, porque era muito cara e, como eu tinha inventado uma nova renda, quando veio as prestações eu pensei que eu não daria conta de pagar, pois eu tinha uma renda que na verdade eu não tinha[102]".

Em visita a Uberaba, o então governador de Minas Gerais Francelino Pereira inaugura o Conjunto Alfredo Freire, na tarde do dia vinte e dois de outubro de 1981[103].

Nessa mesma data, à noite, "às vinte horas, no Ginásio Fúlvio Fontoura, do Jockey Club, faz a entrega das chaves aos mutuários do Alfredo Freire[104]". A entrega das chaves ocorreu num clube da elite uberabense e "a gente nunca tinha pisado lá dentro... agora, chega lá.... fala assim: Ó, eu vô entregá a chave da sua casa! Com a chave na mão, antes de vim embora com a casa....de um modo ou de outro a gente não tinha condição de tê uma né... na época...na época foi ganhá na mega sena".

---

[99] Sr. José Nogueira, apelido Cocada, 66 anos.
[100] Dona Judite Alves dos Santos, 62 anos.
[101] Sr. Timóteo de Souza, 60 anos.
[102] Dona Maria Helena Chimango, 54 anos.
[103] Francelino entrega 1125 casas aos uberabenses. Jornal da Manhã, 22 de out. de 1981. p. 01.
[104] Governador inaugura escolas e o Alfredo Freire. Jornal da Manhã, 21 de out. de 1981. p.01. e Francelino entrega 1125 casas aos uberabenses. Jornal da Manhã, 22 de out. de 1981. p.01.

FIGURA 4: Entrega das chaves das casas do Conjunto Alfredo Freire aos moradores, tirada em 1981, no Jockey Club de Uberaba.
Fonte: Álbum de família de Seu Mané, um dos entrevistados.

O evento contou com a presença de diversas autoridades municipais e estaduais. Pelos jornalistas que registravam o evento, o fato é tratado com certa ironia, quando, ao registrarem o momento da entrega das chaves, afirmam: "o governador de Minas fez um verdadeiro carnaval na entrega das 1225 chaves para os compradores das casas do Conjunto Alfredo Freire. Ele havia prometido e cumpriu a promessa: vir a Uberaba e entregar, UMA A UMA, as chaves[105]". Assim, a cada chave entregue governador e moradores iam posando para o fotógrafo, encarregado de registrar todos os momentos de referido evento.

No entanto, cada um dos personagens dá a esse acontecimento um significado diferente, bem como demonstra sentimentos distintos. Significados e sentimentos que, para Rafael Samuel[106], precisam ser entendidos e refletidos de forma conjunta, onde fotografias, testemunhos orais e escritos se entrelaçam e tornam-se *alvos* de análise para nós, historiadores, numa incessante busca por outras memórias sobre os acontecimentos narrados.

É o caso do próprio governador Francelino Pereira. Em eleições posteriores, concorrendo ao cargo de senador, fez uso da entrega das chaves aos moradores do Conjunto Alfredo Freire

[105] O sonho da Casa Própria. Jornal da Manhã, 22 de out. de 1981. p.05 – Rapidinhas.
[106] Samuel, Raphael. Op. cit.

- não só da fotografia simbolizando a entrega, como também falas de moradores sobre a entrega dessas casas -, afirmando que ele "foi o governador que mais construiu casas em Minas Gerais [...] e que agora, se eleito senador, vai buscar recursos necessários para que todo o nosso povo tenha também sua casa própria[107]".

Já para o Sr. Timóteo, que recebeu as chaves de sua casa das mãos do então governador, as sensações foram as mais variadas. "Foi tirada uma fotografia com o governador Francelino Pereira e a gente, então, muitas pessoas até cumprimentavam a gente como se fosse um trem... mas naquele momento a gente tinha uma mistura de satisfação com uma mistura de preocupação...[108]".

Ao lembrar-se desse fato, Seu Mané, como é conhecido no Conjunto, diz: "a gente ficava até tremeno quando chegava perto do home pra tirá retrato, né.. Nunca tinha visto um governadô de perto![109]" .

Perguntado sobre a foto tirada quando do recebimento das chaves, logo ele se encarrega de trazê-la, mostrando com orgulho o momento que, para sua vida e de sua família, não só significou muito, como continua significando. Ao olhar a fotografia, Seu Mané e sua esposa, Dona Valdeíra, lembram detalhes daquela noite. Emocionam-se e agradecem a Deus o momento passado e o presente. Olham para sua casa, após vinte e três anos e as imagens de todo esse tempo vêm à lembrança, com certeza.

A fotografia, nesse contexto, ganha um sentido não de lembrança congelada num determinado período, mas de algo vivo, ativo e constante, carregado de recordações que circulam entre o presente e o passado, ressignificado no presente vivido.

Com Seu Zezinho e Dona Judite, a situação foi parecida. Falam com orgulho do dia em que receberam as chaves de sua casa e da foto tirada nesse mesmo dia. A foto foi despachada aos familiares deixados em Currais Novos - RN, de onde haviam saído com os filhos ainda pequenos.

Mostrar a fotografia aos familiares significava mostrar que tinham vencido, que tinham conseguido superar muitas dificuldades encontradas na cidade. Para outros moradores entrevistados, a fotografia tirada precisava estar em um quadro, na sala de visitas, onde todos pudessem contemplar, e onde, olhando para ela, encontrariam força para tantos outros

---

[107] Panfleto de propaganda política das eleições de 1994, onde o ex-governador concorre ao cargo de Senador. Nesse panfleto, toda a menção é dada à construção do Conjunto Alfredo Freire, com destaque para o discurso de "QUEM FEZ, SABE FAZER", utilizando-se de fotos do Conjunto, de alguns moradores e da satisfação de ter entregue as chaves de sua casa a cada morador..

[108] Sr. Timóteo de Souza, 60 anos.

[109] Sr. Manoel Naves de Oliveira, 53 anos, é morador do Alfredo Freire desde out 1981. É casado, tem dois filhos e dois netos. Executa vários tipos de serviço no bairro, como vender cachorro-quente e outros. Entrevista concedida em sua casa, no dia 25/08/2004.

problemas e obstáculos que, junto com as chaves recebidas, esses "mutuários[110]" tiveram que enfrentar.

O sonho de ter uma casa para morar, que fosse sua, estava concretizado. "Pra mim tava bão demais, só em pensá que ia pagá uma coisa que é minha né... não ia precisá tá mudano... pra mim foi bão demais[111]", diz Dona Judite, emocionada. No entanto, outros sonhos se faziam presentes. Era necessário situar-se no novo território, dar a ele suas caras, impregná-lo com seus valores e características, e construir a identidade dessa nova comunidade que se estava formando.

Nessa construção, novos desafios estavam postos e, para vencê-los, precisariam unir-se em prol de ideais e necessidades comuns, que fossem ao encontro dos sonhos e das expectativas traçadas para a nova fase, que estava apenas começando.

Essas necessidades, construções e desafios constituirão foco de minhas análises no capítulo que se segue: **UM LUGAR NA CIDADE: Um território nas memórias,** onde acompanho, por intermédio dos relatos orais, as expectativas, significados e sentimentos vividos nas questões relativas à moradia, à adaptação ao novo lar, às necessidades, dificuldades e transformações/modificações realizadas – não só nas casas, como no próprio Conjunto, em termos de compartilhamento de espaços e viveres, de limpeza, de abaixo-assinados e outros movimentos, dialogando a partir das muitas experiências e ações realizadas pelos moradores, das muitas angústias e alegrias que, juntas, constituíram as relações e viveres dessas pessoas.

---

[110] Termo jurídico utilizado na assinatura de um contrato de mútuo, ou seja, de obrigações mútuas entre duas partes, onde uma delas empresta um valor (neste caso, a casa) e a outra deixa um determinado bem como garantia do pagamento da dívida.

[111] Dona Judite Alves dos Santos, 62 anos.

CAPÍTULO 2

UM LUGAR NA CIDADE: Um território nas memórias

> E aí viemos fazer a visita aqui, quando chegamos aqui não tinha água ligada... não tinha um monte de coisa... era tudo de terra....dificuldade de acesso mesmo até a chegada dos ônibus, que era pela 050 e demorava demais pra chegá até aqui. Dava até um desânimo na gente, de tanto que andava.[112].

As memórias relatadas pelos moradores nas entrevistas realizadas quando desta pesquisa têm vários pontos em comum. Expressam sentimentos que se alternam entre a alegria de ter um lugar que fosse seu e nele poder imprimir suas características e desejos e o medo do desconhecido, das privações que, já na primeira visita ao local onde passariam a viver, se faziam presentes.

De posse das chaves, os moradores iniciaram a busca da localização não só de suas casas, mas do local em que o Conjunto Habitacional Alfredo Freire havia sido construído.

Para se chegar ao Conjunto Alfredo Freire, saindo da Praça Rui Barbosa, que fica no centro da cidade, é preciso passar pelas ruas Manoel Borges e Avenida da Saudade, cruzando os bairros: Centro, Alto das Mercês e Santa Marta. No final dessa grande avenida, chegando ao Cemitério São João Batista, vira-se para a esquerda, na Avenida Dona Maria Santana Borges e segue-se até seu final, passando pelos bairros Grande Horizonte, Recanto das Torres, Universitário e Pontal.

Nesse ponto, chega-se à rodovia BR- 050. Pode-se afirmar que a Avenida Dona Maria Santana Borges faz a ligação entre o centro da cidade e uma de suas saídas. Já na rodovia BR-050, é preciso virar à direita, sentido Uberaba – Uberlândia.

Aproximadamente três quilômetros à frente, atualmente há o[113] trevo que dá acesso ao Conjunto Alfredo Freire. Esse trevo é muito recente, bem como as sinalizações ali existentes e esta não foi a realidade vivida pelos moradores, nos primeiros anos no Conjunto.

---

[112] Sr. Timóteo de Souza, 60 anos.

[113] Quando o Conjunto Alfredo Freire foi inaugurado e pelos anos que se seguiram a sua inauguração não se tinha trevo nem nome do Conjunto, muito menos placa de sinalização sobre o acesso ao Conjunto.

FIGURA 5: Mapa do Conjunto Alfredo Freire.

Fonte: SEPLAN – Secretaria de Planejamento – (Adaptação - os contornos foram reforçados para dar maior visibilidade. O Conjunto Alfredo Freire está delimitado em vermelho).

Em 1980, quando o Conjunto foi inaugurado, os moradores se recordam de que o acesso ao Conjunto se dava única e exclusivamente pela BR-050. Em entrevista realizada com o Sr. Ripposati, morador e vereador pelo Conjunto Alfredo Freire, sobre a forma de acesso ao Conjunto, ele se lembra de que: "era só passando pela BR-050. A gente tinha que pegar o trevo da rua Santana Borges para chegar no Alfredo Freire, no percurso usando a BR-050[114]".

No quilometro 170, destacado por uma pequena placa posta às margens da rodovia, estava escrito simplesmente: Alfredo Freire. Cabia ao leitor, então, interpretar que essa placa, com o nome e uma seta indicando para aquelas casas, à esquerda da rodovia, se referia ao novo Conjunto.

Para o acesso ao Conjunto Alfredo Freire, chegando nessa placa, era preciso (de ônibus, carro, moto ou outro veículo) parar próximo à placa, em plena rodovia (sem acostamento) e esperar a oportunidade para se fazer a conversão.

Nesse sentido, percebe-se que a localização espacial do Conjunto Alfredo Freire era dada pelos referenciais dos responsáveis pela organização e pelos traçados da cidade e essa localização não pertencia ou não estava ainda assimilada pelas pessoas que viveriam naquele lugar. Portanto, em seus referenciais de memória, ainda não era possível estabelecer uma ligação entre o centro da cidade e o lugar em que iriam viver e construir suas relações.

Para muitas dessas famílias, nem a localização do próprio Conjunto era certa, uma vez que não constavam – no mapa da cidade - residências nas proximidades do mesmo. Sabiam que "ficava pro lado de Uberlândia, do outro lado da rodovia[115]", sentido Uberaba/Uberlândia, próximo ao Distrito Industrial I e à rodovia BR 050, e distante aproximadamente 15 km do centro da cidade, mas o local exato não era conhecido por todos.

Se a localização geográfica do referido Conjunto não estava clara para todos os moradores, passou a constituir um problema pois, uma vez instaladas na nova casa, essas pessoas teriam que se deslocar para outros bairros da cidade, para trabalhar, para visitar parentes e amigos ou mesmo para fazer compras ou ser atendidas nos postos de saúde ou hospitais da cidade. Para tais deslocamentos, havia a precariedade dos transportes públicos, o que dificultava o trânsito entre moradia, trabalho, escola e acesso aos demais bens necessários à sobrevivência da população.

No entanto, é interessante observar que nas entrevistas realizadas com os moradores do

---

[114] Sr. João Gilberto Ripposati, 43 anos, casado, três filhos, morador do Conjunto Alfredo Freire desde 1985. É Técnico Agrícola da EPAMIG e foi, por dois mandatos consecutivos, vereador pelo bairro. Entrevista realizada em 2003, em seu escritório político, no Alfredo Freire.

[115] Sr. Dalmy Gontijo, 55 anos, é morador do Conjunto Alfredo Freire desde nov. 1981. É casado, tem dois filhos e um neto. Entrevista realizada em sua casa, em 26/08/2004.

Conjunto Alfredo Freire, essas dificuldades não foram colocadas por eles, em primeiro plano. Num primeiro momento, é possível detectar que o mais importante era saber que tinham uma casa própria para viver com a família do que saber onde se situava essa casa.

Tal constatação não significa dizer que os moradores ficaram satisfeitos com o lugar em que iriam viver. Ao contrário, os questionamentos eram constantes quanto à precariedade do local. No entanto, a grande satisfação estava em ter um lugar para viver, um lugar que fosse seu, em que pudessem estabelecer vínculos e convivências. No entanto, era preciso melhorar esse lugar.

O Sr. Dalmy reflete a vida levada antes de ter sua casa própria. Casado há pouco mais de quatro anos, queria ter um lugar que fosse seu, onde pudesse construir, com sua esposa e filhos, uma vida melhor.

> Que quando nóis casamo, nóis ficamo morano na casa dela por mais seis meis. Depois nóis alugamo uma Casa pra nóis morá... Então, através da firma que eu trabalhava, que na época tinha inscrição das casas aqui da COHAB, então a gente fez a inscrição... fez a inscrição e através da fábrica de tecidos que a gente trabalhava a gente conseguiu a casa aqui....Bem que eu achava longe, mais a gente foi acostumano, foi trabalhano, foi ajeitano, que o bom é que era nosso, né. Isso é que importava [116].

Sua fala evidencia uma preocupação maior com a moradia, com sua casa, com aquele espaço em que seriam impressos os valores desejados para sua família, deixando em segundo plano a localização dessa moradia. Ao mesmo tempo, o "ir ajeitando" é sinal de movimentação desses moradores em prol de melhorias. É sinal de ação, de transformação, de não-aceitação das dificuldades encontradas nesses novos viveres.

Nesse sentido, pensamos na aquisição da casa própria, visto que, para a população trabalhadora, segundo Kowarick, "possuir uma moradia é, sem dúvida, uma necessidade [...], pois, dadas as intempéries do sistema econômico, representa a possibilidade de não pagar aluguel[117]".

Para Dona Odésia, ter uma casa que fosse sua estava associada a ter sua liberdade, a poder arrumar suas coisas do jeito que ela desejava:

> [...]eu tinha vontade de tê a minha casa própria, porque morá junto da família é coisa mais triste que tem no mundo. Ocê pode sê bem tratada, mas no fim num é... num é seu... Aí toda a vida eu tive vontade de tê o meu cantinho, o meu comuduzinho... Por que lá onde nóis morava era casa grande,

[116] Idem.
[117] Kowarick, Lúcio. Op. cit. p.31.

> confortável, era lá na casa do pai, era lá no bairro Leblon, aquela casa amarela, confortada, aquele mundo de casa... Mais num era nossa, é diferente!!! [118].

A fala de Dona Odésia é muito significativa. Ela expressa o desejo de ter um lugar fixo para viver, um lugar que seja seu e que nele ela possa imprimir seus gostos e se sentir pertencente a um grupo, uma vez que "pertencer a uma classe, grupo, categoria ou nação é possuir uma localização, ou seja, ter uma posição social reconhecida como legítima e situar-se num lugar compartilhado: sem domicílio ou referências pessoais não se é reconhecido[119]".

Nessa luta, a moradia é de fundamental importância para os trabalhadores. Dialogando sobre esse assunto com Dona Elvira, ela apresenta a seguinte necessidade: "porque eu acho que o teto e a educação dos filhos é a coisa... é a coisa... mais importante[120]".

Para Kowarick, ter casa própria significa "ter um lar, ter privacidade: sobre a casa própria se ilumina o imaginário da disciplina e do sucesso[121]", bem como os sentimentos de quem conseguiu *vencer* as dificuldades e ter um lugar seu e para sua família

Conversando com Seu Cocada, ele aponta para os sonhos e desejos que envolviam a casa própria, dizendo: "eu queria ter um lar pra morar, que amanhã ou depois a gente deixa pros filhos[122]".

Nos depoimentos dos entrevistados, morar em casa própria significa ter segurança, construir vínculos familiares e de amizade, que auxiliam e amparam em situações difíceis: problemas de saúde, perda de entes queridos, desemprego, separações. Eles demonstram a necessidade e o desejo de se ter um lugar para viver, onde se pudesse demarcar o território, imprimir nele suas características, gostos e desejos, bem como se sentir pertencente à cidade, vendo-se como parte desta, constituindo-se com outros sujeitos que, como eles, tinham objetivos e histórias em comum.

Dona Valdeíra, 42 anos, casada e mãe de dois filhos, lembra:

> Quando meu marido chegô de lá, já com as chave, aí nóis veio vê... aí chegando aqui, eu pensei, agora vou ver minha casa, né, aí a gente saiu procurano, que era na rua C1 numero 10. Aí nóis chegamo aqui... começou a enfiá a chave... menina!... na hora que eu abri..., na hora que eu coloquei a chave que abriu, pra mim foi a melhor coisa que pôde me acontecer, depois dos meus dois filhos, né?! E aí nóis começamo a arrumá nossa casinha,

---

[118] Dona Odésia Abadia Ramalho Nunes, 56 anos.
[119] Arantes Neto, Antonio Augusto. Paisagens Paulistanas: transformações do espaço público. Campinas, SP:Editora da Unicamp, 2000. p.133.
[120] Dona Maria Elvira de Jesus, 57 anos.
[121] Kowarick, Lúcio. Op.cit. p.91.
[122] Sr. José Nogueira, apelido Cocada, 66 anos.

arruma daqui, arruma dali... e tamo até hoje![123]

O "chegar de lá", como diz Dona Valdeíra, refere-se à entrega das chaves das casas, ocorrida na noite do dia 22 de outubro de 1981, no Jockey Club. No entanto, quando ela afirma que "o marido chegou de lá e já vieram ver a casa", está implícita a ansiedade para ver de perto a casa que os abrigaria. É certo que, naquela mesma noite, seria impossível deslocar-se para o Conjunto Alfredo Freire, visto que a cerimônia de entrega iniciou-se por volta das vinte horas e nesse evento foram entregues as chaves de 1122 casas, entre elas a da sua. Além disso, os ônibus deixavam de circular bem antes da meia-noite e a luz ainda não havia sido ligada nas casas.

Entretanto, é como se não tivesse havido um intervalo de tempo entre a entrega das chaves, a volta para casa e a ida a SUA CASA. A satisfação e o desejo demonstrados por Dona Valdeíra vão além desses detalhes, como se o tempo, para ela, tivesse parado naquela noite.

Paralelamente à satisfação de ter recebido as chaves de sua casa, havia também a curiosidade em saber, entre tantas casas, qual delas seria a sua. Dona Valdeíra lembra que "era preciso encontrar o número da casa, a quadra e o lote dela... e aí eu fui tentá localizá, cheguei até o fim da rua e não consegui identificá[124]".

Descoberta que o Sr. Massuó afirma não ter sido fácil, visto que, ao chegar ao Conjunto Alfredo Freire, "as casas eram todas iguais, e esse negócio de lote e quadra... isso a gente num entendia direito não. Tanto é que depois, quando eu já tava morano aqui, as vezes chegava um caminhão e eu acabava ajudano os outros a achá a casa deles também, que a gente já tava acostumano[125]".

Para Dona Judite, costureira, casada e mãe de oito filhos, a expectativa foi ainda maior, pois abrangia também os filhos. Ela se lembra de que "os menino falava assim: Ih, mãe! vai sê lá na beira do rio![126]". No entanto, "quando eu cheguei aqui e encontramo a rua e o número, eu fiquei feliz, porque é um lugar central, né! Como se diz... é muito barulhento, mais é um lugar muito bom né... no centro do Conjunto e, o que é meió, é pertim da minha igreja![127]"

Essas incertezas quanto à localização da casa no próprio espaço físico do Conjunto, quanto

---

[123] Dona Valdeíra Maria de Sousa Naves, 42 anos, é moradora do Conjunto Alfredo Freire desde 1981. É casada, tem dois filhos e dois netos. Trabalha na Escola Estadual Henrique Kruger como servente escolar. Entrevista realizada em sua casa, em 25/08/2004.
[124] Sr. Massuó Machiyvama, 50 anos.
[125] Idem.
[126] Dona Judite Alves dos Santos, 62 anos.
[127] Idem.

ao tipo de casa que receberiam, às prestações que estavam comprometendo-se a pagar e quanto ao novo tipo de vida a ser vivido provocavam nos moradores sentimentos variados.

O Conjunto Habitacional Alfredo Freire havia sido programado para atender a vários tipos de rendas, comprovadas pelos moradores quando das inscrições da casa própria. Desta forma, as moradias estavam assim distribuídas, segundo uma padronização considerada ideal e conveniente pelos arquitetos responsáveis pelo projeto:

- Embrião – tipo de moradia composta por uma cozinha (5,76 m²), um banheiro (2,31 m²), um quarto (9,81 m²) e uma área de serviço (1,52 m²).
- Casa 2 – moradia composta por dois quartos (sendo um de 9,04 m² e o outro de 6,21 m²), um banheiro (2,16 m²), uma sala (9,00 m²), uma cozinha (3,96 m²) e uma área de serviço (1,32 m²).
- Casa 3 – composta por três quartos (sendo um de 9,04 m² e dois de 6,21 m²), um banheiro (2,16 m²), uma sala (9,00 m²), uma cozinha (3,96 m²) e uma área de serviço (1,36 m²).
- Casa 4 - composta por quatro quartos (sendo um de 9,04 m² e três de 6,21 m²), um banheiro (2,16 m²), uma sala (9,00 m²), uma cozinha (3,96 m²) e uma área de serviço (1,36 m²).
- Predinho – formado por dois pavimentos. No pavimento superior, encontravam-se dois quartos (ambos medindo 7,67 m²), interligados por um minúsculo corredor que dava acesso – através de uma escada - ao pavimento inferior. Já nesse pavimento inferior encontravam-se a sala (7,67 m²), a cozinha (4,42 m²) , o banheiro (1,96 m²) e a área de serviço. Os "predinhos" eram geminados, ou seja, eram compostos por duas moradias unidas pela mesma parede.

Seguem-se as plantas referentes a essas moradias. Padrão Habitacional das Moradias do Conjunto Alfredo Freire.

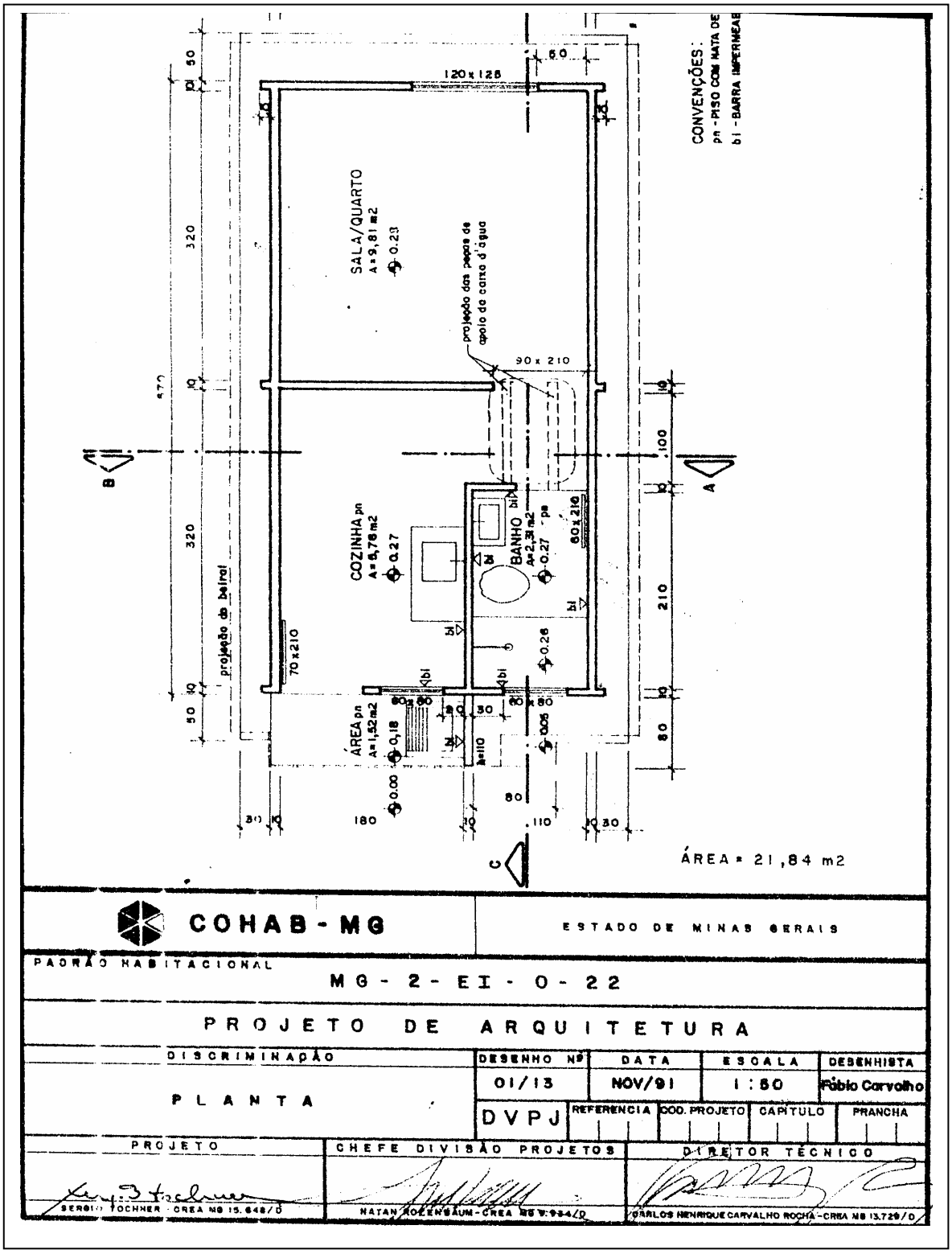

FIGURA 6: PLANTA BAIXA - "EMBRIÃO"

Fonte: COHAB – MG (Escala alterada para 1: 85)

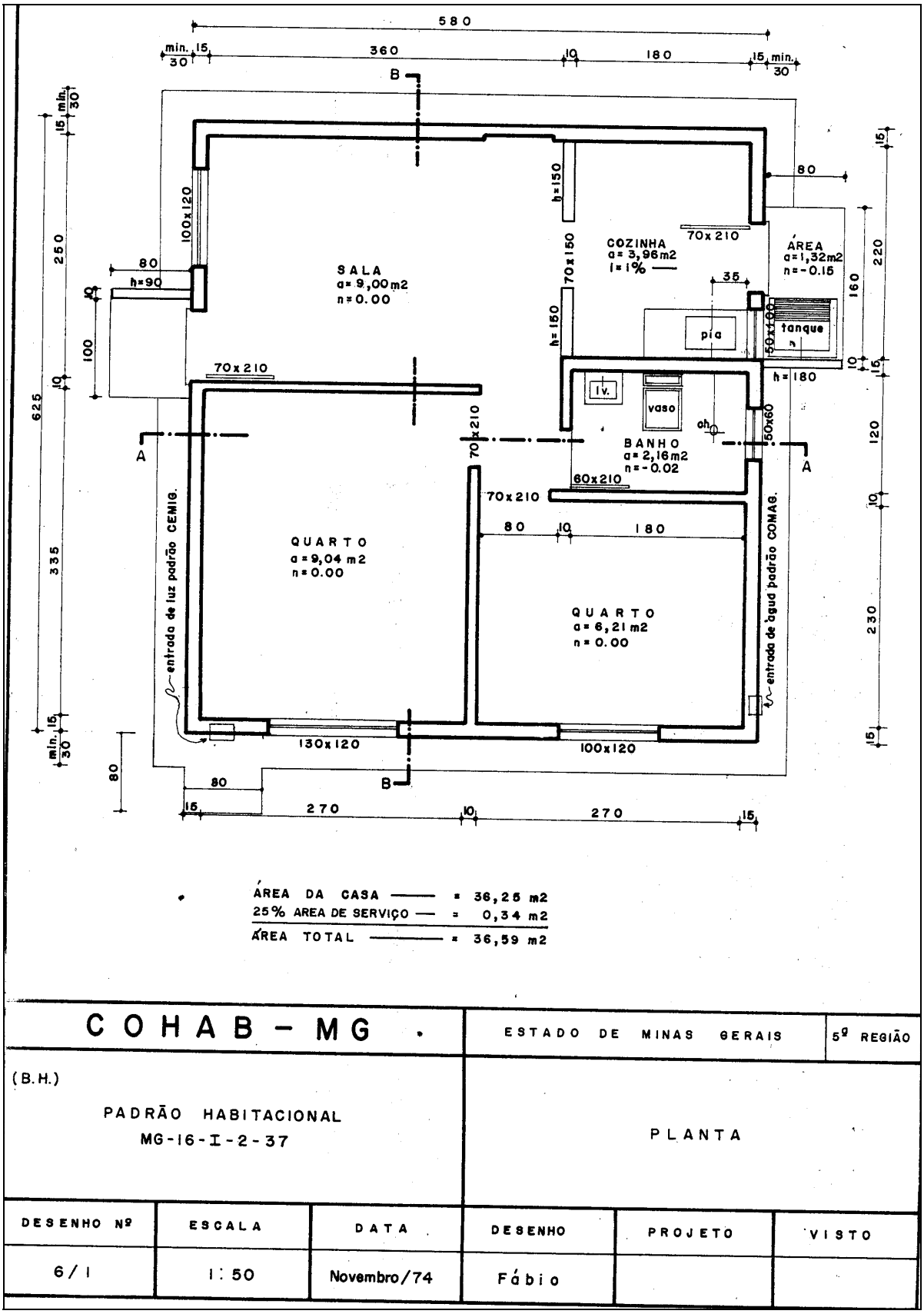

FIGURA 7: PLANTA BAIXA – CASA DE DOIS QUARTOS

Fonte: COHAB – MG (Escala alterada para 1: 60)

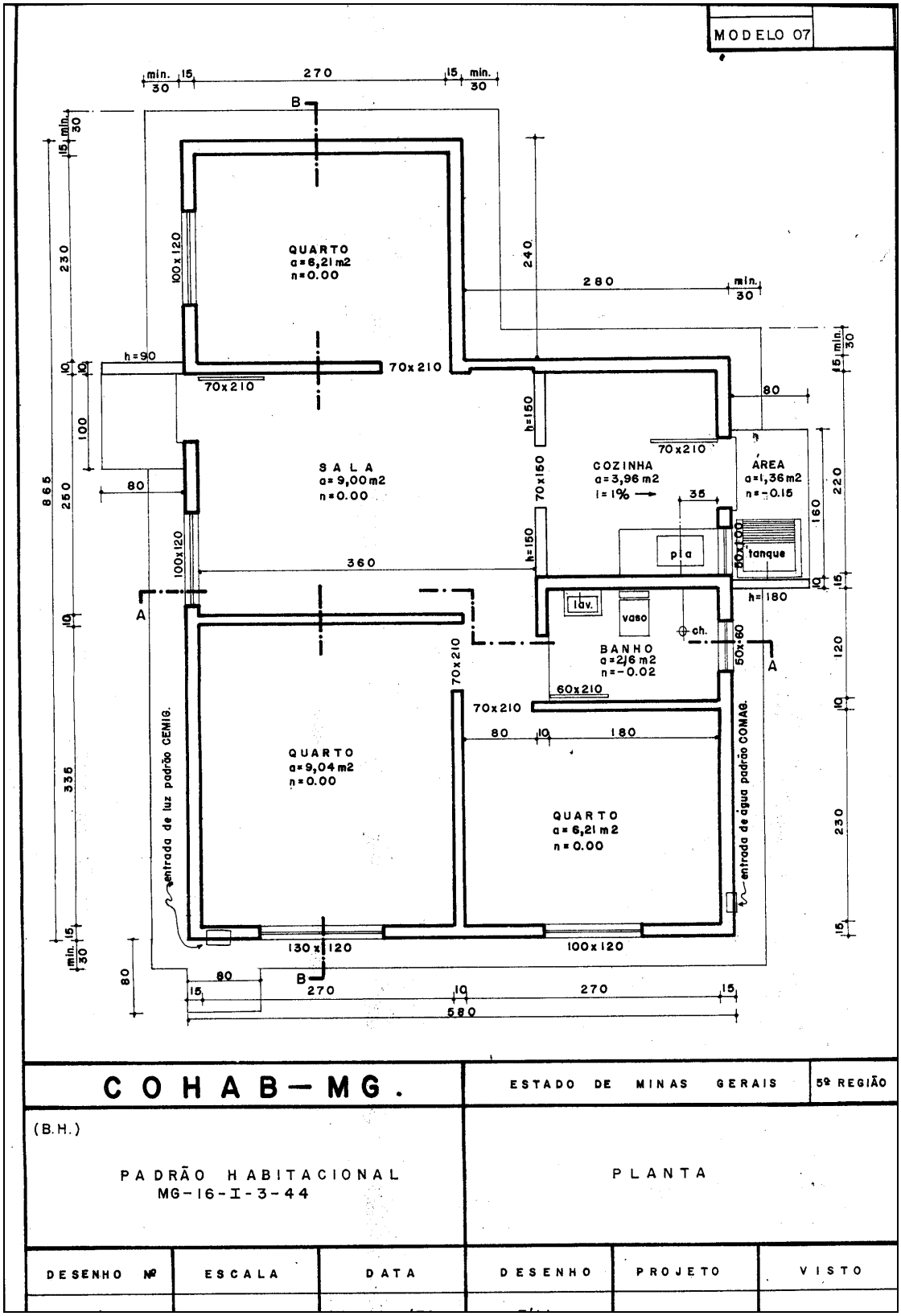

FIGURA 8: PLANTA BAIXA - CASA DE TRÊS QUARTOS

Fonte: COHAB – MG (Escala alterada para 1: 65)

FIGURA 9: PLANTA BAIXA - CASA DE QUATRO QUARTOS

Fonte: COHAB – MG (Escala alterada para 1: 70)

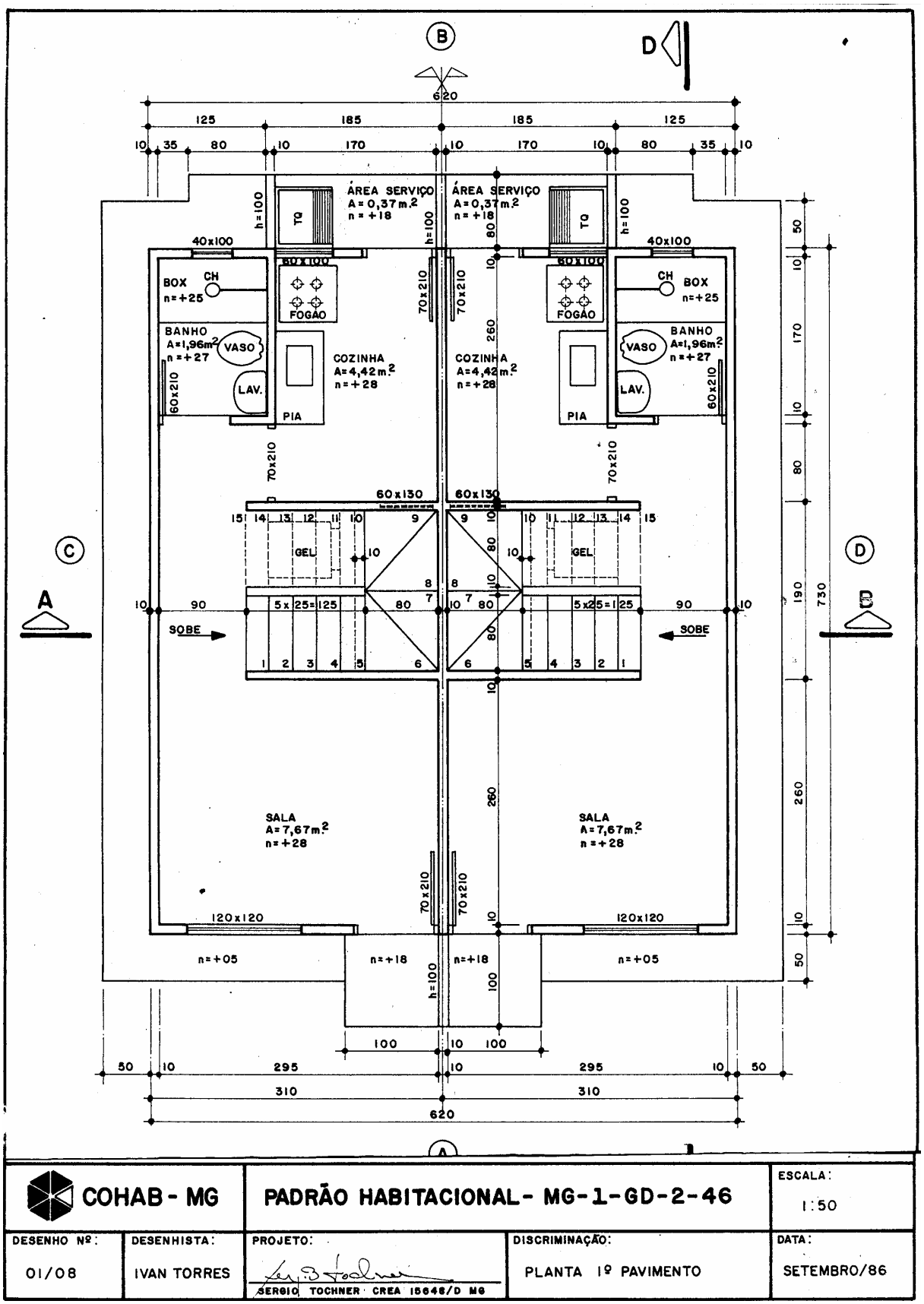

FIGURA 10: PLANTA BAIXA "PREDINHO" – TÉRREO

Fonte: COHAB – MG (Escala alterada para 1: 60)

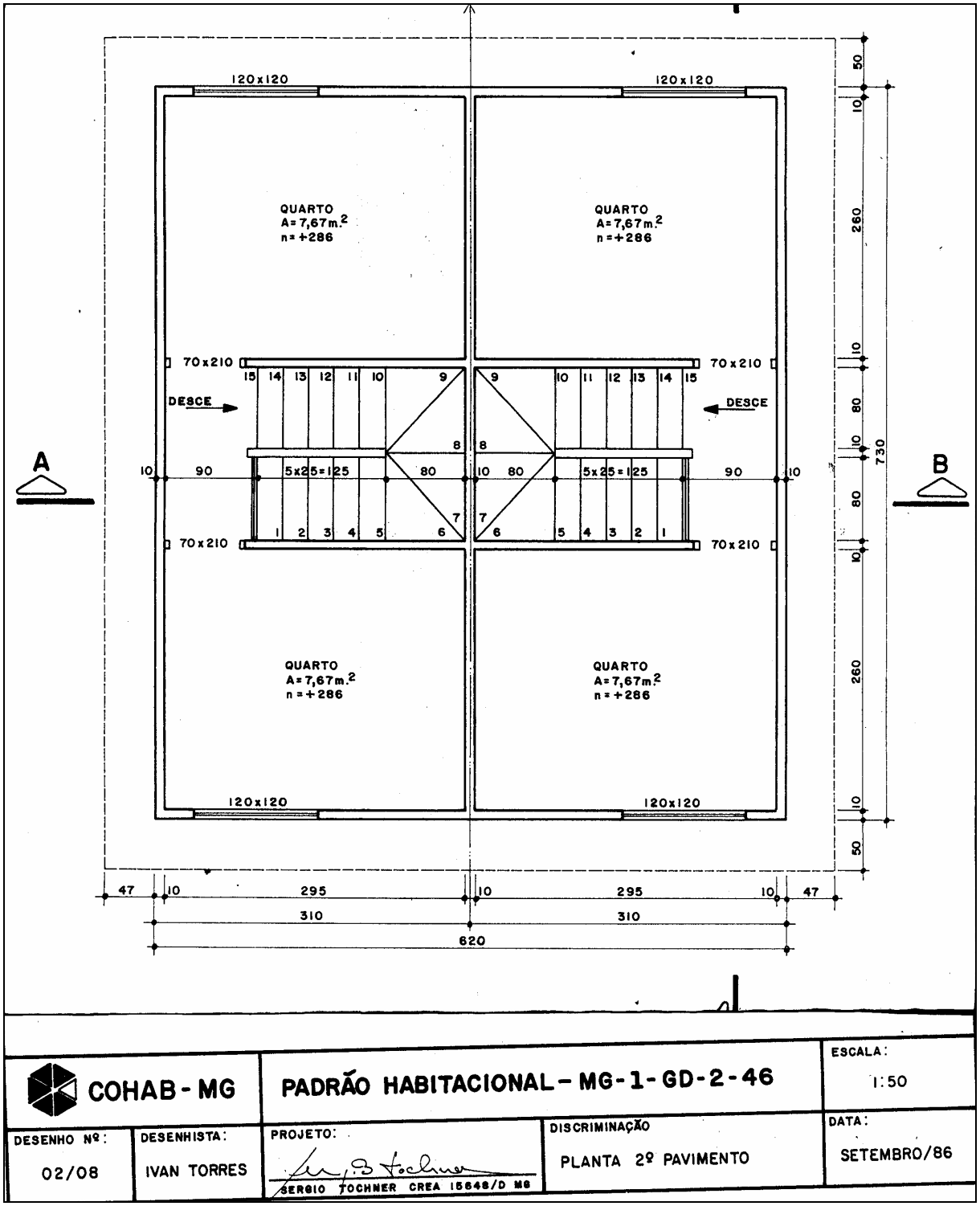

FIGURA 11: PLANTA BAIXA - "PREDINHO" SEGUNDO PISO

Fonte: COHAB – MG (Escala alterada para 1: 60)

Vale lembrar que todas essas moradias foram entregues com piso de cimento grosso, telha

de cimento amianto[128], pintura a cal e teto chapiscado, ou seja, sem reboco. No caso do embrião, este não tinha reboco por fora, ficando os tijolos expostos, possibilitando ao morador, segundo a visão dos engenheiros e arquitetos, dar continuidade a construções futuras.

Tal estrutura estava montada de forma a representar objetivos que eram os do mercado, com lucros cada vez maiores. Daí o distanciamento entre os projetos elaborados pelos engenheiros e técnicos e os projetos de vida e organização dos trabalhadores.

Dona Maria Ivani, 57 anos, lembra que, quando conseguiram a casa, o marido tinha uma renda considerada pequena, pois não passava de um salário mínimo. Assim, só puderam ser contemplados com um "embrião". Aponta para os cômodos de sua casa e vai relatando: "aqui em casa era assim, ó, só tinha só essa parte... só tinha um quarto... não... era só esse lugarzinho aqui ó... que misturava com a sala e o banheiro pequenininho, né... e aquela parte ali era a cozinha. Custava cabê nóis. Ih! Era apertadim!!![129]"

Desta forma, percebe-se que o tipo de moradia não era definido pelas necessidades das pessoas, muito menos pela composição familiar, mas pela renda que apresentavam os futuros moradores, quando das inscrições, ou seja, os valores que poderiam pagar.

O depoimento do Sr. Massuó vai nessa direção:

> Tinha esse programa então de criá a casa própria, que era grande a defasagem de habitação na época. Então eu acho que um programa de governo a nível federal, que com parceria com os governos estaduais e municipais de fazê essas casas sabe....e elas tava dentro de um padrão que mais ou menos quase todo assalariado até dois salários mais ou menos teria condição de pagá. Eu me lembro que foi consultado o meu salário quando eu preenchi o cadastro, eu não lembro mais a margem de quantos por cento era do salário, mais era todos compatível pra pessoa pagá... então era pra pessoa de baixa renda mesmo né...[130]

A partir das narrativas de Dona Odésia, de Dona Judite, de Dona Francisca e de tantos outros moradores, é possível entender as dificuldades enfrentadas pelas muitas famílias para se adequarem às casas recebidas, para imprimirem naqueles espaços seus modos de viver.

Dona Odésia, casada, três filhos e com o marido doente, cuidava de todos com o salário de doméstica. Com a renda apresentada quando da inscrição, só pôde receber um "embrião" e "aí a gente veio pra cá morá 'num cômodo', aberto, sem muro... que era um embrião, era de piso grosso, um cômodo só. Meus trem ficava todo fora e foi acabano. Vivia numa pobreza... sem

---

[128] Esse tipo de telha gerava, no verão, um calor insuportável, uma que retinha o calor em grande quantidade.
[129] Dona Maria Ivani Rocha da Cruz, 57 anos, é casada, tem dois filhos e três netos. É moradora do Conjunto. É evangélica, da Igreja Adventista do Sétimo dia. Entrevista concedida em 25/08/2004, em sua casa.
[130] Sr. Massuó Machiyvama, 50 anos.

falá que nóis ficava amuntuado, dormino nóis tudo num quartim só...[131]".

A idéia de *pobreza*, expressa por Dona Odésia, está ligada à bagunça de seus móveis, à *desorganização* do lar e ao contraste entre os modos de viver até então.

Para ela, que morava antes com os familiares, no Bairro Leblon, a dificuldade em viver ali, naquele lugar, foi ainda maior "porque lá onde nóis morava era uma casa grande, confortável, era lá na casa do pai, era lá no Leblon, aquela casa amarela, confortada, aquele mundo de casa !!![132]" Ao mesmo tempo em que expressa uma certa saudade de onde morava, afirma que "nós mudamo pra cá porque eu tinha vontade de tê a minha casa própria, mais que num foi fácil, num foi![133]".

Esses sentimentos aparentemente contraditórios em sua fala me permitem indagar sobre os desejos dessas pessoas que necessitam e almejam ter a casa própria, porém, ao mesmo tempo, reivindicam e demonstram necessidades, desejos e gostos. Portanto, não estão à mercê das ações dos governantes, mas demonstram insatisfação e descontentamento frente às dificuldades.

No caso de Dona Judite, o viver naquele tipo de casa *recebida* foi muito difícil também. Ela, o marido e oito filhos foram morar num predinho e, "em uma casa tão pequena, ocê imagina só... imagina só um predinho desse pra cabê déis pessoa... É igual uma caixa de fósforo, né! (risos...)[134]".

O riso vem carregado de significados. Dona Judite pára no tempo, calada, só pensando. É como se ela estivesse revivendo os momentos de sua chegada, relembrando cada detalhe, cada conquista, cada perda, cada batalha, cada modificação realizada na estrutura física do dito predinho.

Hoje, com todos os filhos casados, morando em suas casas, o *predinho* ficou imenso. Entretanto, a memória carregada desse tempo de aperto ficou marcada em sua mente.

> Nossa inscrição era pra casa de três quartos... mas não saiu... não saiu... e... aí o homem falou pro Zé: "Seu Zé... tem predinho." Aí a gente teve que pegá o predinho, né... porque... era uma casa.... Tinha dois quartos na parte de cima, e aqui em baixo, a salinha e a cozinha aqui... e o banheiro dentro da cozinha. Mas assim mesmo, graças a Deus nóis lutamo e hoje a casa tá até grande só pra mim, né, que os filho já casaram tudo... e hoje nóis tamo aí...[135].

---

[131] Dona Odésia Abadia Ramalho Nunes, 56 anos.
[132] Idem.
[133] Idem.
[134] Dona Judite Alves dos Santos, 62 anos.
[135] Idem.

Sua fala demonstra que, por mais difícil que fossem essas adaptações, ainda assim estava melhor que a vida de antes, "pra mim tava bão demais, só em pensá que ia pagá uma coisa que é minha, né... não ia precisá tá mudano... pra mim foi bão demais, eu gosto muito daqui do Alfredão[136]"

Dona Maria Ivani conta que a preocupação em manter as prestações em dia, em conseguir permanecer naquele lugar, muitas vezes falou mais alto e que, apesar da vontade que tinha de modificar sua casa, isso não era possível, sendo preciso tolerância nessas situações, esperando a hora certa.

Para reformar era preciso dinheiro e, como logo que se mudaram o marido ficou desempregado, estas reformas foram ficando cada vez mais lentas:

> Então... na época meu marido até brincava comigo e falava: 'Ivani, eu tenho muita vontade de aumentar... fazer mais um quarto... aumentar um pouco a casa...' Mas não tem como, porque o dinheiro... o salário era muito pouco... Aí aos poucos... aí o meu marido conseguiu trabalho e ele trabalhava, recebia um pouco de dinheiro, comprava um pouco de tijolo e guardava... deixava aí. Aí no outro mês ele já comprava um pouco de terra e foi assim né... comprando aos poucos... comprando aos poucos e ele mesmo é pedreiro né, e aos domingos era nós dois... trabalhando... trabalhava nós dois... então nóis trabalhamo junto, e conseguiu... então, eu tenho muito amor por essa nossa casa aqui, porque cada pedacinho, cada coisa que foi feita aqui foi feita pela mão de nóis dois... entendeu? Então... eu acho que por mais... as veiz a gente fala: "ah vou sair, vou vender por qualquer preço". Eu não vendo a minha casa... porque eu tenho muito amor nisso aqui![137]

Para ela, a paciência e a persistência tornaram-se uma constante, bem como o exercício em reconhecer que "a gente é pobre, e tem que tê paciência, tem que sabê que as coisa são devagá, e isso é sabedoria[138]". Tal sabedoria não significa dizer que o fato de serem pobres tira desses trabalhadores o sonho da mudança, o sonho de que são capazes de atingir os objetivos traçados para suas vidas. Pelo contrário, isto dá a eles força para lutar e almejar sempre o melhor, a concretização de seus sonhos, porém, reconhecendo que essa modificação se faz de forma lenta e constante.

Assim, esse trabalho contínuo, porém vagaroso, de reformar as casas conforme seus desejos e a renda que tinham fez com que, na maioria dos casos, os próprios moradores, num trabalho familiar e de finais de semana, fizessem as modificações.

Desta forma, foi tornando-se uma prática o fato de, a cada mês, comprar um pouco de

---

[136] Idem.
[137] Dona Maria Ivani Rocha da Cruz, 57 anos.
[138] Idem.

material de construção, que não fosse perecível e ir estocando. Com essa medida, era possível realizar algumas modificações nas casas no final do ano, quando os trabalhadores recebiam o décimo-terceiro salário. Dona Maria do Rosário se lembra de que:

> A cada final de ano, a gente fazia mais uma reforminha. Ia divagá! Fizemo mais um quarto pros menino, colocano um cimentado no chão e uma área maió preu lavá as ropa, que no sol e na chuva num era fácil, e ia arrumano... colocano uma janela de corrê, que aquele vitrô... ih! aquilo era de sufocá[139].

Essas reformas ocorriam de forma lenta, mas constante. Além dessas arrumações internas, havia a necessidade de se cuidar da parte externa da casa, como cimentar a porta da sala para dar acesso à rua sem sujar tanto a casa (a rua também era de terra!!!) e de cimentar parte do fundo da casa, onde se estendiam as roupas e as crianças brincavam.

Era preciso também murar a casa e, neste caso, a forma encontrada pelos moradores foi o sistema de mutirão e parceria com os vizinhos. Sobre esse sistema de mutirão, Dona Maria Helena conta que:

> Cada um fazia um pedaço... que todo mundo queria cercá, mas sozinho num dava conta. Aí, a gente dividia e fazia... porque sem muro era difícil na época das chuva, principalmente porque lá onde eu morava, como era baxada, enchia de barro das outras casas. Aí, a gente juntava com os vizinhos. No fundo, eu fazia a metade do muro e o vizinho do fundo fazia a outra metade. Dos lado, era a mesma coisa. Juntava com o vizinho da esquerda e com o da direita. O pedrero a gente também dividia. Às veiz, o vizinho também era pedrero. Aí a gente dava um jeito... comprava mais cimento, que era pra parte dele... dava um jeito! Se um dos vizinho não podiam fazê, ou não queriam ajudá, aí a gente fazia a nossa parte e deixava a dele pra ele fazê quando dava. Aí ele colocava tela pra dá uma fechadinha, né... Mais às veiz num tinha jeito não... aí era a gente mesmo que tinha que fazê até a parte dele... mais isso era mais raro, né... que todo mundo tentava ajudá[140].

O enredo construído por Dona Maria Helena aponta para um contexto onde o diálogo se faz presente nas relações estabelecidas entre os moradores, que compartilham desejos e dificuldades. Permite interpretar as trajetórias desses moradores por meio de suas vivências e memórias e, nessas interpretações, ir construindo olhares e histórias sobre o viver dessas pessoas, na cidade de Uberaba.

Nesse sentido, ao falar do incômodo vivido por ter sua casa invadida pelas águas, pelo

---

[139] Dona Maria do Rosário da Silva, 57 anos, é casada, tem quatro filhos e três netos. É lavadeira. Entrevista realizada em sua casa, em 26/08/2004.
[140] Dona Maria Helena Chimango, 54 anos.

barro e por sujeiras de outras casas, nos períodos de chuva, por exemplo, Dona Maria Helena está lembrando momentos difíceis que colocavam em risco o viver de quem morava na parte baixa do Conjunto.

Os moradores plantavam hortaliças, remédios caseiros, flores e, a cada chuva, por causa do terreno inclinado e das fortes enxurradas, perdiam tudo. Nesse aspecto, a fala de Dona Odésia dá indícios de descrença e, ao mesmo tempo, de persistência, ao me dizer: "ocê precisava vê! Que dó! Que a gente prantava as prantinhas e as prantinhas morria tudo, os cantero, as terra, era tudo levado embora. Dava até um desânimo! E era com todo mundo, que a água discia e ia lavano tudo[141]".

Tantas necessidades e dificuldades comuns serviam para fortalecer laços de vizinhança e de ajuda mútua.

Nesse sentido, o Sr. Massuó lembra que: "a gente passô a fazê mutirão pra ajudá os colegas a ampliá mais a sua casa, fazê o muro, murá a casa, a gente juntava nos finais de semana, um ia pra casa do outro ajudá e era sempre bem recebido dentro do grupo pra podê te ajudá, foi sempre assim[142]".

O diálogo, a forma de convivência estabelecida entre os moradores e as preocupações constantes entre eles demonstram que as diferenças existiam, mas não prejudicavam o convívio.

Em face dessas memórias que se aproximam, posso afirmar que os moradores do Conjunto Alfredo Freire constituíram um grupo especial, uma vez que passaram a conviver e lutar de modo diferente, com experiências diferentes, mas com necessidades semelhantes e objetivos comuns. E são essas experiências que adquirem, segundo Thompson, "feições classistas, na vida social e na consciência, no consenso, nas resistências e nas escolhas de homens e mulheres[143]".

As palavras de Thompson levam a refletir sobre as relações estabelecidas entre os moradores do Conjunto Alfredo Freire. E, nessa dinâmica, quando falo de pessoas que se unem, através de suas experiências, por ideais e objetivos comuns, estou falando da formação de uma classe, não em sentido fechado, mas em sentido amplo, aberto e que aproxima os sujeitos em determinados momentos, criando um fio condutor que os une.

Isto pode ser percebido nas falas de vários moradores, como Seu Zezinho e Seu Cocada, quando se referem ao passado e reelaboram fatos e momentos, como os mutirões de limpeza

---

[141] Dona Creuza Aparecida J. Dias, 54 anos.
[142] Sr. Massuó Machiyvama, 50 anos.
[143] Thompson, E.P. Folclore, Antropologia e História Social. NEGRO, Antonio L.;SILVA, Sérgio (coord). As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos. Campinas: UNICAMP, 2001. p. 260.

nas praças, as construções da quadra e do campinho de futebol; como o Sr. Massuó, quando diz que os moradores passaram a ajudar-se, a construir muros em parceria, em sistema de mutirão; ou mesmo na fala de Dona Maria Ivani, quando lembra a importância de construir a igreja evangélica que abrigasse os companheiros e que, nessa construção, todos ajudaram, independentemente da crença de cada um.

Dessa forma, constata-se que as inúmeras dificuldades no viver dessas pessoas, as muitas brechas ou formas que foram encontrando para modificar ou diminuir essas dificuldades vividas e a insistência dos moradores, como afirma o Sr. Dalmy, " deu força pra nóis e nóis continuamo nessa vida, trabalhano, ajudano daqui, dali, seno ajudado... e nóis fomo pelejando com...com a vida da gente, né?!!![144]"

No entanto, além das modificações que se faziam necessárias em suas casas, como muro, aumento dos cômodos, área de serviço, garagem e outras, existiam outras também de caráter prioritário, porque

> [...] depois que a gente habitou a casa é que a gente foi identificar que alguma coisa tava errada. Precisava de asfalto, não tinha na época o asfalto, a urbanização tipo árvores... é... algumas plantadas, umas tinha pegado, outras tinha morrido. É... a questão do transporte coletivo não era muito fácil, era muito difícil, e a gente observou a questão da segurança ... que até hoje é um caos, não tem um posto policial, não tem nada. E foi aí que nóis começamo a fazê movimento de grupos... de companheiros né... Precisava de ter uma igreja, precisava de ter...[145]

Os moradores ainda não tinham se dado conta de que caberia a eles não só requerer aos órgãos capacitados, como também, em muitos casos, realizar estas transformações por conta própria, devido ao caráter de urgência de muitas delas. Até porque, como relata o Sr.. Timóteo, "num primeiro momento a gente num pensava na poluição e nem naquelas coisa... Então a qualidade das casas também não dava muita... a gente pensava que a gente podia modificar logo com o tempo... e isso não foi muito tranqüilo, não[146]".

Não foi tranqüilo porque os salários dos trabalhadores que ali viviam mal davam para suprir as necessidades básicas de alimentação, saúde, vestuário e transporte. Não bastassem os gastos diários, como se lembra o Sr.. Timóteo, "decorridos alguns anos, é... uns dois, três anos, a prestação subiu de forma que tinha pessoas que oferecia casas pra quem quisesse, pra

---

[144] Sr.. Dalmy Gontijo, 55 anos.
[145] Idem.
[146] Sr. Timóteo de Souza, 60 anos.

ficar com o nome livre e as vezes não encontrava[147]".

A narrativa do Sr. Timóteo nos instiga a pensar no tratamento dispensado pelas autoridades governamentais a essas pessoas. Retomando os objetivos citados pelas autoridades quando da construção e distribuição das casas do Conjunto Alfredo Freire, inclusive justificando a localização física do mesmo, a alegação era de que se tratava de um Conjunto destinado à população de baixa renda, aos trabalhadores assalariados e que, segundo expectativas iniciais, trabalhariam nas indústrias localizadas no Distrito Industrial I.

Para os reajustes nas prestações das casas adquiridas, não seria necessário *atrelá-los* aos reajustes dos salários recebidos pelos trabalhadores? Não seria necessário realizar um levantamento sobre as disponibilidades de vagas ofertadas pelas indústrias do Distrito Industrial I, para constatar que grande parte dos trabalhadores não trabalhava nesse distrito e, portanto, tinha um ônus a mais com transporte? Não era necessário "dar um tempo" para que os trabalhadores se reorganizassem nesse novo espaço?

Tantos *atropelos* levaram os moradores a estabelecer vínculos e diálogos visando a melhorias para todos. Assim foram conseguindo reunir-se e, juntos, nas horas de folga e nos fins de semana, como conta o Sr. Massuó, "nóis fazia mutirão pra limpeza de praça, fizemo mutirão pra ajudá os colegas a ampliá mais a sua casa, fazê o muro, murá a casa, a gente juntava nos finais de semana, um ia pra casa do outro ajudá e era sempre bem recebido dentro do grupo pra podê te ajudá[148]".

Para definir as prioridades, como se lembra Seu Zezinho, eram marcadas reuniões que se realizavam ora em sua casa, ora nas casas de outros moradores que ofereciam suas residências, ora na Escola Estadual Henrique Kruger ou mesmo na creche do Conjunto.

Nessas reuniões, discutiam-se os problemas enfrentados pelos moradores e eram propostas ações para resolver esses problemas. Problemas que "eram de todo o tipo... a gente discutia de tudo, das missas, que o padre Geraldo vinha aqui e dava as missa aqui na creche, era apertadinho... até tudo mais que fosse preciso, né![149]"

Em dois de março de 1982[150], estava formada a associação de bairro, denominada Associação dos Amigos do Conjunto Alfredo Freire (AACAF). Pelo próprio nome dado à referida associação, é possível imaginar as relações estabelecidas entre os moradores do

---

[147] Idem.
[148] Sr. Massuó Machiyvama, 50 anos.
[149] Sr. José Batista dos Santos – Seu Zezinho - 63 anos, casado, oito filhos e catorze netos. Reside no Conjunto Alfredo Freire desde out. de 1981. É motorista aposentado do DER. Sempre foi um participante ativo de reivindicações, de mutirões e lutas. Foi membro da AACAF na década de 1980. Entrevista realizada em 14/08/2004, em sua casa.
[150] Livro de Ata nº 01, da AACAF, Ata nº 01, de 02 de mar de 1982, p.01.

Conjunto Alfredo Freire que, em vários relatos, afirmam que "aqui é minha família... A minha família, que ficou pra trás, eu considero a minha família, mas a minha família hoje é o povo do Alfredão... né![151]".

Nessa associação, que ainda não tinha sede própria, mas tinha representatividade legal diante dos órgãos públicos, as constantes reuniões eram para propor debates acerca dos problemas vividos internamente, assim como para propor diálogos com os diversos segmentos políticos da cidade e encaminhar aos órgãos públicos as reivindicações postas em pauta pelos moradores.

Percebe-se que essa não era uma prática apenas dos moradores do Conjunto Alfredo Freire, mas representava o momento que estava sendo vivido no país, de reabertura política, em que se discutiam a democracia e os direitos dos cidadãos, direitos estes vinculados às necessidades da vida diária.

A AACAF, formada por um grupo de moradores, tinha como função representá-los nos órgãos públicos e privados, reivindicando melhorias e estimulando os moradores a se envolverem cada vez mais com problemas que não eram só deles, mas comuns a outros grupos de trabalhadores que, na cidade, precisavam lutar para serem reconhecidos como sujeitos, interferindo nas decisões muitas vezes pensadas para grupos limitados de pessoas.

Dentro do Conjunto Alfredo Freire, as reuniões continuavam ocorrendo, ora na casa de um, ora na casa de outro, até que se pudesse construir uma sede[152]. Nessas reuniões, como se pode ler no livro de Atas nº 01, "eram distribuídas folhas para todos os presentes, para que anotassem o que julgassem necessário e que qualquer sugestão fosse por escrito[153]"

Apesar de o lugar destinado às reuniões ser sempre improvisado, geralmente transcorriam em clima de diálogo, contando com a participação de diversos segmentos da comunidade, inclusive, em muitos casos, convidados do próprio Legislativo ou de outras associações de bairros.

Dessa forma, além de fortalecer ainda mais o grupo, aprendendo com as experiências dos colegas de outras associações, ainda *forçavam* os vereadores a se envolverem com as questões dos moradores do Conjunto Alfredo Freire, dando-lhes apoio.

Nessas reuniões, os serviços a serem realizados nos fins de semana eram listados, bem como as providências a serem tomadas com relação às áreas vazias do Conjunto, de forma

---

[151] Dona Judite Alves dos Santos, 62 anos.

[152] A sede da AACAF só foi construída entre 1987 e 1988. A primeira reunião na sede ocorreu em 10 de abr. de 1988, segundo Livro de Ata de nº 01, de 10/04/1988. p.40. A inauguração da sede ocorreu no dia 18/06/1988, como consta no Livro de Ata de nº 01, de 18/06/1988. p.42.

[153] Livro de Ata nº 01, da AACAF,. Ata nº 08, de 02 de mar de 1983, p.09.

que os companheiros estavam sempre dando força uns para os outros, como retrata o Sr. José Batista:

> Inclusive na época que eu peguei... qué vê onde tem uma foto aqui quando eu peguei... é uma que tem o terreno sem nada... essa aqui. Essa foto aqui é ali onde tem a quadra... ali onde tem a quadra, onde tem o campo de futebol... hoje é postinho, aquela área ali é essa aqui, ó... isso aqui é uns tijolo que a primeira candidata que tinha aqui, que era a Íris, conseguiu. Só que, como demorô muito pra começá a fazê, aí cê já viu, né... Só sei que quando eu peguei, tinha um restinho lá... tudo jogado... tudo quebrado..., aí a gente foi construino, até que deu conta de terminá, de terminá a quadra, de terminá a sede da associação, de i melhorano cada veiz mais... que o povo ajudava e a gente não desanimava não, a gente lutava muito[154] .

Esse morador, que por muitos anos participou dos movimentos ocorridos no Conjunto, bem como fazendo parte da AACAF, conta que:

> Sempre que eu ia fazê uma reunião eu convidava, pra o povo tê conhecimento do que tava acontecendo, do que que a gente tava precisano. Olha esse aqui, foi o secretário do... se eu não tô enganado... foi do [...] era do tempo do Wagner. E, quando qualquer coisa que nóis ia fazê, uma reunião, se tinha que reuni o povo, participá, inclusive tem foto aí que você vê que tem a participação do povo né, a gente decidino, discutino, priorizano, tudo bem detalhado... Num era do jeito que é hoje não, em que a gente nem fica sabeno o que que tá aconteceno...[155]

FIGURA 12: Foto de uma das reuniões realizadas pela AACAF, em 1982, na Creche Recanto da Amizade.

Fonte: Álbum de família do entrevistado, Sr. José Batista.

---

[154] Sr. José Batista dos Santos, 63 anos.
[155] Idem.

As inquietações demonstradas pelo Sr. José Batista dizem respeito às reformas ocorridas na AACAF após sua saída, que se deu no ano de 1991. Até essa data, faz questão de frisar que a gestão era participativa, que os moradores se envolviam nas decisões e ações tomadas, que os mutirões eram uma constante.

Através da fotografia, ele busca reviver as lembranças desse tempo de luta. Segura a foto com firmeza e vai, aos poucos, relatando as conquistas e os obstáculos que não se restringiram a ele, mas foram compartilhados por muitas das pessoas que ali viviam e que precisavam modificar aquele espaço, rearranjando-se com um mínimo de dignidade.

Em algumas das reuniões organizadas pela AACAF, contou-se, a convite da referida Associação, com a presença de alguns representantes políticos da cidade, além dos moradores. Nesses momentos, as reivindicações mais fortes eram feitas aos representantes presentes. Tais como as apresentadas em 1984:

> 1. Auxílio na construção da quadra de esportes e vestiários, mão-de-obra;
> 2. Construção de uma passarela para pedestres na BR-050;
> 3. Escola de segundo grau no bairro;
> 4. Pronto-socorro depois das 22 horas até as 07 horas;
> 5. Reabertura do posto de correio do Conjunto Alfredo Freire;
> 6. Limpeza de praças (áreas vazias);
> 7. Construção de pelo menos uma praça pública;
> 8. Continuação da sopa fraterna aos domingos;
> 9. Mudança do itinerário do ônibus da Líder[156].

Tantas batalhas enfrentadas fazem Dona Odésia lembrar-se de que as modificações realizadas foram obra dos próprios moradores, pois "foi nóis tudo que conseguiu, mais isso aqui não tinha nada não. Nossa Senhora! Mais também num tinha tanta politicagem. O povo criticava muito.[157]"

Tanto o Sr. José Batista quanto Dona Odésia manifestam a satisfação pelas vitórias alcançadas, pelas lutas e conquistas nessas primeiras décadas no Conjunto Alfredo Freire, no que se refere às manifestações da população e à união de todos em prol de causas comuns. Ao mesmo tempo, alertam para as formas de utilização da política, que Dona Odésia chama de "politicagem", prática presente não só no Alfredo Freire, mas em todos os lugares, em que muitas pessoas - às vezes do próprio Conjunto - se aproveitam das necessidades dos moradores para fazer discursos em períodos eleitorais e, quando eleitos, não põem em prática as propostas discutidas antes das eleições.

---

[156] Livro de Ata nº 01, da AACAF, Ata nº 11, de 30 de mar de 1984, p.12-13.
[157] Dona Odésia Abadia Ramalho Nunes, 56 anos.

Ao falar sobre as "politicagens", Dona Odésia está implicitamente argumentando sobre as experiências vividas no presente, mais especificamente o período vivido quando desta entrevista, em que as vagas de cadeiras para vereador estavam sendo disputadas por pelo menos seis candidatos moradores no Conjunto Alfredo Freire.

Nessas circunstancias procuro refletir a fala dos entrevistados diante da leitura do texto "Muitas memórias, outras histórias: culturas e o sujeito na história", da professora Yara Khoury, quando diz que "nesse modo de narrar os acontecimentos, vão construindo e realimentando suas identidades presentes[158]", o que permite entender que os sujeitos estão discutindo o passado através das experiências do presente, silenciando questões e trazendo outras, num constante pensar sobre as situações vividas por elas no social.

Nessas lembranças, vêm à tona as construções coletivas e o envolvimento da comunidade, os desejos e os anseios por uma vida melhor e, principalmente, a luta e os desafios que precisam ser vencidos, o que lhes dá força para continuar a caminhada.

FIGURA 13: Fotos das construções e mutirões realizados pela comunidade, como a construção da Igreja e a capina dos terrenos em 1983.
Fonte: Álbum de família do Sr. José Batista.

A fotografia utilizada pelo Sr. José Batista quando da entrevista, para ativar-lhe a memória, para levá-lo com mais força às lembranças do passado, permite a nós, historiadores, compreendermos que, ao usar esse recurso, o narrador está trazendo em sua fala não só os

[158] Khoury, Yara Aun. Op. cit. p. 131.

fatos acontecidos, mas toda a trama que os envolveu.

Desta forma, como nos alerta Raphael Samuel[159], é preciso que se tomem alguns cuidados ao utilizar a história oral e as fotografias, para tentar compreender e capturar visões de mundo, sonhos, expectativas, desejos, comportamentos e identidades que não pertencem a uma única pessoa, mas a um grupo; são, portanto, reconstruções sociais.

Dialogando ainda com o Sr. José Batista, a todo o momento ele recorria a uma fotografia e, a partir dela, ia me chamando para a conversa e dizendo "Essa aqui, Edna... essa foto é do comecim... ocê vê o jeito que era, e óia que nóis capinava, pintava os mei-fio, arrumava ajuda... aqui é de quando nóis tava construino... da quadra..., ou será da igreja? Dexa eu lembrá... essa construção aqui deu muito trabalho...[160]".

Nesses momentos, eu me sentia participante "das memórias das lutas", percebia a importância dessas conversas, da escrita e das expectativas que esses moradores estavam depositando em mim e em meu trabalho.

Entendia, naquele momento, o que Portelli[161] queria dizer sobre o momento da entrevista, sobre o "dar status" ao entrevistado, ao permitir que ele se expresse e reconhecê-lo como parte do processo vivido. Eu ia abastecendo-me de força para dar continuidade ao trabalho, nas buscas, nas narrativas orais, de forma a perceber as muitas histórias que permeiam Uberaba e os muitos obstáculos colocados no viver dos sujeitos que a constituem.

Nas conversas com os moradores, eles demonstram gosto e orgulho pelo grupo que formaram no Conjunto Alfredo Freire, quando dos primeiros anos de moradia naquele espaço que estava sendo construído, que estavam *moldando* de acordo com as características de cada um e de todos ao mesmo tempo.

Havia constantes movimentações e lutas por seus direitos, de forma que as promessas não eram esperadas, mas se faziam cumprir frente ao envolvimento de todos que ali moravam, até porque *o olhar* dos políticos ainda não estava voltado para os moradores daquele setor da cidade, visto que tais moradores representavam muito mais problemas que vantagens, ou seja, era melhor pensá-los como não fazendo parte da cidade.

Seu Cocada lembra que "as veiz isso gerava uma certa revolta, que ninguém ajudava, não faziam nada pra ajudá a gente. Nem televisão nem ninguém de fora não procurô vê a nossa luta, os nossos esforços nem ajudá a gente![162]".

---

[159] Samuel, Raphael. Teatros da Memória. Revista Projeto História nº 14. fev. 97. PUC-SP.
[160] Sr. José Batista dos Santos, 63 anos.
[161]Portelli, Alessandro. "O momento de minha vida": funções do tempo na história oral. In: Muitas Memórias, Outras Histórias. São Paulo: Olho d'Água. 2004.
[162] Sr. José Nogueira, apelido Cocada, 66 anos.

Sua fala traduz revolta e discernimento quanto aos discursos proferidos pelos candidatos em determinados períodos do ano, principalmente nas campanhas eleitorais, considerando que esses moradores ouvem, pensam, escolhem, ponderam, enfim, participam da vida política da cidade, embora muitos candidatos subestimem esses trabalhadores pelo fato de serem pobres, achando que os mesmos são "fáceis de se levar" e se contentam com pouco.

Em conversa com Dona Elvira, 57 anos, sobre o viver na cidade, ela demonstra um olhar político aguçado, um olhar crítico de quem já viveu muita coisa, de quem acredita que é possível melhorar a cidade, mas alerta também que tanto ela quanto outros moradores do Alfredo Freire estão analisando os discursos proferidos pelos candidatos a vereador daquele local e completa que "é melhó ocê prometê pouca coisa e dá conta de cumpri..., pro pessoal falá: não, ele prometeu pouca coisa, mas ele cumpriu...; então o pessoal vai pegano confiança nele...[163]".

Novamente percebe-se o tempo da narrativa. Fala do presente e das relações vividas nesse presente, numa interação com o passado, movimentando-se para frente e para trás[164], discutindo questões que a afligiam no passado e questões que a incomodam também no presente, sem serem necessariamente oriundas do mesmo motivo. Portanto, seu olhar sobre o passado não se detém lá, mas se estende ao presente, problematizando situações vividas.

A fala de Dona Elvira está carregada de significados; questiona que os discursos de seus representantes – principalmente do Legislativo - precisam ser revistos pela comunidade local, que se deve ficar atento às manipulações e falsidades discursadas. Considera também que esses políticos devem reconhecer que os trabalhadores não estão omissos ou esquecidos das promessas realizadas, sendo necessário mais respeito para com o povo, pois,

> esse safado aí que prometeu e não cumpriu... e nóis ficou todo empolgado... nossa... nóis ficamo numa alegria... tava todo mundo aí sonhando, né. Ele decepcionô muita gente aqui, eu tenho a impressão que ele não vai ganhá um voto desse Conjunto... desse Conjunto que tem essas casa. Ele vai aprendê a respeitá as pessoa, que trabaia o dia todo e num fica dano mole não, tão trabaiando, e trabaiano duro... num é igual o trabaio deles não... Ele não vai ganhá por isso, se ele ganhá... o povo... o uberabense é muito besta.[165]

Dona Maria Elvira desabafa evidenciando o descaso com a situação dos menos favorecidos. Relembra que, no começo, os políticos "corriam daqui do Conjunto... tamém, só tinha probrema. Quem é que queria se metê com tanta coisa que tinha que fazê aqui? Só nóis

---

[163] Dona Maria Elvira de Jesus, 57 anos.
[164]Portelli, Alessandro, op. cit.
[165] Dona Maria Elvira de Jesus, 57 anos.

mesmo, que num tinha opção[166]".

O "não ter opção" pode ser entendido como falta de escolha pelo lugar em que se pretende morar na cidade ou mesmo a falta de opção pelo tipo de casa que melhor abrigaria as famílias, de acordo com suas necessidades. Contudo, pode também evidenciar indignações para com o poder público, que se mantém distante das necessidades dos moradores, *aparecendo* nesses bairros mais pobres apenas em período de eleições.

Assim, cabia aos moradores resolver os problemas, faltas, carências e dificuldades vivenciadas por eles no dia-a-dia, sendo que as autoridades políticas muitas vezes se mantinham omissas quanto às necessidades e reivindicações dos moradores do Alfredo Freire.

Inconformada, Dona Maria Helena afirma: "o que fizeram com a gente foi uma calamidade; pela lógica eles teriam que entregá o Conjunto com saneamento básico completo, tendo uma infra-estrutura completa, mas, na verdade, muita coisa deixou a desejá[167]", e coube aos moradores tal responsabilidade.

O que resultou, de acordo com o Sr. Massuó, "na necessidade da gente formá uma associação de bairro, porque uma voz só reclamano ao poder público não conseguia, então foi aí que a gente resolveu organizá uma associação e parti pra luta... e através da associação a gente conseguiu muitas coisas pro bairro"[168].

Freqüentemente o desânimo tomava conta das pessoas que, mesmo envolvendo-se nas atividades em prol da comunidade, temiam não conseguir realizar tantas modificações quanto se faziam necessárias. Nesse sentido, Seu Zezinho, quase que sussurrando, diz:

> Num foi fácil... a gente trabalhava o dia inteirinho... e existia aquela boa vontade... aquela... Todo mundo pensava que nóis podia tê..., podia consegui..., mais tinha veiz que uns se desanimavam, é... tinha serviço que na época.... parecia que ia demorá demais, porque na época o ano dois mil tava longe, né. Eu vi muitas veiz aquele que não acreditava num campo de futebol, numa sede da associação, numa quadra de esporte, num posto de saúde, numa pracinha... Ninguém acreditava naquilo... , ninguém![169]

As modificações no Conjunto foram ocorrendo paulatinamente em todos os setores, tanto de prestação de serviços - com bares, farmácia e agência de Correios sendo abertas, como nas áreas de saúde – com palestras realizadas nas casas dos moradores ou na creche, e também nas áreas de lazer pois, como não havia formas de diversão no Conjunto (e o deslocamento para outros bairros não era algo fácil, por conta da distância e do tempo gastos), as pessoas

---

[166] Idem.
[167] Dona Maria Helena Chimango, 54 anos.
[168] Sr. Massuó Machiyvama, 50 anos.
[169] Sr. José Batista dos Santos, 63 anos.

criaram formas de se divertir. Entre essas formas, o futebol.

Aos poucos, foram firmando-se e colocando-se frente às modificações, num trabalho coletivo e constante, em que transformações no espaço vivido – no Conjunto como um todo – foram acontecendo, de forma a proporcionar melhores condições de vida.

Seu Cocada, apaixonado por futebol, contribuiu com ações em prol do lazer, não só das crianças, como também dos adultos. Reconhece que "essa foi a minha parcela e a minha missão vai ser essa, até morrê[170]", porque:

> quando eu mudei pra cá, tinha um rapaz, ele trabalhava no Bradesco, aí ele e outras pessoas, que conheciam - e que me achavam muito importante pro Conjunto, porque eu tinha jeito pro esporte - me pediram pra montar um time, que na época era um time de solteiros contra casados. Aí, depois, nós montamos outro time, que hoje é esse Beira-Rio que tá aí. Num adianta os outro dizê que montô, que todo mundo sabe que fui eu. Aí, o quê que aconteceu... eu falei pra ele: se ocê quiser montar um time pra ser campeão, nóis vamo montá, mais se for pra montá pra ficá de qualquer jeito, não adianta ocê contar comigo não. Aí, montei o time... Ganhamos 53 partidas invictas e foi campeão. Foi em 82 que eu montei esse time, e ele tá aí até hoje[171].

Montando o time e treinando crianças, jovens e adultos nos fins de tarde e de semana, seu Cocada foi contribuindo para que as pessoas se encontrassem, se divertissem, se sentissem unidas e envolvidas, como grupo disposto não só em se divertir, mas também em se fortalecer e fazer daquele time um campeão que pudesse posicionar-se frente aos outros times de Uberaba.

O trabalho voluntário de Seu Cocada, realizado há mais de vinte anos, é encantador. E a comunidade local tem reconhecido seu compromisso com as crianças e jovens que, treinados por ele, sentem-se na obrigação de se sair bem não só no futebol, mas também nos estudos pois, como ele mesmo afirma: "esse foi o jeito que eu encontrei de ajudar nóis todos, de contribuir com alguma coisa aqui no Conjunto, pra essas pessoa que vivem aqui no Conjunto, como eu..., e o que sabia e gostava de fazê era isso[172]".

---

[170] Sr. José Nogueira, apelido Cocada, 66 anos.
[171] Idem.
[172] Idem.

FIGURA 14: Foto dos treinamentos e jogos realizados no campinho, tirada em 1983.
Fonte: Álbum de família do Sr. José Batista, também lembrada pelo Seu Cocada.

Nesta fotografia, vemos o Sr. José Batista com o time de crianças treinadas pelo Seu Cocada. Ambos lutam por melhorias que visem não só à alegria das crianças, mas principalmente à ocupação do tempo ocioso delas, de modo a contribuir para que não fiquem *soltas* nas ruas, sem algo que lhes prenda a atenção. Emocionados, olham ao redor. Tudo *arrumadinho*, campo bem cuidado, as crianças jogando com uniforme, bola nova e platéia que prestigia os jogos de domingo.

Seu Cocada, emocionado, relata alguns dos muitos momentos de dificuldades vividas por ele e por todos os amigos que tentavam fazer do esporte uma forma de lazer e ocupação para as crianças do Conjunto:

> Esse nosso trabalho foi sempre muito difícil, mais a gente nunca desistiu. Já desanimamo, mais desisti... nunca. Fico lembrando... o trabalho de antes, lá do começo do Conjunto era bem mais difícil do que é hoje. Agora não tá fácil, mais não é difícil como antes. Alguns pais dos alunos ajuda, outros não. Que no começo, nem bola nóis tinha. Aí eu saía nos buteco pedino, fazia uma listinha e ia até consegui comprá. O povo sempre teve boa vontade. Outra hora pegava uma bola com um, pegava com outro, e assim ia, lutano e venceno as dificuldade. A ajuda sempre foi dada entre nóis, um ajudano os outro[173].

[173] Idem.

O respeito que as crianças demonstram a ele é, muitas vezes, maior que o demonstrado aos próprios familiares. Seu Cocada afirma: "se elas forem sem educação comigo eu suspendo do futebol, se tivé ruim na escola eu num deixo treiná também, aí vem os pais ou a professora e fala que eles já tão melhorano, falam que agora já pode deixá treiná[174]". Respeito conquistado após anos de trabalho dedicado ao esporte, treinando crianças.

Como no início não havia quadra, os treinos eram mais difíceis. No entanto, esses obstáculos não foram empecilho para a realização dos jogos. Seu Cocada diz que:

> Antes, nóis não tinha quadra, era só terra. Aí nóis treinava na terra, nos lugar que era pra sê pracinha, mais que era terreno baldio. Treinava no sábado, de manhã, sem uniforme nem nada. Era cada um com a poca roupa que tinha, com camiseta rasgada e tudo, sem chutera, ora descalço, ora de chinelo... e assim nóis fomo. Era a turma do vai quem quer. E quando nóis conseguimo um uniforme, ih!, aí usava num e no outro, que era a conta só de um time. Calção era de qualquer jeito, era difícil. Hoje não, vai daqui, vai dali, vão reconhecendo o nosso trabalho, vamo conseguino melhorá. Tem muita gente que não tem a capacidade da gente, aí ficam com inveja, falam da gente. Por que os menino gostam da gente. Tem menino que tá no colo da mãe, nem falano direito num tá e já qué treiná aqui[175].

Assim, nessa parceria, nesse sistema de mutirão, foram discutindo prioridades para melhorar a vida dos moradores e, a partir dessas prioridades, juntaram novamente a comunidade para outras construções, tanto da quadra como da igreja, do campo de futebol, dos meios-fios pintados e de tantas outras obras e modificações, feitas pelos moradores, em finais de semana.

A participação nesses movimentos é também uma forma de fazer parte do processo social vivido, de ajudar na construção de uma identidade bem diferente daquela que moradores de alguns outros bairros haviam criado, como se todas as pessoas que morassem no Alfredo Freire fossem bandidos, fossem baderneiros, não pagassem suas contas, enfim, não trabalhassem e não merecessem ser tratados como pessoas de respeito, porque "era assim que eles viam a gente daqui! [...] as pessoas lá no meio da sociedade rejeitando nosso pessoal daqui [...] e, aos poucos, a gente foi mostrano que aqui era diferente, nóis fomo trabalhano e mostrano[176]".

O reconhecimento das contribuições dadas pelos colegas moradores é demonstrado pelo Seu Cocada, ao afirmar que todos juntos fizeram a quadra:

---

[174] Idem.
[175] Idem.
[176] Sr. João Gilberto Ripposati, 43 anos.

> Que essa quadra foi feita na mão (quando tinha ela, que agora eles derrubaram que diz que é pra construí uma melhó), foi feita no braço, na raça, no voluntário. Que muita gente ajudô nóis, numa luta constante, já tá dibaixo da terra, outros tão aqui, como o seu Zezinho, que quando ele era o presidente da Associação, nóis é que tocamo isso aqui.[177]

FIGURA 15: Foto da construção da quadra de esportes, realizada em sistema de mutirão.
Fonte: Álbum de família do Sr. José Batista, tirada em 1984.

Seu Zezinho, Seu Cocada, Seu Valdivino (já falecido) e tantos outros, em favor de uma causa comum, *perderam* horas, dias e meses construindo aquilo que seria a diversão dos moradores, visto que no Conjunto havia apenas áreas vazias, destinadas à construção de praças, de quadras e outras, mas nada de concreto, para além das tidas *áreas* desocupadas que, muitas vezes, serviam de depósito de lixo, entulhos e outros.

Olhando para a foto acima, Seu Zezinho se emociona e diz: "essa foto aqui é da construção da sede... não, foi da quadra... essa construção aqui deu muito trabalho...[178]"

Ganhando materiais, construindo nas horas de folga, envolvendo uns e outros, foram aos poucos vendo realizar os desejos de uma comunidade que, se não fosse por suas lutas, pouco

[177] Idem.
[178] Sr. José Batista dos Santos, 63 anos.

alcançaria. Desta forma, mais uma vez a união da comunidade e o desejo de fazer do Alfredo Freire um lugar *habitável*, em que todos pudessem se sentir bem, se fez acontecer. A ajuda, como diz o Sr. José Batista, ia vindo:

> Uma ajuda daqui, outra dali... é o que ia aconteceno. Mais a gente num pode se esquecê que isso aqui foi feito tudo no braço. Essa praça mesmo, nóis fizemo metade dela no braço, a prefeitura feiz o resto. Eu pegava material lá na casa do seu Zezinho e vinha trazeno pra cá, que se dexasse as coisa aqui, era perigoso o povo tirá. Quanta veiz eu carreguei material nas costas, no ombro, pra levantá tudo[179].

Esse argumento de que "a gente não pode se esquecer" é forte. É o desejo de deixar registrado como se deram as construções. Isso porque, hoje, muitos políticos *cismam* em tomar para si os créditos que são desses moradores. Assim, tanto o Sr. José Batista, como Seu Cocada, demonstram indignação ao verem que a quadra de futebol, feita "pelos braços e esforços de todos", foi destruída há aproximadamente dois anos e, em seu lugar, construída pela Prefeitura Municipal de Uberaba, uma quadra arrumada, coberta. Não que essas novas construções não sejam positivas e necessárias, pelo contrário. Entretanto, o que eles estão trazendo para discussão é o desrespeito para com as histórias e as memórias que constituem a vida desses moradores, que se organizam e não ficam à espera de ações dos "outros".

Questionam ainda a tentativa dos governantes em fazer cair no esquecimento suas lutas, visto que a quadra destruída hoje leva um outro nome, carrega outras histórias, o poder público está acima dos sujeitos, *dando* agora aquilo que os moradores tanto reivindicaram em tempos passados e não foram atendidos.

Muitas vezes, ouvem-se alguns políticos chamarem de "obras suas" construções ou melhorias que foram obtidas com o trabalho dessas pessoas comuns. Situação evidenciada diversas vezes no Conjunto Alfredo Freire e em outros bairros da cidade de Uberaba.

Os moradores do Conjunto lutam para manter a história de suas construções, de suas ações, reconhecem-se sujeitos na história, como participantes ativos do processo social, pois não ficaram à mercê de decisões externas e lutam para manter essa memória de feitos, criticando severamente os que se dizem "pais daquela obra", sem dela terem participado.

Indignação refletida na fala de Seu Cocada, ao se referir às construções realizadas no Conjunto:

> Quem de fora falá que feiz argo tá mentino. A própria comunidade é que

[179] Idem.

> feiz. Nóis somo os voluntário do Conjunto. Somo lutador. Nóis num fica esperano. Nóis vestiu a camisa do Conjunto mesmo. Aqueles que num vestiram, pegô a camisa pronta... e hoje ainda reclama, porque num ajudaram, num viveram o que nóis vivemo. Porque pegá pronto é muito fácil! Pegá tudo sem benfeitoria e mudá, colocá a cara da gente, num é fácil[180].

Apesar de não ser fácil, foi assim que aconteceu, não só com o campo de futebol, como com a igreja que, independentemente da crença religiosa de quem pedia, a ajuda sempre vinha, que "quando nóis mudamo pra cá, pro Alfredo Freire, não tinha igreja adventista... então nóis começamo reuni aqui dentro dessa sala" e, aos poucos, "começou a vim bastante gente... mais amizade...e tal....e aí foi que nóis conseguimo um terreno lá em cima..." [181].

Pedindo na Prefeitura, pressionando a AACAF, buscando parceria dentro e fora do Conjunto, as pessoas foram se movimentando, foram realizando adequações e transformações, insistindo e incomodando a ordem estabelecida na cidade, de forma que, aos poucos, o que parecia tão distante foi se concretizando, como conta Dona Maria Ivani: "nóis fomo conseguino, dum jeitinho daqui, ora dali, nóis fomo conseguino, sem medo de pedi, sem medo de levá um não... que isso a gente levava muito... não do povo daqui... dos lá de baixo[182]".

Essa insistência, esse "não desistir" frente às dificuldades sempre se fez presente no viver dessas pessoas, da mesma forma que se tornou uma prática auxiliar o próximo, uma vez que pouco se podia contar, em termos de ajuda, com os órgãos representativos da cidade.

Dona Ivani se lembra da batalha travada para se conseguir construir uma das igrejas do Conjunto:

> Aí pra construir foi muito difícil, porque ninguém tinha dinheiro. Então nóis fizemo uma campanha... é... meu cunhado... mais minha cunhada, que morava comigo aqui na minha casa... e nóis saímo de casa em casa... então todas as pessoas ofereceram... todo mundo... Ninguém negou assim pra gente nada... porque a gente precisava mesmo... né. Tinha casa que a gente pedia um tijolo e as pessoas dava dois, três ou as vezes dava seis ou doze... e... com essa amizade que a gente sempre teve, nóis conseguimo um caminhão de... de tijolos... né... e, depois, veio a mão-de-obra, também de fim de semana, que todo mundo trabaiava, né... e assim nóis fizemo a igreja, demorô, que quando ficô pronta, passô a ajudá os outros também, porque sempre na minha igreja tem assistente social... então ajuda... a gente prefere ajudá mais as pessoas que são carente mesmo..., seja de quarque religião fô... E assim foi ino... Dificuldade? Ah!, isso tem em todo canto... mais assim... que as pessoas tem amizade... assim aquela confraternização de todos, igual aqui no Alfredo Freire, são pocos os lugar. As veiz a gente fala... tem muitas

[180] Sr. José Nogueira, apelido Cocada, 66 anos.
[181] Dona Maria Ivani Rocha da Cruz, 57 anos.
[182] Idem.

> coisa negativa, mais a gente procura não envolvê com as negativa...[183]

Demonstra persistência por parte dela, do marido e dos irmãos evangélicos para conseguirem, com poucos recursos, construir a igreja. Reforça que os pedidos de ajuda se voltavam para todos os lados, desde os órgãos públicos (que pouco ajudaram) até os amigos do próprio Conjunto, de onde Dona Maria Ivani afirma terem vindo os maiores apoios.

Enquanto a sede da Igreja Evangélica, da qual pertencia Dona Maria Ivani, não ficava pronta, os cultos iam realizando-se em sua própria casa: "que como aqui não tinha assim... um local certo pra gente se reuni todos os dia de culto... né. Então nóis começamo aqui, aqui mesmo, na nossa sala[184]". Aponta para a sala em que estávamos agora reunidas; lembra-se da garra e da vontade de melhorar que tinham, reforça que a esperança sempre existiu, mas que a demora da obra foi muito grande, porque os recursos financeiros eram muito pequenos.

Com a construção da Igreja Católica não foi diferente. Dona Judite conta que:

> Todo sábado e domingo a gente ia trabalhá lá, pra fazê aquele salãozinho da igreja, convidava todo mundo. Uns ia, outros num ia; mais a gente ia, fazia mutirão... né... muitas vezes eu fazia galinhada pra servir almoço pro povo né, a gente juntava os vizinho, juntava todo mundo que podia. Os homem trabalhano na obra, as mulhé cozinhando, pedino as coisas, os material, ajudano como podia![185]"

Esses momentos relatados por Dona Ivani e Dona Judite constituem formas de se fortalecer, de constituir relações, de estabelecer vínculos, que se dão ora pelo viés da religiosidade, ora pelas festas e encontros nas pracinhas ou mesmo nos bares e no futebol.

Não bastassem tantos problemas ligados à infra-estrutura, ainda havia os maus tratos e desrespeito demonstrados às pessoas que residiam no Alfredo Freire. Era como se as pessoas que ali viviam não fizessem parte da cidade, não tivessem os mesmos problemas de muitos outros moradores da cidade.

O Sr. Ripposati, técnico agrícola, casado, veio morar no Conjunto Alfredo Freire poucos anos depois de sua entrega à população. Na época, como ele mesmo nos diz:

> Eu tinha a opção de estar em outro bairro, como o Volta Grande, o Margarida Rosa Azevedo, mas eu preferi vir morar aqui pelos laços de família, que meus irmãos já moravam aqui e pelos laços de uma segunda família, que é o trabalho, no qual muitos dos meus colegas que trabalhavam

---

[183] Idem.
[184] Idem.
[185] Dona Judite Alves dos Santos, 62 anos.

> comigo, lá na EPAMIG, moravam aqui. Então, eu vim pelos laços de amizade também.

Ele reconhece que teve opção em escolher onde morar, pois havia outros conjuntos habitacionais na cidade. No entanto, optou pelo Alfredo Freire, mesmo sabendo que teria de enfrentar aqui muitas dificuldades, mais que em outros bairros.

Dificuldades que ele acreditava que seriam logo amenizadas, pois, "eu via a participação e o envolvimento das pessoas e aquilo me chamava a atenção. Eu me lembro da luta que era para ajudar as pessoas menos favorecidas, por exemplo, a luta da Dona Judite pra poder estar implementando os cursos profissionalizantes, pra arrumar tíquete de leite pro povo mais pobre[186]".

Tal situação o inspirou a fazer parte dessa luta, pois, para ele, um povo que procura organizar-se e combater de frente as dificuldades não pode ser tratado com tamanho desmerecimento.

Desmerecimentos e desrespeitos que podem ser observados em seu relato:

> Desde 1985 quando me mudei para o Alfredo Freire sempre sofri com piadas e exclusões dos moradores da cidade nos chamando de 'casca fora' de 'pescoço de frango' e eu vivi isso e vi isso como as pessoas lá no meio da sociedade rejeitando nosso pessoal daqui, pelo aspecto até de confiabilidade quando as pessoas iam comprar nas lojas, nos comércios eles ficavam com muito receio até de validar o pedido daquele morador, porque era um 'casca fora', era um 'pescoço de frango'... que foi uma imagem que passava que era um bairro muito distante, então as pessoas ficavam como se fossem isoladas, num canto e como se aquelas pessoas não tivessem credibilidade suficiente para estar até adquirindo um espaço no mercado pra comprar um bem seu de consumo e tudo mais. Então eu vivi, eu vi isso antes de virar morador e depois já como morador também[187].

Essas *piadinhas* sempre foram inconvenientes e humilhantes para quem vive no Alfredo Freire. Refletem o olhar preconceituoso e discriminador de alguns grupos da cidade. Demonstra a barreira existente pois, se não excluem os pobres da cidade – pelo discurso de cidadania e direito de todos - excluem pelas limitações postas no dia-a-dia, seja no acesso a determinados locais da cidade, seja nos olhares ou mesmo nas chamadas *brincadeiras* ou piadas, carregadas de valores pejorativos.

Como um camaleão, esses grupos sociais modificam seus discursos sem modificar sua prática, inclusive incorporando algumas reivindicações dos trabalhadores como se estas fossem obras ou criações pensadas ou elaboradas por eles, como se os trabalhadores pobres na cidade não interferissem na dinâmica social dessa cidade, porque o "pessoal lá de baixo falava

---

[186] Sr. João Gilberto Ripposati, 43 anos.
[187] Idem.

que aqui é o NEM, né... 'nem Uberaba nem Uberlândia' e aí tem vários sentidos[188]".

Sentidos muitas vezes incorporados pelos próprios moradores que, no entender de Ripposati, retrucavam dizendo: "é, nós somos do Nem, mas estamos mais encostados no desenvolvimento de Uberlândia; e no sentido também de várias ações hoje serem elogiadas, porque o bairro, por estar isolado, aprendeu a resolver muitas de suas dificuldades[189]".

Ações que vieram de todas as partes, que movimentaram o Conjunto e interferiram na cidade, que se fizeram presentes e constantes, de forma que a imagem dos moradores fosse, aos poucos, sendo modificada. Nesse sentido, continua Ripposati:

> Eu vou pegar o exemplo do Seu Zé, por exemplo, quando ele trouxe o Correio, quando ele, na associação, começou o trabalho social, tem a agência do Correio... Depois, com a Dona Judite. Ela fundamentou o trabalho social da sopa... e tinha o trabalho do Papai Noel, que distribuía os brinquedos, as balas, e assim foi fundamentando o lado social de um projeto 'Formiguinha'[190]

Na época do Natal, como havia muitas famílias carentes no Conjunto que mal tinham o que comer, o Sr. Ripposati lembra que os moradores se reuniam e, junto com a AACAF, faziam uma festa para todos, numa confraternização coletiva, porque "se esta é uma data importante, nós vamos comemorar juntos aqui e haverá de se realizar no dia 25/12/1982 [...] com Papai Noel, distribuição de balas, lanches e brinquedos para as crianças[191]".

Nessa comemoração, cada um contribuía com o pouco que podia. O Sr. José Batista, ao lado de sua esposa, lembra:

> [...] era fim de ano, né Judite. Eu pintava desse galpão aqui no outro lá... no fim de ano, era a coisa mais difícil. Essa área... ficava toda limpinha, daquele galpão a esse aqui, uma vez por ano eu fazia, por conta, com vontade mesmo. Fazia uma vaquinha com os morador, que queriam ajudá, eles davam o cal e eu comprava um pouco também e fazia aquele mutirão, uns ajudava, outros não e... nóis fazia a festa de Natal, e comprava uns brinquedinho mais barato, outras veiz a gente ganhava... era uma festança muito bonita, era todo mundo junto... .todo mundo unido ... muita gente ajudou...[192].

Esse tipo de comemoração era mais uma forma de unir os moradores, de criar vínculos de amizade e de apoio uns aos outros, de fortalecer aquele grupo que tanto lutava para fazer do

---

[188] Idem.
[189] Idem.
[190] Idem.
[191] Livro de Ata nº 01, da AACAF,. Ata nº 06, de 21 de dez de 1982, p.08.
[192] Sr. José Batista dos Santos, 63 anos.

Alfredo Freire o lugar de seus sonhos, de suas vidas.

O Sr. Timóteo conta que "a gente reunia e sempre convidava outros colegas de outros bairros para discutirmos juntos, trocava idéias, trocava experiências. Passava a lutar juntos, né, e essas reuniões com o pessoal aconteciam em todos os períodos e em todas as gestões[193]".

Todas essas ações foram contribuindo para que moradores de outros bairros da cidade, até mesmo os governantes, passassem a olhar de forma diferenciada para os que viviam no Conjunto Alfredo Freire. Olhar que demonstrava um pouco mais de respeito.

Desta forma, idéias de "passividade", de "bandidagem", de "desordeiros", de "coitadinhos", foram sendo desconstruídas, porque nas reuniões realizadas no próprio Conjunto, discutiam-se problemas da cidade como um todo e não apenas os que se restringiam aos moradores do Alfredo Freire, influenciando outros bairros e outras associações que começaram a reivindicar e buscar melhorias também para seus bairros.

Conversando sobre essas questões, o Sr. Massuó disse:

> As nossas dificuldades fizeram com que a gente tivesse uma estrutura própria, né, que nóis tivesse é um sistema político organizado diferente, a gente só não é um município porque a gente não é emancipado, mais todas a dificuldades que passa um pequeno município a gente passa também. Mas a gente felizmente tem pessoas no bairro que tem desde o início da sua fundação, pensamentos progressistas positivo pra que a gente chegasse a uma condição hoje de ser um bairro até de destaque... porque as pessoas passaram a admirar a gente agora o que não era em outrora. Outrora a gente era relegado ao sofrimento e ao acaso... é... as pessoas nem viam a gente com bons olhos, pensavam que a gente... por morar bem na periferia mesmo, bem à margem das estrada, pensava que... que fosse uma favela ou coisa mais ou menos assim. Pelo contrário, o nosso bairro é dotado de pessoas trabalhadoras, inteligentes, muitos profissionais... e com capacidade de ajudá a desenvolvê o bairro, e os outros foram veno isso, e foram mudano com a gente[194].

O Sr. Massuó expressa bem quem são as pessoas que vivem nesse espaço, o que fizeram para adquirir o respeito das demais pessoas da cidade. Reflete distanciamentos que não são apenas geográficos, reflete anseios e expectativas que foram alcançadas, que foram obtidas com esforços coletivos.

O Sr. Ripposati ressalta que a AACAF "promovia alguns eventos como festas, bailes, bingos e outros, que reuniam pessoas de todos os cantos, ajudando a mudar nossa imagem e levantando alguns recursos. Tudo através de trabalho comunitário e de parcerias"[195].

---

[193] Sr.. Timóteo de Souza, 60 anos.
[194] Sr. Massuó Machiyvama, 50 anos.
[195] Idem.

Entre as muitas *brigas* travadas pelos moradores, posso destacar aquelas relacionadas à poluição. Nesse sentido, muitas foram as reclamações e manifestações que se fizeram necessárias, por parte dos moradores, uma vez que o Conjunto havia sido construído em frente ao Distrito Industrial I, e a população sofria com ruídos, poeira e, principalmente, com o mau cheiro oriundo de algumas indústrias, como a Usina de Lixo - que liberava a céu aberto aquele *caldo* obtido pela pressão do lixo - , o Pod'Boi – que lavava e curtia o couro, tendo a água suja despejada no solo, correndo a céu aberto -, o Ibirapuera – que abatia frangos, queimava penas para fazer ração e, também, a céu aberto, deixava *escorrer* toda a sujeira pelos campos próximos às casas.

Não bastassem as poluições oriundas dos curtumes, abatedouro e da Usina de Lixo, havia outras indústrias também poluentes, como a Minasplac, que lidava com a madeira e liberava no ar um pó que causava inúmeros transtornos aos moradores.

Dialogando sobre os problemas enfrentados pelos moradores do Alfredo Freire, Ripposati levanta a questão da poluição:

> [...] outro problema que nós, moradores do Alfredo Freire sofremos, foi com a poluição, com o mau cheiro, pois nós estamos localizados numa região de Distrito Industrial e foi muito difícil. Nós temos que dividir em duas fases, a primeira, é de uma decisão de muita responsabilidade, todos falavam no assunto, mas não enfrentavam ele de frente. O que que é enfrentar de frente: é você pegar a briga e dizer: olha, nós não aceitamos mais isso, porque tudo que estava se fazendo no Alfredo Freire , trabalho da gestão comunitária, das escolas, o comércio crescendo, da população se organizando a poluição estava tirando todo o brilho. Então naquela época o Pod'Boi era horrível, dava uma queimação no estômago, além do inconveniente do cheiro desagradável, dor de cabeça, enjôo, tinha diversos sintomas de acordo com cada um, eu, por exemplo, sentia queimação no estômago e enjôo mesmo de embrulhar o estômago, perda de apetite e tal[196].

O dilema enfrentado pelos moradores do Conjunto, nessa questão, foi muito grande. Inclusive porque, em alguns casos, eles também eram funcionários e, ao mesmo tempo em que reivindicavam modificações na empresa, temiam o desemprego ou as retaliações.

Reunindo um grupo de moradores, Sr. Ripposati conta que foram até uma das empresas poluentes conversar com os responsáveis sobre a poluição causada ao meio ambiente e, conseqüentemente, aos moradores do Conjunto Alfredo Freire:

> Eu confesso que no começo, quando entrei na empresa , eu me lembro de ter entrado na empresa com o Estatuto do Meio Ambiente. E quando olhava nos

[196] Sr. João Gilberto Ripposati, 43 anos.

> rostos das pessoas que tavam ali trabalhando, eu olhava esse pessoal amolando aquelas facas grandes, eles amolavam e me olhavam, com um olhar como se nós estivéssemos sendo inimigos deles, por estar defendendo a modificação daquela situação, mas, por Deus do céu que eu tinha consciência primeiro que a empresa estava cometendo um desrespeito com a população e com o meio ambiente, porque todas as diretrizes - isso a gente estudou muito antes de ir lá, para não tomar uma decisão irresponsável- todas as diretrizes ela não estava cumprindo. Não cumpria nenhuma norma, nem as normas ambientais que o Estado exige, ele dá um tempo para as pessoas se adaptarem às normas do meio ambiente, e isso não estava acontecendo. Aí nós tínhamos que exigir o cumprimento dessas normas, até por nós mesmos, por nossa saúde, por nossa qualidade de vida, por nossos direitos[197].

Não foi fácil resolver esses impasses sem afetar os interesses dos proprietários, dos funcionários e dos moradores. Para tanto, a AACAF criou uma Comissão Ambiental, composta por diversos segmentos da comunidade, como pessoas ligadas às igrejas, escolas, comércio e outras. Esta comissão seria responsável pelas negociações e ajustes necessários nas indústrias.

Tal questão teve grande repercussão na cidade, sendo tratada pelo Jornal de Uberaba da seguinte forma:

> Em virtude da constante poluição ambiental no Conjunto Habitacional Alfredo Freire, nos últimos dez anos, os moradores do local criaram a Comissão de Conservação e Defesa do Meio Ambiente (CODEMAF). A finalidade [...] é de representar os moradores em assuntos referentes à proteção, conservação, melhoria e aproveitamento do meio ambiente, integrando sua estrutura junto aos órgãos ligados a este setor. [...] A primeira reivindicação da comissão será o plantio de eucaliptos e outras variedades, em frente e ao lado do Conjunto e das indústrias das imediações[198].

A proposta de se plantar eucaliptos era, naquele momento, mais uma medida para se amenizar os problemas referentes à poluição. Entretanto, era uma medida a longo prazo, pois as plantas demorariam muito para crescer. Enquanto isso, muitas outras medidas se faziam necessárias a curto prazo.

Assim, em constantes reuniões realizadas na AACAF, os moradores não só levantaram sugestões para acabar com o mau cheiro[199] proveniente das referidas indústrias, como encaminharam essas sugestões aos órgãos responsáveis na cidade, além de exigir que as

---

[197] Idem.
[198] Moradores do Alfredo Freire criam Comissão Ambiental. Jornal de Uberaba , Uberaba, 27 fev. 1992. p.05.
[199] Alfredo Freire tem sugestões para acabar com o mau cheiro. Lavoura e Comércio. Uberaba, 09 set. 1991. p.06.

mesmas fossem postas em prática.

Dona Maria Elvira comenta que, no decorrer desses anos, a poluição e o mau cheiro melhoraram muito. No entanto, diz que:

> De vez em quando a gente ainda escuta... por ter os maus cheiro, do lixão, quando tinha a Pó de Boi nóis sufria muito aqui... ocê lembra né... e agora essa empresa aqui... o pó. Essa empresa aí prejudica muito quem tem problema de alergia... sabe? Eu não tenho alergia, mais quem tem é brabo... agora o mau cheiro, esse é triste... as veiz minha família chega aqui e fala: "Nossa, tia, como é que a senhora agüenta esse mau cheiro?" Aí eu falei: meu filho, a gente acustuma... e a gente briga, sente, mais num sente como os de fora. E agora o lixão diminuiu um pouco. Agora, no calor, é triste! Tanto que teve um problema aí, com abaixo-assinado e tudo, eu sei que a firma teve que botá mais funcionário pra num deixá acumulá lixo, eu trabaiei lá, eu sei como é que é, se acumulá fede, né... Então, é um mau cheiro horrível... [200]

Ela discute problemas como mau cheiro, poluição, doenças e outras dificuldades que sempre estiveram presentes no viver dos moradores. Reconhece que tais problemas comprometem a qualidade de vida das pessoas que moram no Conjunto Alfredo Freire, bem como contribuem para a marginalização desses moradores em relação aos outros moradores da cidade, uma vez que as *piadas* referentes ao mau cheiro são uma constante.

Ao mesmo tempo, havia outras lutas que se faziam necessárias, agora, não mais restritas ao ambiente interno do Conjunto. As lutas de agora ganhavam dimensões externas, interferindo na organização da própria cidade e do Estado, pressionando órgãos e instituições que, até então, tentavam fechar os olhos para a existência das pessoas que residiam naquele território.

Estas novas problemáticas no viver a cidade de Uberaba serão analisadas no próximo capítulo, intitulado **MEMÓRIAS DE LUTAS: Um território em disputa,** onde procuro perceber as movimentações dos moradores do Alfredo Freire e as lutas, modificações e manifestações diversas ocorridas dentro e fora do Conjunto, as necessidades e a luta das pessoas na construção e reelaboração de uma outra imagem do Conjunto Alfredo Freire na cidade de Uberaba, porque "hoje nóis melhorô muito, muito mesmo... que o povo já óia pra gente diferente... mais ainda tem que melhorá muita coisa[201]", percebendo a própria transformação da cidade.

---

[200] Dona Maria Elvira de Jesus, 57 anos.
[201] Dona Creuza Aparecida J. Dias, 54 anos.

CAPÍTULO 3

MEMÓRIAS DE LUTAS: Um território em disputa

> Foram muitos os problemas, como o Ibirapuera, uma indústria... uma empresa que abatia frango, que ela deixava uma água, alguma coisa aí, resíduo correr a céu aberto num corregozinho que tem lá próximo, e aí com muita reclamação também da gente, moradores, eles... eles tomaram uma providência e melhorou. Mas isso depois de muita briga aí, depois que a nossa própria sociedade ficou mais organizada, que ela veio a solucionar o problema. Outra questão que a gente teve muita dificuldade foi com o transporte também. Era muito difícil conseguir os horários certos de ônibus né... mais grandes problemas assim [...] era a falta de asfalto... é... da segurança, de ter um mercado próximo pra gente fazê as compras, as coisas, isso no início, num eram fácil , mas hoje não, hoje, depois de ter passado já alguns anos, mais de vinte anos, né... mais de vinte anos, hoje não... hoje a realidade é outra, né...[202]

Como pôde ser constatado no capítulo anterior, o viver dos moradores do Conjunto Alfredo Freire se constituíra de inúmeras construções e modificações no que se refere à moradia, à saúde, à educação e ao lazer. Modificações e ou construções que ocorreram a partir da persistência dos próprios moradores que, reconhecendo-se co-responsáveis pelo lugar onde passaram a viver, deram início às reivindicações e melhoramentos, não se limitando apenas ao Conjunto, mas questionando a própria dinâmica da cidade e o trato dispensado aos trabalhadores.

Este capítulo se propõe reconstruir, por meio das narrativas orais dos moradores, suas lutas pelos direitos à cidade, ao pertencimento à cidade de Uberaba, percebendo que as modificações propostas não se restringiram ao Alfredo Freire, mas interferiram na cidade, transformando-a a partir das necessidades dos próprios moradores, que passaram a colocar-se como sujeitos dessa cidade.

Assim, percebo que tais modificações/exigências dos moradores vão tornando-se extensivas aos órgãos públicos e privados da cidade, colocando em movimento outros setores da sociedade que, por motivos os mais diversos, se juntariam à causa desses moradores.

A partir dessas ações, questiono o tratamento dispensado pelos governantes e classe dominante aos trabalhadores, bem como o lugar destes na cidade e as formas encontradas pelos trabalhadores para se fazerem notar na cidade, como parte dela.

O fato de que os moradores do Alfredo Freire se "organizaram melhor", como fala o Sr. Massuó, contribuiu para dar sustentabilidade às ações desejadas e necessárias. Assim, as

---

[202] Sr. Massuó Machiyvama, 50 anos.

"muitas reclamações" e as "muitas brigas" evidenciam maior participação na vida política da cidade.

Evidenciam ainda disputas pelo espaço na cidade, de forma a contribuir para que as "muralhas invisíveis[203]", que tanto interferem nas relações sociais construídas na cidade, fossem, aos poucos, desorganizadas e desmontadas, permitindo a ampliação de outros olhares e a inserção de outros sujeitos, além daqueles que tradicionalmente compunham a cidade.

Para tal organização, muitos lugares de debates foram-se formando, sendo esses lugares utilizados de forma diferenciada pelas mulheres e pelos homens.

Questionado sobre os lugares de discussões e encontros estabelecidos entre os moradores do Conjunto Alfredo Freire, o Sr. Massuó se lembra de que, "quando fundaram uma creche aqui, aí que as pessoa ia trabalhá, então as nossas esposa ia levá os nossos filho na creche e na escolinha, e ali era um ponto de encontro das mulheres do bairro[204]". Ponto de encontro utilizado pelas mulheres não só para discutir, como também para propor modificações nos mais variados assuntos que afligiam seus viveres, ganhando força para solucioná-los.

Além desses bate-papos no portão da creche, o espaço interno da referida Creche passou a ser utilizado pelas mulheres em serviços comunitários. Dona Judite, que trabalhava em casa como costureira, tornou-se uma das voluntárias no Conjunto.

Ensinando corte e costura na creche, em dias alternados, duas a três vezes na semana, conta-nos: "eu dei muita aula de bordado e de corte e costura pras mães... Carregava uma maquininha que eu tinha aqui, toda vez que eu ia dá aula... (risos) e ia ajudano elas a tê uma rendinha também, e lá a gente conversava de tudo, né[205]".

Conversando com Dona Judite sobre a participação dela e de outras mulheres nos problemas vividos pelos moradores, ela conta que ensinar corte e costura na creche era uma forma de aumentar a renda das mulheres e de encontrar juntas outros caminhos de participação nos problemas.

Assim nos primeiros anos da década de 1990, decidiram formar um clube de mães, organizado, responsável e que se fazia ouvir diante dos órgãos públicos.

> Aí nóis formamo o CLUBE DE MÃES e, através desse clube de mães, a gente detectava casas abandonadas no Conjunto, que tinha muita casa abandonada no Conjunto naquela epoca, umas eram de pessoas que não tinha necessidade de morá aqui... né... aí o clube de mães fez um

---

[203] Rolnik, R. A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. 2ª ed. São Paulo: Studio Nobel / Fapesp, 1999. p.169.
[204] Sr. Massuó Machiyvama, 50 anos.
[205] Dona Judite Alves dos Santos, 62 anos.

> levantamento de quantas casas tinha abandonada, conversamo direto com o rapaz da COHAB, aí ele autorizou pra nóis arrumá moradores pra essas casa, depois foi uma nova revenda de casas, né... eu não lembro é a quantidade[206].

Dona Judite refere-se a esse tempo com orgulho. Orgulho por ter contribuído para a amenização de muitos problemas vividos por ela e pelas companheiras do Conjunto. Fala do "Clube de Mães" com satisfação, reconhecendo que este teve um papel de grande importância na vida das mulheres, jovens e crianças, uma vez que, a partir desse clube, as mulheres conseguiram tíquetes de leite, cursos profissionalizantes e outros benefícios.

Ao mesmo tempo, aponta para certa acomodação dos moradores no presente, uma vez que não há mais no Conjunto práticas como o Clube de Mães.

Ações como as relatadas por Dona Judite mostram que as mulheres estavam participando dos problemas dos moradores, pois, ao se colocarem à frente desses movimentos, buscavam reduzir os problemas que eram da maioria.

Ela conta: "a gente descobria uma família carente, passando fome, e a gente saía na rua pedino ajuda e sempre voltava com uma cesta pra acudi a necessidade daquela pessoa[207]".

Desejos os mais variados, como o de criar os filhos em segurança, poder proporcionar melhores condições de vida a eles, ter um lugar fixo e próprio para viver despertaram, nessas mulheres, sentimentos de garra, de luta para diminuir as dificuldades enfrentadas por suas famílias: "a gente num podia se acomodá, que precisava fazê algo, que precisava modificá isso aqui![208]", lembra Dona Judite.

Nesse sentido, os enredos trazidos por Dona Judite se assemelham aos de Dona Maria do Rosário. Ambas percebiam que era preciso descruzar os braços, colaborar com a modificação daquele lugar, que agora era o lugar em que viveriam, em que criariam seus filhos e netos e, portanto, precisava ter *a cara* de seus moradores. E *essa cara* não era a mesma desenhada ou impressa na memória dos moradores de outros bairros.

Assim, no entender de Dona Maria do Rosário, que a vida inteira trabalhou de lavadeira para ajudar o marido na melhoria da casa e na criação dos filhos,

> é preciso tê muita fé em Deus e acreditá e lutá muito, que senão ocê num consegue... que eu queria dá uma melhoria de vida pros filho, mas eu num imaginei que ia sê tão dificil... ainda bem que nóis num disistimo, nóis aguentamo, porque ocê saí dum lugá que ocê conhece, com filho pequeno, num é fácil... Óia, minha filha, que num é fácil mesmo... que, muitas veiz o

---

[206] Idem.
[207] Idem.
[208] Idem.

> Francisco quis vendê nossa casa e mudá, até pensô em mudá de cidade, mais eu num deixei não, que eu num dexo vendê minha casa de jeito nenhum, num assino![209]

Vender a casa e mudar de cidade significava recomeçar, construir outras relações, enfrentar novamente a insegurança e o medo do dia seguinte. Coisas que Dona Maria do Rosário não admitia. Ao afirmar, no momento da entrevista, que "não deixava vender a casa", Dona Maria do Rosário olha para seu esposo, pega suas mãos e as segura. Os dois sorriem e lembram que chegaram a discutir muito essa questão.

Daí a resistência em vender a casa e iniciar as peregrinações até então realizadas. Essas resistências eram compartilhadas por outras companheiras de Dona Maria do Rosário e davam a elas força para buscarem alternativas de melhoria e amenização dos problemas.

Dona Maria do Rosário fala de um tempo de dificuldades. No entanto, fala também do hoje, um tempo de alegrias e realizações, com os filhos criados, os netos crescendo a seu lado, a casa *arrumadinha* e as dificuldades financeiras mais amenas.

Nessa constante busca por alternativas para tantos problemas, o Sr. Ripposati conta que não foi fácil lidar com tantas dificuldades compartilhadas pelos amigos formados nesse novo espaço que, com solidariedade e auxílio mútuo, iam sendo diminuídas a partir do esforço coletivo.

> Eu me lembro da luta que foi para ajudar as pessoas menos favorecidas. Por exemplo, a luta da Dona Judite pra poder estar implementando os cursos profissionalizantes, naquela época era datilografia, era o corte e costura... lembro também do tíquete de leite naquela época tinha o leite e tinha as palestras, que era lá na creche. As mulheres se reuniam e iam discutindo, achando um jeito de ajudar a melhorar o Conjunto.[210]

A igreja tornou-se um outro ponto de encontro para as discussões. O Sr. Massuó afirma que "a religião também ajudô muito[211]", pois as pessoas iam para rezar e, depois da missa, em grupos de estudos, discutiam problemas e propunham ações para resolver esses problemas. Nesses encontros na igreja, houve a necessidade de se mapear e dividir o Conjunto em setores, de forma que cada setor se encarregasse de atender, mais de perto, as famílias mais necessitadas.

Dona Maria Elvira, sempre ligada à igreja católica do Conjunto, fala da igreja como um espaço de troca, de discussão, de articulação das necessidades dos moradores, de forma que as

---

[209] Dona Maria do Rosário da Silva, 57 anos.
[210] Sr. João Gilberto Ripposati, 43 anos.
[211] Sr. Massuó Machiyvama, 50 anos.

necessidades de cada família eram percebidas e encaminhadas para discussão a fim de que se tomassem providências:

> Ali a gente participava muito, né. Participava das pastorais, a gente fazia acolhimento às família que tavam precisano de uma palavra amiga, as veiz até coisas materiais, a gente via o que tava precisano, passava pra frente, né... e tentava resolvê... então é assim até hoje o nosso trabalho aqui...[212].

Ela alega ainda que "através das nossa atividade, a gente vai descobrindo as necessidade e vai passando... sabe... pra quem pode acudir. Porque as vezes não tá na nossa área, e nóis passa pra quem pode... é... socorrê, né![213]".

O "passar para quem pode" reflete-se numa forma de parceria, de união e de distribuição de funções, de modo que os serviços são divididos, cabendo a cada grupo determinadas atividades/responsabilidades, não sobrecarregando ninguém e, ao mesmo tempo, conseguindo atuar numa maior parte do Conjunto. Da mesma forma, Dona Maria Elvira reconhece as limitações e alcances das ações dos moradores que, em muitos momentos, precisam buscar auxílio em outros órgãos da cidade.

Nesse sentido, outros espaços tornaram-se lugar para bate-papos, discussões e trocas de idéias. Os bares, localizados no primeiro galpão comercial, juntamente com a praça central do Conjunto, tornavam-se pontos de passagem de grande parte dos moradores, uma vez que esse galpão, além de ponto comercial, com açougue e mercadinhos, era também ponto de embarque e desembarque dos ônibus.

---

[212] Dona Maria Elvira de Jesus, 57 anos.
[213] Idem.

FIGURA 16: Barzinho: um dos pontos de encontro dos moradores do Conjunto Alfredo Freire.

Fonte: Álbum de fotografias da Associação Amigos do Conjunto Alfredo Freire.

Todo fim de tarde, na chegada do trabalho, os moradores passavam por esses bares, pois os ônibus não circulavam pelo Conjunto todo, apenas contornavam a praça central, retornando ao centro da cidade.

Seu Zezinho, que na época trabalhava no Departamento de Estradas de Rodagem – DER, relata:

> A gente chegava do trabalho, né, e passava por lá... que já era ponto de encontro dos amigos, no finarzinho da tarde. Aí, entre umas e outras, a gente ia colocando os assunto em dia, ia discutino uma série de acontecimentos, ia veno um jeito de mudá as coisa que num tavam agradano a gente, né! Ih! saía de tudo, era como uma reunião mesmo, cê entêndi? [214]

Essa maneira peculiar de discutir, de se reunir, de encontrar um tempo para as questões que afligiam a todos os moradores foi tornando-se uma constante.

Seu Cocada, treinador do time Beira-Rio e há mais de vinte anos treinador de um número

[214] Sr. José Batista dos Santos, 63 anos.

sem fim de crianças, lembra que o futebol aos domingos também acabou sendo um ponto de encontro dos moradores:

> O esporte se tornô uma forma de lazer que nóis temo. E desde muito tempo que é assim. E aqui vem família, vem homem sozinho, vem todo mundo. Nos domingo é uma diversão, que só veno. É um ponto de encontro, onde todo mundo põe a conversa em dia, acompanha as informação, fica ligado, né![215].

O futebol passou a ser um espaço que reunia e ainda reúne não só os homens, como o caso dos bares, mas pessoas de todas as idades, numa interação que favorecia e reforçava as relações entre os moradores.

Nesses espaços de encontro e discussão, temas relacionados à poluição no Conjunto, à construção de um viaduto, à exigência de uma casa lotérica, agência bancária e de correios, entre outros, estavam presentes e, na dinâmica social vivida, tomando consciência[216] de si e da comunidade da qual faziam parte, dos problemas existentes e das possíveis soluções, os moradores foram-se organizando.

Procurando amenizar os problemas ligados ao mau cheiro e outras poluições oriundas das indústrias localizadas no Distrito Industrial I, alguns jornais passaram a noticiar os movimentos dos moradores: "um grupo de moradores [...], no início desse ano, apoiados pela AACAF, enviaram um ofício para o CODEMA - Conselho Municipal de Defesa ao Meio Ambiente, pedindo solução para o caso[217]".

Além do envio do ofício, como reclamação, esse grupo de moradores, liderados pelo químico e também morador João Gilberto Ripposati, enviou ainda sugestões e ações que poderiam reduzir o mau cheiro exalado pelas indústrias, como "o plantio de eucaliptos, que criariam uma barreira de proteção ao Conjunto[218]", até porque, como ele conta, "a gente não podia ficá de braços cruzados, nóis tinha que fazê alguma coisa, que do jeito que tava, não dava e isso aconteceu pela parceria da Associação, e então nóis tivemo que tê muita boa vontade[219]".

Boa vontade queria dizer atitude, persistência e desejo por mudança. Representava a luta dos moradores para serem reconhecidos na cidade, com direitos, como sujeitos que a compõem, mesmo que em uma composição desigual.

---

[215] Sr. José Nogueira – apelido Cocada, 66 anos.
[216] Aqui, referindo-se a uma consciência social, construída nas experiências vividas pelos moradores do Conjunto.
[217] Alfredo Freire quer proteção contra poluição industrial. Jornal Folha do Triângulo, ano 1, nº 01. p.04.
[218] Idem.
[219] Sr. João Gilberto Ripposati, 43 anos.

Desta forma, as discussões e reivindicações levantadas pelos moradores – representados pela AACAF, diante dos órgãos públicos de Uberaba - em muito contribuíram para que eles fossem ouvidos e suas necessidades priorizadas. Tal presença é expressiva no ofício de 27 de setembro de 1993, enviado ao presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Uberaba.

Nesse ofício, elaborado a partir de uma reunião com os moradores do Conjunto Alfredo Freire, reivindica-se, entre outras coisas, que o mesmo "seja considerado como uma cidade de pequeno porte e não bairro, pelo crescente número de habitantes. Até junho/93, estimava-se uma população de 7.000 a 9.000 habitantes e sua localização é isolada da cidade, à margem da BR–050"[220].

Essa postura, assumida por uma boa parte dos moradores, reflete o distanciamento, não só em quilômetros, mas principalmente na ausência de olhares e ações dos governantes para com as necessidades especificas do grupo. Reflete ainda a participação desses moradores como sujeitos que são, que discutem a cidade, que a vivem de forma desigual, mas questionando e fazendo-se notar a partir de suas reuniões, discussões e manifestações.

Nesse mesmo ofício, fruto das discussões e levantamentos dos moradores do Conjunto Alfredo Freire, uma série de *prioridades* foram apresentadas e entregues aos vereadores e ao prefeito municipal, presentes à reunião pública que foi realizada na sede da AACAF.

No citado documento, mais do que reclamações, estão contidos anseios e viveres, necessidades e direitos das pessoas, posturas de uma gente que questiona, que interfere na dinâmica da cidade e que, a partir de suas ações, modifica os rumos da história de sua cidade, colocando-se de forma ativa nesse processo, trazendo outras memórias sobre cidadania e participação política.

Prioridades que permitem perceber o movimento dos moradores na cidade, colocando-se como sujeitos e interferindo nas ações dos governantes, que se vêem *obrigados* a ouvir e atender suas solicitações. Entre as tantas prioridades levantadas pelos moradores, com o pedido de que fossem incorporadas ao plano de obras e orçamentos da gestão 93/97, destacam-se:

> - Construção de viaduto ou passarela na BR–050, nas imediações do Conjunto Alfredo Freire (segurança da população);
> - Instalação de obstáculos, sonorizadores, placas indicativas, sinalização adequada da BR–050, nas proximidades do Conjunto Alfredo Freire (segurança da população);
> - Ampliação e construção de um novo Posto Municipal de Saúde, com

[220] Ofício de nº 030/93, da AACAF. Enviado ao Presidente da Câmara Municipal de Uberaba, Profº Gilberto Caixeta, em 27 de setembro de 1993.

> pronto-socorro, com capacidade para atender a demanda do Conjunto Alfredo Freire (até julho/ 93 – população estimada: 7500 a 9000 habitantes);
> ▪ Ampliação da Escola Municipal Meu Cantinho, de acordo com a diretora da escola, colegiado e comunidade;
> ▪ Viabilização e construção da Casa do Idoso, aprovada na administração Hugo Rodrigues da Cunha;
> ▪ Viabilização das obras e definição da utilização das sete áreas ociosas no Conjunto habitacional, com 5000 a 6000 metros quadrados - cada área;
> ▪ Construção da sede do policiamento comunitário no Conjunto Alfredo Freire ou reativação do atual posto policial;
> ▪ Viabilização da obra paisagística na entrada do Conjunto;
> ▪ Construção de passeios no referido Conjunto habitacional (podendo ser por mutirão);
> ▪ Construção de passeio, iluminação da estrada que serve de acesso dos moradores ao Distrito Industrial I, entre Minasplac e Prefaco;
> ▪ Construção de ginásio poliesportivo ou ginásio com cobertura para prática de atividades esportivas, sociais e culturais do Conjunto;
> ▪ Viabilização do projeto ambiental para solucionar os problemas de poluição existentes, no Distrito Industrial I, localizado em frente ao Conjunto;
> ▪ Viabilização e construção da biblioteca comunitária para a população do Conjunto;
> ▪ Viabilização e construção da sede social da AACAF;
> ▪ Viabilização da cobertura na quadra de esportes da Escola Municipal Meu Cantinho;
> ▪ Viabilização de recursos para implantação e apoio a hortas caseiras, com distribuição de sementes e adubos;
> ▪ Construção de uma rede de esgoto paralela à existente na avenida três, para resolver definitivamente as condições subumanas por que passam os moradores, ou seja, os detritos do esgoto voltam para dentro de suas moradias[221].

Saliento que nem todas as prioridades elencadas acima foram atendidas. No entanto, demonstram necessidades e condições de vida dos trabalhadores do Conjunto Alfredo Freire, bem como anseios e manifestações/movimentos que, diante das possibilidades, iam sendo realizados, de forma a questionar e pedir soluções, apelando

> À sensibilidade de V.Sa., no sentido de que esta casa, eleita pelo povo para representar o povo, valorize as Associações de Moradores também eleita, respeitando e apoiando como Entidade representativa da comunidade na busca dos anseios de melhor qualidade de vida, num exercício harmonioso e constante com os poderes públicos constituídos e demais segmentos da sociedade. O trabalho das Associações deve ser considerado como grande colaborador do ideal de trabalho, progresso e desenvolvimento de nossa cidade[222].

A forma como esse apelo é colocado chama a atenção. Ao mesmo tempo em que "pedem

---

[221] Prioridades para o Conjunto Alfredo Freire/inclusão no plano de obras e orçamentos 93/97/PMU. Discutidas e enviadas à Câmara Municipal em 27/09/1993.
[222] Ofício de número 30/93, enviado à Câmara Municipal de Uberaba, em 27/09/1993. Ata da AACAF.

ajuda" para solucionar dificuldades, mostram-se como sujeitos desse processo, colocam-se como pares, como representantes que são, ao se pronunciarem como "associação de bairros" que adquire força pela representatividade que exerce junto ao poder político da cidade.

Outro fato interessante e bastante significativo diz respeito ao pedido de valorização das associações de moradores. Nesse momento, fica claro que não se trata apenas da Associação dos Amigos do Conjunto Alfredo Freire, mas de uma parceria de várias associações de moradores que, na cidade, representam espaços, desejos e necessidades de pessoas que têm anseios em comum.

Parcerias que, na visão do Sr. Ripposati, presidente da AACAF, só faziam fortalecer os moradores, visto que "quando a gente ia discutir algo, muitas vezes a gente convidava outros colegas, de outras associações, como a do Volta Grande, por exemplo. Aí a gente se juntava no que era comum e lutava junto[223]".

Outra forma de sensibilizar os governantes locais era convidá-los, sempre que possível, para as reuniões e eventos realizados no Conjunto. Em um desses eventos/reuniões – ocorrido em praça pública do Conjunto, estiveram presentes o então prefeito Hugo Rodrigues da Cunha e vereadores que, após ouvirem as reivindicações dos moradores, comprometeram-se a atender alguns dos pedidos feitos. Palavras do prefeito:

> ...disponibilizará uma ambulância para atendimento rápido, urbanizará a entrada do Conjunto, cuidará das áreas de lazer, da sinalização para acesso ao Conjunto, da colocação de quebra-molas para proteção às crianças e, quanto ao cheiro gerado pelo Distrito Industrial, as soluções estarão sendo tomadas[224].

Aos poucos, o poder público, que teimava em não aceitar esses moradores como parte da cidade, foi tendo que reconhecê-los como integrantes da cidade. Percebeu que não era possível calar a boca desses trabalhadores, que era preciso ouvi-los e atendê-los, até porque, como nos conta o Sr. Massuó,

> A gente não calava não! Houve, por exemplo, a necessidade de construir um viaduto, porque a gente ultrapassava a rodovia, e era muito perigoso. E aí, vários moradores fizeram o seu trabalho de reivindicar. Eu, por exemplo, tive na época em Brasília, levado pelo deputado federal que na época, era o Wagner do Nascimento, eu tive com ele em Brasília. A gente foi lá pedi que eles ajudasse a gente, que fizesse o viaduto...[225]

---

[223] Sr. João Gilberto Ripposati, 43 anos.
[224] Livro de Ata nº 01, da AACAF, Ata de 23 de mar. de 1987, p.30.
[225] Sr. Massuó Machiyvama, 50 anos.

O Sr. Ripposati também foi um moradores que muito *brigou* para que o viaduto se tornasse realidade. Empolgado, lembra que "todo mundo pedia o viaduto, porque era muito perigoso chegar no Conjunto. Era bicicleta, era carro, era mobilete, moto, lambreta, gente a pé... tudo atravessando a rodovia junto com os caminhões.[226]"

Na fotografia abaixo, como se pode observar, já havia sido construído o viaduto que dava acesso ao Conjunto Alfredo Freire. No entanto, o mesmo não contava ainda com sinalização, tanto que, em reunião realizada na Escola Estadual Henrique Kruger, foram discutidas e enviadas as seguintes propostas ao prefeito municipal: "Colocação de um orelhão DDD e, se possível, vender as fichas do orelhão aqui no Conjunto; ambulância à noite; colocação de placas de sinalização indicando o local do Conjunto[227]".

FIGURA 17: Viaduto construído em 2000, para acesso ao Conjunto Alfredo Freire.
Fonte: Álbum de fotografias da AACAF.

Em segundo plano, vê-se o viaduto, fruto de inúmeras reivindicações.

> O viaduto, eu queria deixar registrado aqui que foi uma luta bonita que começou desde a Associação, então nas primeiras atas se você verificar estão pedindo já o viaduto e a passarela. O acesso ao Conjunto ele era feito de que forma: passando pela BR-050, tinha que pegar o trevo da Avenida Santana Borges para chegar no Alfredo Freire no percurso usando a BR-050 e isso aí foi resultando em inúmeras mortes o dado que eu tenho da última vez que eu levantei foi de que teria tido 21 mortes e 4 pessoas ficaram paralíticas, no

[226] Sr. João Gilberto Ripposati, 43 anos.
[227] Livro de Ata nº 01, da AACAF, Ata de 23 de mar. de 1987, p.30.

> total de 25, todas do Alfredo Freire, nesse perímetro de um trevo no outro[228].

A expressão de tristeza, demonstrada na fala e no semblante do Sr. Ripposati, é compartilhada com outros tantos moradores que tiveram parentes, amigos ou mesmo conhecidos envolvidos em acidentes.

O medo caminhava com esses moradores, a cada dia e a cada momento que um filho saía de casa em direção a outros bairros.

Em conversa com o Sr. Massuó, discutindo sobre o viaduto e as formas de acesso ao Conjunto Alfredo Freire, ele se cala. A expressão de tristeza e dor ainda se faz presente ao lembrar que:

> eu mesmo vivi esse problema, porque eu perdi minha filha num acidente na rodovia e naquela época esse fato de eu ter perdido a filha no acidente, também motivô assim... uma revolta muita grande do pessoal... o pessoal bloquearam... logo depois bloquearam a rodovia... tentou sensibilizar as autoridades pra estrada. Foi aí que Associação Comercial na época também organizou uma ida em Brasília pra cobrá isso e aí... graças a Deus a gente tem o viaduto hoje. E depois desse viaduto não tem acontecido acidente grave assim né... agora tá vindo a duplicação da rodovia... e agora... [229].

O viaduto ficou pronto, "mas foi uma luta muito longa; o viaduto saiu em 1998 e foi concluído em mais de um ano, um ano e pouco, ficando pronto em 2000[230]" afirma o Sr. Ripposati. Foi uma luta que envolveu todos os moradores do Conjunto e protelou-se por mais de quinze anos.

Em 1998, por ser ano eleitoral, vários políticos passaram a colocar-se nos discursos como *os pais* daquela obra, tentando apagar da história as constantes queixas, pedidos, passeatas e ofícios dos moradores, via AACAF a órgãos públicos, para tornar aquela obra uma realidade.

O Sr. Ripposati lembra que alguns colegas, ora de outras associações de bairro, ora do próprio Conjunto, chegavam a desacreditar que o viaduto ficasse pronto, tamanho era o descaso das autoridades.

> Muita gente achou que a gente tava sonhando alto demais, uns até falavam pra mim: 'sonha, Marcelino, sonha'... Então, por isso que eu falo que foi uma luta nossa, porque eu procurei respaldar aquilo que era a vontade da população que todos os momentos que eu passei, desde que eu vim morar aqui, estava presente... porque eu morava de frente para a rodovia, então pra nós era um susto, um trauma. Cada acidente que dava você era o primeiro a

---

[228] Idem.
[229] Sr. Massuó Machiyvama, 50 anos.
[230] Sr. João Gilberto Ripposati, 43 anos.

> ser acionado por morar na frente, então a gente viveu todos os traumas[231].

Por mais que haja reclamações sobre a qualidade do viaduto, feito às pressas para ser inaugurado meses antes das eleições do ano de 2000, servindo de "carta na manga" para se ganhar as eleições, o mesmo foi posto em funcionamento poucos meses antes das eleições.

Na fala dos entrevistados, que trazem à tona a indignação quanto ao descompromisso demonstrado pelos governantes, fica o olhar de complexidade e reconhecimento de que é preciso continuar lutando.

> Que agora nóis temo que gritá é pra esse viaduto aí, porque isso aí.....daqui uns dia.....eu fiquei revoltada o dia que eu passei ali e que eu vi o viaduto que eles tão fazeno...não é inveja, é porque nóis aqui merecemos também, quanta gente luta né.. Eles fizeram aquele viaduto ali de quarqué jeito, achano que quarqué coisa ta bão prá nóis, né...[232]

> Foi feito um viaduto mal acabado... que fica... que tem uma coisa assim logo na entrada você chega... meio confuso... faz com que as pessoas fica inferiorizada com relação... Por exemplo é um bairro pobre mais é porque é um bairro pobre tem que ser [...] daquela forma? Então fica uma indagação, talvez não seja... um monte de outras dificuldades. É nós até observamos lá mais recentemente, que esses viadutos foram construídos agora, nos últimos anos. É você vê que não tem espaço pra fazer as alças de... de acesso à rodovia então você fica imaginando... é o proprietário que não quer vender... é a prefeitura que não vai desapropriar... então cê não tem uma explicação assim [...].[233]

Não se trata aqui de afirmar que os moradores do Conjunto Alfredo Freire não estão satisfeitos com o viaduto em si. O que precisa ser entendido e levado em conta é a consciência política demonstrada nestas narrativas. A consciência de que essas pessoas são contribuintes, pagam impostos, têm o direito de ter algo de qualidade e não obras feitas de qualquer jeito.

Para o poder público, a questão estava encerrada. Os moradores não tinham mais do que reclamar. Às pressas e de qualquer jeito, a obra estava concluída.

O relato de Dona Maria Elvira é bastante pertinente. Questiona o tratamento dado a esses moradores, os serviços realizados no Conjunto, como se essas obras fossem favores e não, direitos. Questiona a cidadania para além do voto e traz à tona olhares da cidade em relação a esses moradores, olhares que, por mais que se queira mudar, ainda carregam em seu bojo a discriminação, o desrespeito e a desvalorização.

A ambivalência com que é tratada a questão da construção do viaduto é fortemente

---

[231] Idem.
[232] Dona Maria Elvira de Jesus, 57 anos.
[233] Sr. Timóteo de Souza, 60 anos.

percebida nas conversas tidas com os diversos moradores. Ela revela como foram sendo apreendidas as ações, os interesses e as experiências de todos os envolvidos nesse processo. Revela ainda as contradições e as interpretações múltiplas que se fazem presentes nas relações sociais.

A partir dos relatos e da visita ao próprio viaduto, atendendo ao convite de um dos entrevistados, fomos discutindo os jogos políticos existentes na cidade. Quando o Sr. Timóteo me diz que eles vivem em um bairro considerado pobre, mas que nem por isso "precisa ser assim", aponta a pressa com que foi construído o viaduto, aponta os muitos consertos já realizados com tão pouco tempo de uso. Lembra que "em menos de um ano as beradas do viaduto já tavam cedeno[233]".

.

FIGURA 18: Viaduto que dá acesso ao centro/bairros/rodovia BR-050.
Fonte: Álbum de fotografias da AACAF, sob os cuidados do Sr. João Gilberto Ripposati.

A Figura 18 permite ver, de cima do viaduto, a obra construída. A insatisfação (e ao mesmo tempo medo) dos moradores é pertinente pois, como se pode observar nesta fotografia, o local onde se dá a entrada para o viaduto, bem próximo ao capim, à esquerda, já foi refeito várias vezes.

[233] Idem.

Devido ao peso de caminhões, ônibus e carros, vai-se formando, um desnível no asfalto, que faz com que os veículos tenham sempre que reduzir a velocidade.

E essa situação, como diz Dona Maria Elvira, "é um perigo, que o trem vai cedeno, vai afundano, que dá até medo da gente ficá passano ali, dá até um pulo de ônibus[234]".

Não serão os trabalhadores pobres dignos de ter um serviço de qualidade? Não estão eles pagando por esses bens que, antes de mais nada, são direitos desses trabalhadores? Não merecem esses trabalhadores respeito dos órgãos públicos? Não sabem nossos governantes que os trabalhadores pobres também são cidadãos, que também compõem a cidade, que lutam e almejam dias melhores?

Tratados como insatisfeitos e revoltosos, por não se conformarem com as *migalhas* distribuídas pelos governantes, os moradores do Conjunto Alfredo Freire passaram a questionar os problemas existentes na cidade, não aceitando a situação.

No sentido de se mostrar à cidade como sujeitos que dela fazem parte, o Carnaval de 1993 foi muito significativo. Nesse desfile merecem destaque os nomes das escolas e os sambas-enredos apresentados. Entre as muitas escolas que desfilaram naquele ano, cito algumas, juntamente com seus temas[235]:

- **Bambas do Fabrício** – O domínio do poder
- **Rosas de Ouro** – Vamos misturar para ver o que vai dar
- **Acadêmicos do Santa Maria** – Tributo à Mulher
- **Império do Abadia** – Sonhos e fantasias
- **Mocidade Independente do Alfredo Freire** – Vou fazer o meu protesto, hoje o bicho vai pegar.

Obviamente, há uma grande distinção entre os nomes das escolas/grupos apresentados, bem como os temas levados para a avenida. Esses temas representam o lugar social de onde se fala, de onde se vem e expressam os anseios do grupo do qual fazem parte.

Nesse caso, o termo Independente carrega consigo muitas interpretações. Remete-se ao dia-a-dia dos moradores do Conjunto Alfredo Freire e suas relações com a cidade num todo. Ao se denominarem independentes, não querem dizer que não precisem dos outros, mas que a cidade nem sempre os reconhece como parte dela, que os poderes instituídos na cidade não se voltam para as necessidades de todos os moradores.

Em sua letra, percebe-se a preocupação e o alerta para o fato de que, até então, essas dificuldades estavam sendo amenizadas pelos próprios moradores, a partir de suas ações, de

---

[234] Dona Maria Elvira de Jesus, 57 anos.
[235] Carnaval: sambas-enredos desse ano. Jornal de Uberaba. Uberaba, 20 de fev. 1993. Caderno Especial, p. 11.

seus esforços, *apesar* dos governantes, como se lê:

É mocidade, é liberdade
Muita alegria e talento
Qualidade
Explode, mocidade!!!

Oi, lá vem ela, ô, ela vem lá, deixa a mocidade passar.
Tô na avenida são três dias de folia, é a estrela
A deslumbrar;
Oi, lá vem ela!

REFRÃO / BIS

E lá vem de novo, traz alegria pro povo
É a verde e rosa que está no ar
Vem de uma vila sempre a esperar, alô, cidade!
O bicho vai pegar! Ô, e lá vem ela!

REFRÃO / BIS

E se tem tempero, me chama que eu vou, é desta vez
Que eu vou desabafar;
É o meu protesto que está no ar.
As praças imundas... eu quero respirar! Oi, lá vem ela!

REFRÃO / BIS

Oi, lá vem a verde e rosa, vem de lá,
12 anos de um povo a esperar!
Eu já fiz o meu protesto, meu projeto está no ar
Pra não dizer que eu não presto, vem pro samba, vem sambar!
Oi, lá vem!!!

REFRÃO / BIS

A letra do samba-enredo[236] da "Mocidade Independente do Alfredo Freire" é muito clara.

Ao ler esta letra de samba, tão diferente dos outros enredos apresentados no mesmo ano, o "desabafo" constitui, ao mesmo tempo, forma de protesto, apresentando as pessoas que vivem naquele espaço como gente, como qualificadas, talentosas e alegres, como parte da cidade perante a mesma.

Traz à tona os questionamentos sempre presentes, os doze anos (o Conjunto foi inaugurado em 1981) de luta, de frases carregadas de preconceitos (como o patinho feio, o pé de frango, o nem e o casca fora – expressões costumeiras de se ouvir, mas com as quais nunca

[236] Idem.

se conformar!), doze anos de discursos desconectados do viver dos moradores, de promessas não cumpridas por parte dos governantes, que só voltam os olhares para os menos favorecidos em períodos eleitorais.

Por outro lado, é possível observar que, mesmo diante da negativa do poder público em *beneficiar* em tempo real os moradores do Alfredo Freire com serviços públicos urbanos, que lhes são de direito (como o posto de saúde, policiamento, acréscimo de ônibus e outras necessidades), o calar-se ou conformar-se com a situação de privações não existiu. Ao se colocarem o tempo todo na luta e nas reivindicações constantes por seus direitos, os moradores foram adquirindo experiências as mais variadas, o que trouxe à tona outras leituras sobre ser cidadão em Uberaba, ampliando a visão de como eles mesmos se vêem na cidade, suas responsabilidades e suas participações, como sujeitos dessa cidade, como demonstra a fala de Dona Maria Elvira:

.

> Pro cê tê idéia, tem uma pracinha aqui na porta de casa, e aí, a gente capinava, otra hora eu pagava pra capinar, nóis capinava de fora a fora... era tudo limpinho, nóis fazia canteirinho, plantava flor, o pessoal limpava quintal. Aí, vinham com o carrinho e jogava lixo aonde nóis limpava... e a gente foi reclamano, falano c'um e com outro, foi pedino, foi fazeno, foi insistino, a gente pedia, eles perguntava o que que a gente queria pra melhorá, então nóis batia na praça... sabe... e a gente pedia, a gente fazia, a gente participava. Discia lá e falava, então... foi melhorano cada veiz mais! O povo foi veno que nóis também era gente, era cidadão![237]

Nos ofícios ao prefeito municipal de Uberaba, solicitações em caráter de urgência foram encaminhadas, como: "limpeza nas áreas vazias; operação tapa-buraco, instalação do BEMGE, policiamento 24 horas, plantão médico e ampliação no horário de ônibus[238]".

Entre as muitas solicitações feitas, várias delas foram sendo atendidas, não por *bondade* do poder público, mas por insistência dos moradores.

É o caso do posto policial reivindicado pelos moradores. Este funcionou no Conjunto por aproximadamente cinco anos, dando mais segurança aos moradores.

---

[237] Dona Maria Elvira de Jesus, 57 anos.
[238] Livro de Ata nº 01, da AACAF, Ata da primeira reunião da chapa União, de 20 de abr. de 1993, p.89.

FIGURA 19: Subdestacamento da Polícia Militar, que funcionava no Conjunto Alfredo Freire.

Fonte: Álbum de fotografias da Associação Amigos do Conjunto Alfredo Freire.

Neste caso, há de se frisar a insistência/persistência dos moradores, como se pode observar nos reforçados pedidos da AACAF[239] aos órgãos públicos. Como uma das prioridades levantadas pelos moradores, conseguiu-se que o posto policial funcionasse no Conjunto. Mesmo que por pouco tempo, contava com uma cela, viatura e policiais para a ronda.

O Sr. Francisco, que trabalha em Serviços Gerais, não entende por que esse serviço foi desativado:

> Foi uma coisa que nóis tudo pedimo, pedimo tanto... aí, quando nóis conseguimo, ih!, aí tava um sossego. Aí, de repente, foi pocos ano funcionando, uns quatro, num sei, aí o trem parô de funcioná, desativaram e nóis ficamo aqui, de novo, pedino policiamento, pedino, que ainda precisa, que aqui, se ocê chama a polícia, quando eles chegam, já num precisa mais, né! Que quando o posto tava aí, ah! aí era bão, que a gente durmia mais tranqüilo... Aí depois, ficô tudo abandonado, quebrano.... uma tristeza![240]

[239] Nas atas da AACAF, entre os anos de 1982 a 2000, esse item se destaca, sendo a maior reclamação dos moradores.

[240] Sr. Francisco de Assis da Silva, 57 anos, é morador do Conjunto Alfredo Freire desde 1981, residente na Rua Domingos Gonçalves Portelinha, nº 88. É casado, tem quatro filhos e três netos. Trabalha em Serviços Gerais, hoje no Distrito Industrial I. Entrevista concedida no dia 26/08/2004, em sua residência.

Outra reclamação constante dos moradores refere-se aos serviços bancários[241] Como a distância até o centro da cidade sempre foi um agravante, bem como o custo dos transportes coletivos e o tempo gasto para tais serviços, as exigências para que se implantasse um banco no próprio Conjunto foram tornando-se cada vez mais fortes.

Assim, em maio de 1993, foi inaugurado[242] no Conjunto o banco BEMGE que, além de receber as contas de água, luz e outras, recebia também as prestações das casas do Conjunto, que não iam para os mutuários, mas para o próprio BEMGE, o que dificultava ainda mais o pagamento. Nesse sentido, o presidente da AACAF Sr. Ripposati registra que:

> Nós tentamos implementar o banco, o BEMGE, bem como o escritório da Cohab. O banco chegou a funcionar por um ano aqui. Ele praticava três vezes o trabalho aqui e todos os trabalhos que ele fazia validavam lá embaixo. Então deixou de existir porque os bancos chegaram à conclusão que o custo social era caro pra eles, dando prejuízo, então nós perdemos este serviço. A questão que o pessoal sente ainda porque ao invés de ir lá embaixo poderiam pagar tudo aqui economizando o transporte, mas infelizmente não foi bem sucedido. Os bancos contabilizaram como prejuízo a existência dele aqui pelo movimento, mas não deixa de ser um avanço ter conseguido por um determinado tempo esse banco aqui, para o Alfredo Freire, até enquanto os outros bairros não tinham essa parceria, e isso aconteceu pela parceria da Associação, da Prefeitura e do BEMGE, porque todo mundo brigou muito, insistiu muito [...] até conseguir![243]

Ao longo desses anos de luta, os moradores do Conjunto Alfredo Freire foram conscientizando-se de que, além da AACAF, que já exercia grande influência nas decisões tomadas para a cidade, era preciso eleger um representante que conhecesse a realidade deles, que lutasse com mais afinco em favor de suas necessidades.

Assim, nas eleições para vereador, ocorridas no final de 1996, os moradores do Conjunto Alfredo Freire se mobilizaram e elegeram um morador que os representasse no Legislativo. A partir de 1997 até os dias atuais, não ficaram sem representante político. Orgulham-se em dizer "nóis aprendemo que precisa brigá pra consegui as coisas. Precisa fazê, fazê muito..., mais precisa brigá!!!"[244]

---

[241] Livro de Atas nº 02, principalmente nas atas referentes ao período de 1992 a 1994.
[242] Livro de Atas nº 02, da AACAF, Ata de 27 de maio de 1993, p.90.
[243] Sr. João Gilberto Ripposati, 43 anos.
[244] Dona Maria Elvira de Jesus, 57 anos.

FIGURA 20: Vereador João Gilberto Ripposati, em seu primeiro mandato (1997–2000), discutindo no plenário o problema da poluição no Conjunto Alfredo Freire.
Fonte: Álbum de fotografias do entrevistado.

Na figura acima, o vereador João Gilberto Ripposati questionando os problemas inerentes à poluição no Conjunto. Ele se lembra bem do fato:

> Era preciso chocar os companheiros e, nesse dia, fui disposto a fazer isso. Cheguei no plenário usando uma máscara, dessas que ocê usa pra bater veneno nas plantas, sabe? Cheguei lá usando ela, e fiquei o tempo todo assim. Todo mundo me olhando, na hora que eu fui falar, apresentei a questão... Hoje acho que foi engraçado, mais funcionou, todo mundo ouviu. Num tinha outro jeito, a gente sofria demais com esse problema, tinha que chocá mesmo![245]

Nesse tempo, muitas reivindicações foram sendo atendidas. As reuniões com todos os segmentos do Conjunto – Igreja, Associação, Escolas, Creche, Posto de Saúde, comerciantes e outros se tornaram mais freqüentes, de modo a permitir que os moradores pudessem manifestar suas necessidades e estas fossem incorporadas ao orçamento participativo do município de Uberaba.

Entre as reivindicações apresentadas pelos diversos segmentos do Conjunto[246] percebem-

[245] Sr. João Gilberto Ripposati, 43 anos.
[246] As referidas fichas preenchidas pelos variados grupos de moradores encontram-se guardadas em envelope que compõe o acervo documental da AACAF. Essa documentação, como já foi dito, está ainda desorganizada, precisando de cuidados especiais e catalogação.

se mudanças quanto às necessidades levantadas pelos moradores que citaram, entre outras:

- Limpeza das áreas públicas (pracinhas);
- Ambulância na Unidade Básica de Saúde;
- Varreção de ruas;
- Implementação da Sucursal da Biblioteca Municipal – localizada no Conjunto;
- Policiamento efetivo nas escolas;
- Ponto de táxi;
- Mais prioridade na parte social, com eventos e palestras;
- Policiamento no Conjunto (reivindicação presente em todas as fichas pesquisadas).

Constata-se que, com o passar dos anos, os desejos e prioridades modificaram-se. No entanto, o olhar atento para o que estava acontecendo dentro e fora do Conjunto, na cidade, não se fez esquecido.

Pelo contrário, a cada ano que passava, mais o Conjunto crescia e mais exigentes e críticos ficavam seus moradores, julgando as decisões tomadas pelos governantes e interferindo na dinâmica social da cidade.

Ao entrevistar Dona Maria Elvira, próximo às eleições municipais de 2004, quando no Conjunto existiam aproximadamente seis candidatos disputando as cadeiras do legislativo, suas indagações me chamam a atenção:

> Óia, eu num entendo muito de política não, mas ocê não pode prometê demais; o que ocê promete, ocê tem que cumpri, que se num cumpre, depois ocê vai tê que pagá caro... Ocê não promete nada que ocê não faça, porque é muito feio uma pessoa dize: 'eu vou fazê isso... vô fazê aquilo' e depois, no fim das conta, ele nem te conhece, né... ele nem te conhece!. Então é melhor ele prometê pouca coisa e dá conta de cumpri... pro pessoal falá: 'não, ele prometeu pouca coisa, mas ele cumpriu'... Então, o pessoal vai pegano confiança, vai dano crédito. E num adianta achá que é os di fora que vão elegê eles não... é nóis, é nos bairro, é nas periferia, é nas vila, é nas currutela que eles vão se elegê, viu?! Porque a força maior é dos pequeno... a força maior é dos pequeno".[247]

Nessas argumentações, construídas por Dona Maria Elvira, ficam evidentes duas questões: a primeira diz respeito ao tratamento que os candidatos dão aos eleitores, tratando-os como se estes fossem *peças* fáceis de manusear, onde palavras podem ser proferidas sem preocupações futuras ou, como se as pessoas tivessem "memória curta". A segunda questão refere-se ao olhar dos eleitores para os candidatos e governantes.

[247] Dona Maria Elvira de Jesus, 57 anos.

Nesse sentido, as palavras de Dona Maria Elvira misturam-se entre o crédito e a desconfiança, entre o "dar a chance" e o "não votar mais" em determinados candidatos que se dizem do lado do povo, mas que traem suas promessas, acreditando que as pessoas podem ser manipuladas pelos *novos* discursos a serem proferidos nos períodos eleitorais.

Percebe-se ainda que os moradores do Conjunto Alfredo Freire foram tornando-se mais exigentes em relação a seus representantes políticos, cobrando constantemente as promessas feitas em períodos eleitorais, reconhecendo-se como força política dentro da cidade.

Hoje, o Alfredo Freire assumiu proporções muito grandes, além do que era esperado ou programado pelos governantes e engenheiros da década de 1980.

As 1122 casas planejadas inicialmente se multiplicaram. Barracões no fundo de cada casa e loteamentos em seus arredores formando o Alfredo Freire II e III fizeram com que a população crescesse para mais de dez mil pessoas.

FIGURA 21: Vista aérea do Conjunto Alfredo Freire, tirada a pedido do vereador João Gilberto Ripposati, também morador do local.
Fonte: Álbum de fotografias da AACAF.

Nesta fotografia, vê-se que na maioria dos terrenos há um barracão construído no fundo; percebe-se a dimensão que vai ganhando esse território e entende-se melhor os apegos dos moradores a suas casas, que não representam apenas casas, mas pessoas e relações, compostas

por familiares, amigos e companheiros de luta, de uma luta que não tem fim, visto que vivem sempre almejando dias melhores.

Compreende-se melhor a constante defesa pelo espaço em que estão, o orgulho demonstrado pelas pessoas com as quais conversei no decorrer desta pesquisa, a valorização de suas ações, de suas obras, de suas relações e de todos que ali habitam. Defesa evidenciada na fala do Sr. Massuó:

> O nosso padrão de vida hoje é um padrão até médio, nós temos dificuldade com pessoas carente aqui no bairro, como em todo lugar tem essa situação... tem... mas se você for ver... a média nossa aqui é de padrão de vida médio, não é padrão assim muito baixo né, mais a gente tem... todo lugar tem... E com a criação agora do bairro Alfredo Freire II e III, que foi diferente do Alfredo Freire I que deu origem, é uma realidade diferente. Quando a gente pegou as casa do Alfredo Freire I, ele vinha com... pelo menos a casa pronta pra ocê morá, agora... o Alfredo Freire I... a diferença do Alfredo Freire I com o II e com o III, é que lá eles venderam os lotes... então cada pessoa com dificuldade que ele tem pra construir a casa, ela ficou diferente uma da outra, assim, o Alfredo Freire II e o III é diferente, cada casa tem um modelo diferente e fica até bonito o bairro[248].

A aceitação e defesa do "diferente", entendendo que esta diferença faz parte de suas origens, visto que a maioria das pessoas que vivem no bairro Alfredo Freire II e III são oriundas das famílias que receberam as casas há mais de vinte anos, ficam claras na fala do Sr. Massuó e de outros moradores. Em suas narrativas, o Alfredo Freire não se limita às mil cento e vinte e duas casas entregues à população em 1981. Ao contrário, incorporam todas as ampliações ocorridas ao longo do tempo.

Nos depoimentos, misturam-se alegrias e tristezas, vitórias e derrotas. No entanto, a persistência em mostrar que são trabalhadores, que são ordeiros, que não são o que por muito tempo teimaram ou acharam que fossem os moradores de outros bairros, é algo concreto.

Os moradores do Conjunto Alfredo Freire não admitem mais as piadinhas de anos atrás, muito menos que a cidade os trate com o desprezo de outrora. Sentem orgulho de viver naquele território, possuem vínculos constituídos por uma história compartilhada. Compartilhada pelas ações de todos que lutaram e ainda lutam para mudar os rumos de suas vidas, de uma história que é lembrada e remontada a cada geração.

Pensativa, Dona Maria do Rosário, com o olhar distante, me diz: "É, minha filha... hoje nóis vem divagarinho, vem dano conta... hoje a gente olha pra trais e pensa: como é que nóis

---

[248] Sr. Massuó Machiyvama, 50 anos.

démo conta? Como que eu superei? Como é que nóis chegamo até aqui**?"**[249]

Para Dona Odésia,

> Lembrá de tudo isso, dessa história toda, da vida que nóis levamo dá vontade de chorá. Na mesma hora que a gente emociona, já dá uma tristeza... Lembrá a dificuldade que a gente passô... Uma veiz apareceu dois home, bateu lá em casa e queriam um prato de comida. Eu falei que num tinha, e num tinha mesmo... e ele gritô... Aí eu falei: - Vô chamá meu marido. A sorte é que uns vizinho tavam chegano e perguntaro o que tava aconteceno, porque eles sabiam que o Custódio tava doente. Que sufoco! Hoje é uma vida![250]

O Conjunto Alfredo Freire significa – para as pessoas que vivem nele - mais do que o lugar em que moram. Significa a certeza de que é possível modificar o rumo dos acontecimentos, significa lembranças que fortificam, que redefinem ações e garantem que valeu a pena lutar pelos ideais de um grupo, interferindo nos planos da cidade, colocando-se nesta e fazendo-se notar como sujeitos que são.

Hoje, é realmente uma vida! Uma vida que se faz na batalha de cada dia, entre pessoas que acreditam ser possível redimensionar seus caminhos e lutar por seus sonhos. Luta que se faz e se refaz a cada momento, na dinâmica das relações sociais!

---

[249] Dona Maria do Rosário da Silva, 57 anos.
[250] Dona Odésia Abadia Ramalho Nunes, 56 anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> Nós que passamos apressados, pelas ruas da cidade, merecemos ler as letras e as palavras de gentileza. Por isso eu pergunto a você no mundo, se é mais inteligente, o livro ou a sabedoria? O mundo é uma escola, a vida é um circo... AMOR, palavra que liberta... já dizia o profeta!
>
> MONTE, Marisa. GENTILEZA. *Composição: Desconhecido*

Ao iniciar esta pesquisa, tinha como objetivo compreender Uberaba como espaço composto por múltiplos atores que ocupam, de formas distintas e conflitantes, a cidade.

Nessa multiplicidade de sujeitos, procurava discutir o ser trabalhador de baixa renda na cidade, com destaque para seus modos de viver, morar, trabalhar e divertir-se na cidade. Procurava perceber os sonhos e expectativas depositadas por esses trabalhadores, sua participação na sociedade, bem como o tratamento dispensado a esses sujeitos pelos administradores locais.

Para tanto, busquei nas narrativas dos trabalhadores aqui entrevistados indícios que demonstrassem as preocupações ou desleixos desses administradores quanto a esses trabalhadores, que mostrassem suas interferências na cidade, seus anseios e questionamentos como componentes da cidade.

A partir das narrativas dos entrevistados, outras fontes foram sendo levantadas e discutidas, como as fotografias pertencentes aos entrevistados e utilizadas por eles para "puxar o fio" da memória, para trazer à tona lembranças de um tempo vivido e significativo. Nos jornais locais, nas Atas do Legislativo, nos Mapas e nas Atas da Associação Amigos do Conjunto Alfredo Freire (AACAF), evidências de lutas e interferências na cidade, numa construção e reconstrução de viveres pouco tranqüilos.

Ao dialogar com essas muitas fontes, deparei-me com desrespeitos os mais variados, com uma cidade forjada em ideais que tendem a favorecer determinados grupos sociais que controlam/detêm o poder. Deparei-me com segregações escancaradas e com barreiras invisíveis existentes na cidade; barreiras que dividem os territórios urbanos e impõem às pessoas que ali residem regras ou tratos nem sempre justos, que humilham e menosprezam os moradores desses territórios, tentando excluí-los da cidade.

Diante dessas constatações, muitas vezes fui tomada por sentimentos de revolta e de desânimo em relação à pesquisa, à cidade e aos governantes.

Nesses momentos, ligava o gravador e me punha a ouvir os depoimentos obtidos durante a pesquisa. Atentava para cada palavra, cada ação lembrada e narrada, para os semblantes dos entrevistados, para as emoções oriundas desses diálogos, dessas lembranças, para as

expectativas demonstradas por eles nesta pesquisa, no orgulho de Seu Cocada, ao me dizer:

> Essa é a primeira entrevista que eu tô teno agora, sobre a minha vida, sobre a vida do Conjunto, das pessoa. Mais nunca tive não, nunca tive mesmo. Por quê? Porque o pessoal num enxerga, num olha pra nóis não, e quando enxerga, faiz que num enxerga, ocê tá entendendo? É isso que acontece. Isso é uma realidade. É uma realidade da vida[234].

Tais questionamentos me imbuíam de força para dar continuidade à pesquisa, desvelando realidades e ações de determinados grupos sociais, relembrando o compromisso assumido com os moradores, no sentido de trazer à tona, por intermédio das memórias dos moradores do Conjunto Alfredo Freire, as tantas histórias sobre seus viveres.

Ao mesmo tempo, preocupava-me a responsabilidade e o compromisso frente a esses trabalhadores. Lembrava-me da professora Yara A. Khoury, quando das oficinas proporcionadas pelo programa PROCAD ou mesmo em textos por ela escritos, em que indagava "de que modo temos restituído, na narrativa final que construímos, um produto que seja expressão de múltiplas vozes; no qual as pessoas, com quem conversamos, possam se reconhecer; no qual todos nós, enfim, possamos nos reconhecer no diálogo"?[235]

Nesse sentido, as disciplinas cursadas no ano de 2004, no programa de Pós-Graduação em História da UFU, contribuíram para o debate sobre a cidade e os movimentos sociais. Os diálogos com os trabalhadores visavam, entre outros objetivos, discutir suas várias experiências, analisando criticamente seu fazer nas diferentes práticas sociais, incluindo as múltiplas manifestações do cotidiano.

Nas experiências narradas sobre o viver na cidade, a garra e a forma como esses sujeitos elaboram suas trajetórias chamou minha atenção. É uma luta contínua, uma luta pela VIDA, numa disputa por vezes desacreditada, desequilibrada e desarmoniosa, onde se aprende a fazer o jogo dos dominantes, a se fazer de dominado sem o ser, a resistir e persistir frente aos próprios ideais, a não cruzar os braços e aguardar providências *de fora*, fazer-se presente e ativo na cidade.

Nesses mais de vinte anos de convivência, os moradores do Conjunto Alfredo Freire se fortaleceram como grupo e como amizade. Fizeram-se presentes na cidade, interferiram em sua dinâmica, questionaram e mudaram os rumos dos acontecimentos, conquistaram dignidade e respeito, quebraram barreiras, demonstraram valores e alargaram convivências.

Por três mandatos consecutivos (desde 1997) elegeram representantes do Conjunto

---

[234] Sr. José Nogueira, apelido Cocada, 66 anos.
[235] Khoury, Yara Aun., op. cit. p. 137.

Alfredo Freire para o Legislativo, o que não é comum em outros bairros da cidade. Essa *façanha* demonstra a seriedade com que a questão política é tratada no Conjunto, a união dos moradores em prol de seus ideais, a força que possuem e o *olhar aguçado* sobre si e sobre a cidade.

A constante vigilância e cobrança das ações realizadas por seus representantes políticos é um ponto positivo, bem como a responsabilidade do candidato eleito pelo Conjunto Alfredo Freire, visto que os moradores exigem posturas firmes e propostas que visem reduzir as dificuldades ainda presentes no Conjunto, bem como elevar a qualidade de vida dos moradores.

Vigilância realizada por todos os moradores e em todos os momentos. Cobrança que, no dizer de Dona Maria Elvira, não é difícil de resolver, porque "se eles num cumpre o que eles prometeram, a gente exige. E se num fizé, ah! Aí a gente num vota neles de novo, cê num acha? Que a gente num é bobo não, eles é que acham que a gente é, mais num é não. Aí num ganha, num ganha mesmo!"[236].

Nas interpretações acerca das dificuldades por que passaram, fica expresso o sentimento de vitória, a certeza de que valeu a pena ter suportado e trabalhado em prol dos objetivos do grupo. Nesse sentido, remeto-me às palavras de Raul Seixas ao dizer que "Sonho que se sonha só é só um sonho que se sonha só, mas sonho que se sonha junto é realidade[237].

Os sonhos que esses moradores depositaram na cidade não foram concretizados da noite para o dia, muito menos foram *dados* pelos governantes e outros agentes da cidade, como por vezes nos querem fazer acreditar os documentos oficiais.

Ao contrário, foram conquistados com muito esforço, com sofrimento e ousadia, numa luta que se fez no dia-a-dia, ao longo dos anos, ao longo da vida.

Sonhos que impulsionaram as ações de todos os moradores, que lhes deram forças para lutar e acreditar que, juntos, iriam transformá-los em realidade, tranformá-los em Vida!

Vida que se faz na batalha do dia-a-dia e em seu movimento, exigindo adaptações, readaptações e mudanças constantes; mudanças que geram ações, reações; que parte de mim, que parte de você, que se junta a nós.

Como nos faz refletir Gabriel, o Pensador, na música "Até quando?":

> Muda, que quando a gente muda
> o mundo muda com a gente,
> a gente muda o mundo

---

[236] Dona Maria Elvira de Jesus, 57 anos..
[237] Seixas, Raul. Prelúdio. Philips-Phonogram, 1974. Disco GITA, décima música.

> na mudança da mente,
> e quando a mente muda
> a gente anda prá frente. [...]
> Na mudança de atitude
> não há mal que não se mude
> nem doença sem cura,
> na mudança de postura
> a gente fica mais seguro,
> na mudança do presente
> a gente molda o futuro[238].

Este trabalho se encerra. Mas não se encerra a vida, muito menos os sonhos. Estes continuam impulsionando as novas gerações a lutar, a contruir uma cidade melhor, a interferir na dinâmica social da cidade, a lutar por seus objetivos, entendendo que esses objetivos, na cidade, precisam ser propostos, discutidos e batalhados por todos, numa mudança sem fim.

---

[238] Gabriel, o Pensador. **Até quando?** CD: Seja você mesmo, mas não seja sempre o mesmo. Rio de Janeiro: Sony, 2001.

FONTES, ACERVOS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES ORAIS[239]

1- **Dona Odésia Abadia Ramalho Nunes,** 56 anos, é moradora do Conjunto Habitacional Alfredo Freire, desde 1981, residente na Rua Hugo Trida, nº 100. É aposentada como doméstica. Tem três filhos. Quando entrevistada, seu esposo estava adoentado. Hoje está viúva. Entrevista concedida na Escola Municipal Profª Stella Chaves (onde está estudando no Acertando o Passo), em 05/10/2003.

2- **Juliana Alves Fernandes**, 19 anos, é moradora do Conjunto Alfredo Freire, residente na Rua Alfredo Peghini Neto, nº 201, desde os 4 anos. É solteira e cursa o segundo ano de Direito. Participa do Movimento Juventude Petista (vinculado ao Partido dos Trabalhadores). Entrevista concedida em 13/08/2004, em sua residência.

3- **Sr. Timóteo de Souza**, 60 anos, é morador do Conjunto Alfredo Freire, residente na Rua Alfredo Peghini Netto, nº 201, desde 1981. Nesse tempo, mudou-se do Conjunto por quatro anos (devido à gravidez de sua esposa e infância das crianças), voltou e não pretende mais mudar-se. É casado, tem duas filhas e uma neta. É advogado, funcionário público (INSS) e militante sindical, filiado ao PT. Entrevista concedida em 13/08/2004, em sua residência.

4- **Sr. João Gilberto Ripposati**, 43 anos, é morador do Conjunto Alfredo Freire, residente na Rua José Gonçalves Borges, nº712. Antes morava no bairro Mercês. Mudou-se para o Conjunto em 1985. É casado, tem três filhos. É técnico agrícola e iniciou o curso de Engenharia Agrícola, mas teve que trancar matrícula devido ao cargo político que ocupa (não-disponibilidade de tempo). É vereador pelo Conjunto, estando em seu segundo mandato pelo PV. Também é Presidente da AACAF (Associação dos Moradores do Conjunto Alfredo Freire) desde 1995. Entrevista concedida em julho de 2003, em seu escritório político, no próprio Conjunto.

5- **Dona Vera Lúcia Soares Araújo Souza**, 47 anos, é moradora do Conjunto Alfredo

[239] As informações acerca dos entrevistados se remetem ao período da realização das entrevistas.

Freire, residente na Av. Rufina de Assis Guimarães, nº 90, desde 1982.Morava antes no bairro Santa Marta, nos fundos da casa de seu pai.É casada, tem três filhas e seis netos.É doméstica. Entrevistas concedidas em minha casa, em 06/10/2003 e 25/07/2004.

6- **Dona Maria Helena Chimango**, 54 anos, é ex-moradora do Conjunto Alfredo Freire. Morava na Av. Dr. Eduardo Tahan, nº 341. Mudou-se para o Conjunto em dezembro de 1981, residindo nele até 1993. Mudou-se por causa da distância tanto de seu serviço como do de seu esposo. É viúva, tem uma filha e três netos. Sempre foi enfermeira. Hoje está afastada pelo INSS e é taxista. Entrevistas concedidas em minha casa, em 2003 e em 10/08/2004.

7- **Dona Dalva Aparecida dos Santos**, 46 anos, é moradora do Conjunto Alfredo Freire, residente na Rua Alfredo Peghini Netto, nº 301, desde 1981, quando tinha 23 anos. Antes morava de aluguel no bairro Leblon. É casada e tem três filhos. É licenciada em Geografia e leciona na Escola Municipal Profª Stella Chaves. Entrevista concedida em 2003, em seu local de trabalho, fora do horário de serviço.

8- **Seu Cocada (Sr. José Nogueira**), 66 anos, é morador do Conjunto Alfredo Freire, residente na Rua Walter Pereira Brandão, nº 30, desde novembro de 1981. É casado, tem três filhos e um neto. Trabalhava como vigilante noturno e tornou-se treinador de futebol de crianças e adultos do Conjunto, como voluntário. Entrevista concedida no dia 15/08/2004, no campo de futebol onde atua e que considera sua segunda casa.

9- **Seu Zezinho (Sr. José Batista dos Santos)**, 65 anos, é morador do Conjunto Alfredo Freire, residente na Av. Joaquim Borges Assunção, nº 353, desde 30/10/1981. É casado, tem oito filhos e catorze netos. É aposentado do DER (Departamento de Estradas de Rodagem). Nasceu e se criou em Currais Novos - RN. Veio para Uberaba em 1974, em busca de vida melhor e estudo para os filhos. Mudou-se para o Conjunto em 30/10/1981. Sempre esteve ligado às causas públicas, ajudando conhecidos e desconhecidos. Foi Presidente da AACAF - Associação dos Amigos do Conjunto Alfredo Freire. Entrevista concedida no dia 15/08/2004, em sua residência.

10- **Sr. Massuó Machiyvama**, 50 anos, é morador do Conjunto Alfredo Freire, residente na Av. José Dias de Carvalho, nº 42, desde o começo de outubro de 1981. Morava antes no

Bairro Fabrício, de aluguel. Foi o terceiro morador. É casado e teve um casal de filhos. Perdeu sua filha em acidente de trânsito, na rodovia BR-050, ao voltar para casa. Trabalhou na Empresa de Correios e Telégrafos de Uberaba e está aposentado. Sempre esteve ligado às causas do bairro, ajudando a todos. É membro da Pastoral da Família, ligado à Igreja do Conjunto. É candidato – pela segunda vez – ao cargo de vereador de Uberaba, pelo PL.

11- **Dona Creuza Aparecida J. Dias**, 54 anos, é moradora do Conjunto Alfredo Freire, residente na rua L, nº 115, desde 1982. É casada, tem quatro filhos. Sempre viveu na roça. Mudou-se para a cidade em busca de estudo para os filhos. Era bóia-fria e hoje é servente escolar na Escola Municipal Profª Stella Chaves, onde está há mais de vinte anos. Entrevista concedida em 13/08/2004, em seu local de trabalho, fora de seu horário de serviço.

12- **Dona Judite Alves dos Santos**, 62 anos, é moradora do Conjunto Alfredo Freire, residente na Av. Joaquim Borges Assunção, nº 353, desde 30/10/1981. É casada, tem oito filhos e catorze netos. Sempre ministrou aulas de corte e costura e de bordado. Participa ativamente da Pastoral da Família, é Ministra da Eucaristia e, em sua casa, dá aula de catecismo, preparando as crianças para a Primeira Eucaristia. Entrevista concedida em 15/08/2004, em sua residência.

13- **Dona Maria Elvira de Jesus**, 57 anos, é moradora do Conjunto Alfredo Freire, residente na rua F2, nº 10 A , desde 1981. É viúva, tem quatro filhos e seis netos. É manicure, mas está afastada de suas atividades devido a problemas de saúde, vivendo da ajuda dos filhos. Entrevista concedida em 25/08/2004, em sua residência.

14- **Seu Mané (Sr. Manoel Naves de Oliveira**), 53 anos, é morador do Conjunto Alfredo Freire desde 1981, residente na rua João C. Primo, nº 10. É casado, tem dois filhos e dois netos. Desempenhou várias atividades de trabalho no Conjunto, como vendedor de materiais de construção, vendedor de leite (criando vacas em terrenos baldios), vendedor de cachorro-quente, entre outras. Entrevista concedida em 25/08/2004, em sua residência.

15- **Dona Valdeíra Maria de Sousa Naves**, 42 anos, é moradora do Conjunto Alfredo Freire desde 1981, residente na rua João C. Primo, nº 10. É casada, tem dois filhos e dois netos.

Trabalha na Escola Estadual Henrique Kruger (1ª escola do Conjunto, construída pela própria COHAB), como Serviços Gerais (servente escolar). Entrevista concedida no dia 25/08/2004, em sua residência.

16- **Dona Águeda Florenciana Batista**, 81 anos, é moradora do Conjunto Alfredo Freire desde 1986. Reside na Av. Joaquim Borges Assunção, nº 27 e teve opção para escolher o tipo de casa e o local onde residir. É aposentada como Serviços Gerais (atuou como inspetora de alunos na Escola Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco). É solteira e sempre viveu sozinha. Entrevista concedida no dia 27/08/2004, em sua residência.

17- **Dona Maria Ivani Rocha da Cruz**, 57 anos, é moradora do Conjunto Alfredo Freire desde 1981, residente na Rua Domingos Gonçalves Portelinha, nº 76. É casada, tem dois filhos e três netos. É cabeleireira. Como evangélica, teve e ainda tem grande participação na edificação da igreja e reunião de estudos para oração e melhoria do viver no Conjunto. Entrevista concedida no dia 25/08/2004, em sua residência.

18- **Padre Márcio André Ferreira Soares**, 29 anos. Atua na Paróquia São Geraldo Magela, no Alfredo Freire, há cerca de três anos. Tem cativado a população e arrebanhado um número significativo de pessoas (vindas não só do Conjunto, como de outras paróquias) para a igreja. Entrevista concedida no dia 26/08/2004, em sua sala, na igreja.

19- **Sr. Dalmy Gontijo**, 55 anos, é morador do Conjunto Alfredo Freire desde 1981, residente na Av. Joaquim Borges Assunção, nº 303. É casado, tem dois filhos e um neto. Desempenhou várias atividades de trabalho no Conjunto, como padeiro, comerciante e outras. Hoje está aposentado, mas presta serviços na FMC, como Operador Sênior. Entrevista concedida no dia 26/08/2004, em sua residência.

20- **Dona Maria do Rosário da Silva**, 57 anos, é moradora do Conjunto Alfredo Freire desde 1981, residente na Rua Domingos Gonçalves Portelinha, nº 88. É casada, tem quatro filhos e três netos. É lavadeira. Entrevista concedida no dia 26/08/2004, em sua residência.

21- **Sr. Francisco de Assis da Silva**, 57 anos, é morador do Conjunto Alfredo Freire desde 1981, residente na Rua Domingos Gonçalves Portelinha, nº 88. É casado, tem quatro

filhos e três netos. Trabalha hoje em Serviços Gerais, no Distrito Industrial I. Entrevista concedida no dia 26/08/2004, em sua residência.

LUGARES DE PESQUISA:

1. **Biblioteca da Fundação João Pinheiro** (pertencente à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral) **DIAGNÓSTICOS DE CIDADES MINEIRAS.** Nessa biblioteca, localizada em Belo Horizonte, encontram-se disponíveis diagnósticos das cidades mineiras, entre eles o de Uberaba (realizado em 1980), com mais de duzentas páginas, contendo mapas e análises da cidade como um todo.

2. **Arquivo Público de Uberaba,** contendo jornais, atas, fotografia e outros documentos, todos catalogados e bem organizados, com uma equipe disposta a contribuir com o trabalho do pesquisador.

2.1 Acervos:

2.1.1 Jornal da Manhã: os exemplares estão encadernados de forma organizada e contemplam todo o período correspondente à pesquisa; seu início data de janeiro de 1978. Estão disponíveis no Arquivo Público de Uberaba.

2.1.2 Jornal Lavoura e Comércio: os exemplares se encontram encadernados e em bom estado de conservação. O período abrangido por esse jornal é a partir de 1980 e, nesse período, seus textos estão mais voltados para os feitos da elite uberabense, mostrando-se mais conservador e de visão unilateral.

2.1.3 Jornal de Uberaba: os exemplares estão disponíveis a partir de 1988, em bom estado de conservação. Este jornal apresenta uma visão mais crítica sobre os acontecimentos, trazendo a fala de diversos moradores da cidade na coluna "Opinião" e na página "Bairros".

2.1.4 Atas das Sessões Ordinárias e Extraordinárias da Câmara Municipal de Uberaba, de 1977 a 1979. Todas bem organizadas por período.

2.1.5 Projeto de Lei nº 016/1979, autorizando a incorporação da área rural ao perímetro urbano. A referida área desse projeto foi a "escolhida" para a construção do Conjunto Alfredo Freire. O projeto também está disponível no Arquivo Público Municipal.

3. Companhia de Habitação de Minas Gerais (COHAB) – com sede em Belo Horizonte (Rua Bernardo Guimarães, nº 2640, Bairro Santo Agostinho). Está aberta das 8 às 12h e das 14 às 17h. O acesso ao local é fácil. No entanto, é preciso agendar antes no setor que deseja falar, bem como justificar por escrito os motivos que o (a) levam a desejar tais dados ou documentos. Na COHAB, encontram-se as plantas dos Conjuntos Habitacionais construídos em MG, bem como as plantas dos tipos de casas construídas, além de outros tantos documentos.

4. **Associação de Amigos do Conjunto Alfredo Freire** (AACAF): fundada em 1981, a Associação guarda[240] inúmeros documentos, como atas, fotografias, recortes de jornais, projetos referentes ao Conjunto Alfredo Freire, entre outros.

4.1 Atas de 1981 a 2000, disponíveis para pesquisa. No entanto, estão guardadas na residência do então presidente da Associação, Sr. João Gilberto Ripposati.

4.2 Panfleto de propaganda política das eleições de 1994, em formato de pequeno jornal, enaltecendo o ex-governador de MG, Francelino Pereira, que concorria naquele ano ao cargo de senador.

4.3 Jornalzinho da AACAF, em único exemplar, apresentando realizações da Associação e eventos no Conjunto Alfredo Freire. Encontra-se, juntamente com as atas e fotografias do Conjunto, sob os cuidados do Sr. João Gilberto Ripposati, diretor da AACAF.

4.4 Fichas de reivindicações – a serem discutidas, votadas e apresentadas no orçamento participativo de 2000 - para preenchimento dos diversos setores que compõem o Conjunto Alfredo Freire (Igrejas, Escolas, Farmácia, Varejão, Padarias, Bares e

[240] Ainda que de forma *desorganizada*, pois não há um lugar que comporte todos esses documentos. Fui convidada pelo atual presidente da AACAF a montar e coordenar um projeto em prol dessa organização documental, o que espero realizar com a comunidade, em 2006.

outros).

5. **Residências dos moradores do Conjunto Alfredo Freire:**

5.1. Álbum de fotografias dos entrevistados.

DOCUMENTOS DIVERSOS:

1. Mapa do Conjunto Alfredo Freire – disponível na Secretaria de Planejamento de Uberaba (SEPLAN).

2. Departamento de Documentação e Pesquisa da Câmara Municipal de Uberaba – onde encontramos leis (ordinárias e complementares), portarias, resoluções e decretos legislativos. Todos esses documentos estão informatizados e disponíveis no *site* www.camarauberaba.mg.gov.br. Se o pesquisador quiser ir pessoalmente ao Departamento, os documentos requeridos são selecionados e impressos sem dificuldade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA & KOURY. **História oral e memórias**: Entrevista com Alessandro Portelli. Revista História & Perspectivas, nº 25 e 26 - Uberlândia/MG. UFU, 2011/02.

AMADO, Janaína. FERREIRA, Marieta de Moraes, org. p/. Usos e abusos da História Oral, RJ: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ARANTES, Antonio A. **Paisagens paulistanas:** transformações do espaço público. São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

ARENDT, Hanna. **A condição humana.** Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2000.

BATISTA, Sheille S.F. Buscando a cidade e construindo viveres: relações entre campo e cidade. Dissertação. (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, 2003.

BLOCH, Marc. Prefácio. In: **Apologia da história ou ofício do historiador**. Rio de Janeiro:

Jorge Zahar Editor, 2001.

BRESCIANI, Stella (org.). **Imagens da cidade.** Marco Zero/ANPUH – São Paulo, 1992.

CALVO, Célia Rocha. **Muitas memórias e histórias de uma cidade: experiências e lembranças de viveres urbanos, Uberlândia 1938-1990**. Tese de doutorado. São Paulo: PUC- SP, 2001.

CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed. 34 / EDUSP, 2004.

CANCLINE, Néstor García . **A globalização imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2003.

CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco. Memórias de um trauma: o massacre da GEB. In: Fenelon, D.R.;Maciel,L. A.;Almeida, P. R.;Khoury, Y. A. et.all (orgs). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2004.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Cidade.** São Paulo: Contexto, 1992.

CEVASCO, Maria Elisa. Questões de Teoria: o materialismo cultural. In: **Para ler Raymond Willians**. Paz e Terra, SP. 2001.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, C.F. VAINFAS, R.(org.).**Domínios da História,** Ed. Campus, 1997.

FONTANA, J. **História: análise do passado e projeto social**. Trad. Roncari, Luiz. Bauru: EDUSC, 1998.

GRUPO MEMÓRIA POPULAR. Memória popular: teoria, política, método. In: Fenelon, D.R.;Maciel,L. A.;Almeida, P. R.;Khoury, Y. A. et.all (orgs). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2004.

HOBSBAWM, E.J. Da História Social à História da Sociedade. In: _____**Sobre a história**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

_____**O Ressurgimento da narrativa:reflexões sobre uma nova velha história**. In:Revista de História, UNICAMP,1991.

_____A outra história: Algumas reflexões. In: Krtz, F. (org.). **A outra história**. Jorge Zahar Editor. RJ., 1998.

;_____O presente como História : In: **Sobre História**, Cia das Letras, S.P..2000

HOGGART, Richard. **As utilizações da cultura 1:** aspectos da vida cultural da classe trabalhadora. Lisboa: Editorial Presença, 1975.

KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: Fenelon, D.R.;Maciel,L. A.;Almeida, P. R.;Khoury, Y. A. et.all (orgs). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2004.

KOWARICK, Lúcio. **Escritos urbanos**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à Cidade**. Trad. FRIAS, Rubens Eduardo. São Paulo: Centauro, 2001.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e Histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920. In: **Muitas Memórias, Outras Histórias**. São Paulo: Olho d'Água. 2004.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no Pedaço: Cultura Popular e Lazer na Cidade – (**3ª ed.). São Paulo: HUCITEC.

MORAIS, Sérgio Paulo. **Trabalho e Cidade- trajetórias e vivências de carroceiros na cidade de Uberlândia 1970-2000**. Dissertação. INSTITUTO DE História, Universidade Federal de Uberlândia, 2002.

PESAVENTO, Sandra J. **O imaginário na cidade. Visões literárias do urbano.** Paris, Rio

de Janeiro, Porto Alegre, Ed. UFRGS, 1999.

PETUBA, Rosângela Maria Silva. **Pelo Direito à Cidade: experiência e luta dos ocupantes de terra do bairro Dom Almir – Uberlândia, 1990 – 2000**. Dissertação. (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, 2001.

PORTELLI, Alessandro. O momento de minha vida: funções do tempo na história oral. In: Fenelon, D.R.; Maciel,L. A.;Almeida, P. R.;Khoury, Y. A. et.all (orgs). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2004.

_____. **A filosofia e os fatos**. In: Revista Tempo. R.J., vol. 1, nº02, 1996.

_____. Forma e significado na História Oral. **A pesquisa como um experimento em igualdade**. In: Revista Projeto História. São Paulo, nº 14, fev. 1997.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei. Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1999.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 2003.

SAMUEL, Raphael. **Teatros da Memória**. Revista Projeto História nº14. fev. 97. PUC-SP.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 2. ed., São Paulo: Nobel, 1993.

_____. **Técnica, Espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1997.

THOMSOM, Alistair. RECOMPONDO A MEMÓRIA: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. São Paulo: Projeto História, número 15. abr. 1997.

THOMPSON, E.P. Folclore, antropologia e história social. NEGRO, Antonio L.;SILVA, Sérgio (coord). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: UNICAMP, 2001.

_____: A lógica histórica. IN: **A miséria da teoria ou um planetário de erros**,

Zahar Editores, RJ. 1981.

_____Antropologia e História Social. In: **As peculiaridades dos Ingleses e outros artigos**. UNICAMP, 2001.

_____ .Costume e Cultura. In: **Costumes em Comum**. Cia. das Letras, 1998.

_____ O termo ausente: experiência. In: **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Zahar, 1981

THOMPSON, Paul. **A voz do passado:** história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WILLIANS, R. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.